



30 de Outubro a 01 de
Novembro de 2019



RFC REVISTA PARAENSE DE CONTABILIDADE
ISSN 2526-950X

Volume 4, Número 3, Setembro-Dezembro, 2019.

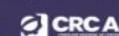
Edição Especial Artigos Premiados IX ECAL

7 Artigos Científicos

IX ENCONTRO DA AMAZÔNIA LEGAL

Seminário Regional Interamericano de Contabilidade

**A PRÁTICA CONTÁBIL PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



ASOCIACIÓN INTERAMERICANA DE CONTABILIDAD
INTERAMERICANA ACCOUNTING ASSOCIATION

Catálogo na fonte

R454

Revista Paraense de Contabilidade / Conselho Regional de Contabilidade do Pará – v.4, n.3, (2019) – Belém: CRCPA, 2019.
v.: 24 cm

Quadrimestral
ISSN: 2526-950X
Modo de acesso: <https://crcpa.org.br/rpc>

1. Ciências Contábeis. 2. Contabilidade. 3. Conselho Regional de Contabilidade do Pará.

CDU - 657

É permitido citar parte dos artigos sem autorização prévia, desde que seja informada a fonte.

Editoria

Editor Técnico: Rodrigo Silva Cavalcante
Editor Científico: Marcia Athayde Moreira

Editoração

Conselho Regional de Contabilidade do Pará

Endereço para permuta e correspondência

Revista Paraense de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade do Pará
Rua Avertano Rocha, 392, Campina
CEP: 66.023-120 – Belém, Pa.
Telefone: +55 (91) 3202-4150
E-mail: rpc@crcpa.org.br
Home Page: https://rdcode.com.br/projetos/crcpa_revista/index.php/RPC

DOI: 10.36562/rpc.v4i3

Revista Paraense de Contabilidade – CRCPA, Belém – Pa., v.4, n3. set./dez. 2019.

Objetivos

Contribuir para melhorar a qualidade da divulgação da produção científica em contabilidade no Brasil, ampliando as oportunidades de divulgação de resultados de pesquisas que retratem a realidade brasileira, com ênfase na realidade amazônica.

Os artigos publicados na Revista Paraense de Contabilidade devem ser inéditos e passam por um processo que se inicia com a submissão, seguida da avaliação cega por pares e aprovação pelo Conselho Editorial. O conteúdo e a qualidade dos artigos são de responsabilidade dos seus autores e não necessariamente expressam o ponto de vista do Conselho Editorial da Revista.

Conselho Editorial Científico

Coordenador Científico

Profa. Dra. Marcia Athayde Moreira, Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil.

Membros

Prof. Dr. Anderson Roberto Pires e Silva, Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil.

Profa. Dra. Ynis de Santana M. Lino Ferreira, Universidade Federal Rural da Amazônia, UFRA, Brasil.

Prof. Msc. José Luiz Nunes Fernandes, Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil.

Prof. Msc. Raimunda Maria da Luz Silva, Universidade Federal Rural da Amazônia, UFRA, Brasil.

Prof. Dr. Isaac Matias, Universidade Federal do Pará, Brasil.

Coordenador Executivo

Rodrigo Silva Cavalcante

Secretária da Revista

Ana Lídia Ferreira de Sousa

Editorial

Nesta terceira e última edição do ano de 2019 da Revista Paraense de Contabilidade, estão publicadas sete pesquisas premiadas na avaliação por blind review realizada para o IX ECAL – Encontro de Contabilidade da Amazônia Legal, as quais foram apresentadas e debatidas no período de 30 de outubro a primeiro de novembro, durante o Evento, que se realizou no município de Santarém – PA.

Assim, o primeiro artigo desta Edição, de autoria de Hudson Castro e Lidiane Dias, teve como objetivo analisar se, e como, os governos locais utilizam as mídias sociais como instrumento estratégico de redução da assimetria informacional de itens relacionados a transparência pública.

O segundo artigo publicado, de autoria de Andressa Santos e Maurílio Araújo, objetivou descrever e analisar o perfil dos artigos disponíveis na Plataforma de periódicos CAPES no período de 2009 a 2019 sobre o tema Planejamento Tributário.

O terceiro artigo desta Edição, de autoria de Alexandre Medeiros, Ana Isabel de Matos, Carla Ferreira, Fábio Andrade e Cemyra Nascimento, se propôs a discutir de que forma a Síndrome de Burnout afeta o profissional de contabilidade. Por ser uma síndrome que se desenvolve de maneira diferente, dependendo muito do ambiente de trabalho, do clima organizacional, bem como das realizações pessoais e projetos que o indivíduo busca, a pesquisa visou beneficiar os indivíduos que não conhecem a síndrome, bem como conscientizar e proporcionar uma clareza maior sobre o referido tema

O quarto artigo desta edição, de autoria de Cícero Nicácio da Cosa Jr., teve como objetivo principal analisar a dependência de Municípios brasileiros das transferências intergovernamentais, sendo o segundo artigo a discutir o importante tema da Contabilidade Pública nesta edição da RPC.

O quinto artigo, de autoria de Michel Ribeiro, Warlen Cruz, Jackeline Procópio e Márcio Soares, discute o comportamento empreendedor de contadores, com o objetivo de analisar se os profissionais de contabilidade de um município da Amazônia paraense, possuem as características empreendedoras, de acordo com a abordagem de Dornelas, Spinelli e Adams (2014).

O sexto artigo desta edição, de autoria de Fabiane Peixoto, Patrícia Souza, Cristianne Costa e Wilnalia Souza Garcia, teve como objetivo avaliar a utilização das ferramentas contábeis como apoio à tomada de decisão junto a microempresas do comércio varejista do ramo de materiais de construção.

Por fim, o sétimo artigo e último entre os premiados no IX ECAL/2019, de autoria de Ana Letícia Melo da Silva e Maurílio Araújo, buscou identificar e analisar os impactos e os benefícios relacionados à implantação e as atualizações do e-Social, na rotina de profissionais de contabilidade do Estado do Pará.

Desta forma, o Conselho Regional de Contabilidade do Pará disponibiliza para a comunidade mais sete artigos de qualidade, que retratam a realidade da ciência contábil, incentivando a leitura e o interesse pela pesquisa contábil.

Boa leitura!



Prof. Dr. Márcia Athayde Moreira
Editora-Chefe da Revista Paraense de Contabilidade



DIRETORIA DO CRCPA – 2018/2019

CONSELHO DIRETOR

Ticiane Lima dos Santos	Presidente
Antônio Carlos Sales Ferreira Júnior	Vice-Presidente de Administração
Ian Blois Pinheiro	Vice-Presidente de Ética e Disciplina/Fiscalização
José Ribamar França Nunes Filho	Vice-Presidente de Registro
Rafael Laredo Mendonça	Vice-Presidente de Finanças e Controle Interno
Rodrigo Silva Cavalcante	Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional
Carlos Augusto Frota Sodré	Vice-Presidente de Integração Estadual

COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS

Câmara de Assuntos Administrativos

Efetivo	Suplente
ANTÔNIO CARLOS SALES FERREIRA JÚNIOR	JOÃO LUIZ DE NAZARÉ NETO
RAFAEL LAREDO MENDONÇA	CARLOS ALBERTO CRUZ CALDAS
PERY AUGUSTO CALUMBY	FLAVIO HELENO SOLANO REIS

Câmara de Ética e Disciplina

Efetivo	Suplente
IAN BLOIS PINHEIRO	FABIANO PEDRO ALMEIDA DE OLIVEIRA
AILTON RAMOS CORREA JÚNIOR	CLÁUDIO ROBERTO DE SOUZA OLIVEIRA
RODRIGO SILVA CAVALCANTE	SÉRGIO PERY DA SILVA COSTA
MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA DE LIMA	FLAVIO HELENO SOLANO REIS
NELSON GUSTAVO RUFINO ROCHA	ELLÉRI BOGO
RAFAEL LAREDO MENDONÇA	IRANILDO FERREIRA PEREIRA
CARLOS AUGUSTO FROTA SODRÉ	ILZETE DO SOCORRO MACEDO SIMÕES

Câmara de Fiscalização

Efetivo	Suplente
IAN BLOIS PINHEIRO	FABIANO PEDRO ALMEIDA DE OLIVEIRA
JOSÉ RIBAMAR FRANÇA NUNES FILHO	IRANILDO FERREIRA PEREIRA
RAIMUNDO HUMBERTO SENA DE OLIVEIRA	MARIA DO CARMO N. CORREA DA SILVA
NELSON GUSTAVO RUFINO ROCHA	VALERIA NANCY SILVA RIBEIRO
CARLOS AUGUSTO FROTA SODRÉ	ILZETE DO SOCORRO MACEDO SIMÕES

Câmara de Registro

Efetivo	Suplente
JOSÉ RIBAMAR FRANÇA NUNES FILHO	ANILTON VIEIRA DOS SANTOS
MARIA DE FÁTIMA C. VASCONCELOS	MARIA IZABEL GOMES BORGES
AILTON RAMOS CORREA JÚNIOR	WILDES SILVA RAMOS

Câmara de Controle Interno e Finanças

Efetivo	Suplente
RAFAEL LAREDO MENDONÇA	CARLOS ALBERTO CRUZ CALDAS
ANTÔNIO CARLOS SALES FERREIRA JÚNIOR	NAYLLAN ELERES BRITO
LUIZ THOMAZ CONCEIÇÃO NETO	FLAVIO HELENO SOLANO REIS

Câmara de Desenvolvimento Profissional

Efetivo	Suplente
RODRIGO SILVA CAVALCANTE	FLAVIO HELENO SOLANO REIS
ANTÔNIO CARLOS SALES FERREIRA JÚNIOR	FABIANO PEDRO ALMEIDA DE OLIVEIRA
IAN BLOIS PINHEIRO	NAYLLAN ELERES BRITO
MARIA VIEIRA DOS SANTOS	ILZETE DO SOCORRO MACEDO SIMÕES

Mídias Sociais Como Estratégia de Atendimento à Lei de Acesso à Informação

Hudson Augusto Silva De Castro
Universidade Federal do Pará
E-Mail: hud_augusto@yahoo.com.br

Lidiane Nazaré Da Silva Dias
Universidade Federal do Pará
E-Mail: lididias@hotmail.com

Resumo

Em um mundo conectado, no qual cerca de 70% da população brasileira possui um perfil no *Facebook* para relações pessoais e negócios (GOOBEC, 2018), é possível pensar se esse também não poderia ser um canal de comunicação entre cidadãos e gestão pública. A Lei de Acesso à Informação (LAI) traz que os governos locais devem ser transparentes e incentivar a transparência, e nesse contexto observa-se que as mídias sociais possuem potencial para fomentar tal obrigação governamental, tornando-se um canal de efetiva comunicação entre governo e sociedade no sentido de *e-government*. Nesse contexto, essa pesquisa terá como objetivo analisar se e como os governos locais utilizam as mídias sociais como instrumento estratégico de redução da assimetria informacional de itens relacionados a transparência pública. Para o alcance do objetivo foram analisados os perfis na rede social *Facebook* do município mais transparente de cada região brasileira de acordo com a avaliação da Escala Brasil Transparente 360º da Controladoria-Geral da União (EBT/CGU). Como resultado observou-se que há potencial em utilizar as mídias sociais como instrumento estratégico para o alcance da transparência pública, gerando a redução da assimetria informacional. Contudo, os municípios brasileiros têm utilizado esta ferramenta de forma ainda bastante embrionária, priorizando por postagens de informações diversas enquanto as de caráter de prestação de contas e dados públicos ficam em “segundo plano”, totalizando apenas 2% da amostra total desta pesquisa.

Palavras chaves: *Redes sociais, Transparência, Lei de Acesso à Informação, e-government.*

1. INTRODUÇÃO

A Lei de Acesso à Informação (LAI) apresenta que os governos locais não só devem ser transparentes, como também devem incentivar a transparência. Vive-se hoje em um cenário onde cerca de 70% da população brasileira utiliza a internet (GOOBEC, 2018) e 63% possui um perfil ativo no *Facebook* (SUMARES, 2016; AGÊNCIA IBGE, 2017; GOOBEC, 2018). Diante disso, percebe-se que as mídias sociais podem ser canais importantes e relevantes para se ter comunicação entre governo e sociedade no sentido de *e-government* (ARAÚJO; TRAVIESO-RODRIGUEZ; SANTOS, 2017). A existência de informações em canais da internet, em especial por meio de mídias sociais, tem o potencial de ampliar a ocorrência do controle social em um momento em que, de um modo geral, metade da população brasileira possui perfil em alguma rede social.

Ir a um órgão público em busca de informações não é um ato comum para a maioria da população brasileira, principalmente quando essas informações estão relacionadas ao modo em que os governantes estão administrando os recursos, por exemplo. Não obstante, acessar o site oficial dos governos locais em busca dessas mesmas informações é um ato que também não faz parte da cultura da maioria dos cidadãos (PALASSI; MARTINS; DE PAULA, 2016; MARQUES; RIBEIRO, 2012). Assim, se não há demanda física ou virtual, como governos incentivarão a transparência e o controle social?

Tem-se observado o crescente uso das redes sociais como o *Facebook* no mundo contemporâneo. Hoje, entre a população mais jovem, é comum encontrar alguém que possua um perfil ativo em pelo menos uma das grandes mídias sociais (BERGAMASCHI *et al.*, 2011). Observa-se também, a crescente utilização das mesmas não apenas por pessoas físicas, mas igualmente por empresas privadas e órgãos governamentais (BERGAMASCHI *et al.*, 2011).

Sob a ótica governamental observam-se governos locais com perfis ativos no *Facebook*, por exemplo. Governos estes que, segundo a LAI, devem incentivar a transparência. Assim sendo, questiona-se: será que estes estão utilizando suas redes sociais para (também) incentivar a transparência, seja ela ativa e/ou passiva?

Veem-se, então, dois panoramas: por um lado existem os governos locais que devem seguir o que está no escopo da LAI e incentivar a transparência; e do outro lado têm-se esses mesmos governos locais como “amigos” de um número considerável da população em redes sociais diversas. Contudo, em um mundo globalizado onde as informações estão a um clique, torna-se relevante analisar se e como os governos locais utilizam essas mídias sociais como instrumento estratégico de redução da assimetria informacional de itens relacionados a transparência pública. Desta forma, o objetivo deste estudo é analisar como os governos locais utilizam as mídias sociais para cumprir itens presentes na LAI e incentivar a transparência pública.

Vê-se como assimetria informacional não apenas o entendimento, pelos cidadãos, aqui vistos como usuários da informação, acerca do que é divulgado pelos governos locais, por exemplo. Mas também, e sobretudo, da quantidade de dados que estão sob o poder dos gestores em comparação às informações que chegam à população.

Para alcançar o objetivo da pesquisa foram analisados 5 (cinco) perfis na mídia social *Facebook* das prefeituras mais transparentes, de cada região do Brasil, de acordo com a Escala Brasil Transparente 360º elaborada pela Controladoria-Geral da União (CGU). O período de análise a ser considerado na pesquisa foi o 1º (primeiro) semestre de 2019. Após a coleta de dados as publicações tiveram seus conteúdos analisados (BARDIN, 1977) e categorizados de acordo com itens presentes na LAI referenciados nas categorias criadas por Duarte (2007).

A pesquisa proposta se diferencia de outras já relacionadas à transparência pública, uma vez que apresenta uma análise da utilização das mídias como forma de atendimento à LAI, perspectiva esta ainda pouco abordada na literatura (BRUMATTI; AQUINO, 2018), apesar de sua viabilidade (SOUZA FILHO *et al.*, 2014). A literatura identificada apenas analisa a transparência pública por meio de sítios eletrônicos oficiais (SANTOS; VISENTONI, 2018; KLEIN, R; KLEIN, D; LUCIANO, 2018; CAMPOS; PAIVA; GOMES, 2013; CRUZ *et al.*, 2011; SANTANA JR *et al.*, 2009), os quais, possivelmente, são menos acessados do que as mídias sociais.

No total foram analisadas 1648 (mil seiscentas e quarenta e oito) publicações nas redes sociais das cidades de Oriximiná (PA), Recife (PE), Campo Grande (MS), Serra (ES) e Londrina (PR). O que possibilitou verificar a forma a qual estas cidades utilizam as mídias sociais para cumprir itens presentes na LAI e incentivar a transparência pública.

Do mesmo modo em que se espera que esta pesquisa chame a atenção dos governos locais, espera-se também que a sociedade e os órgãos de controle atentem-se para a utilização das mídias sociais como estratégia de ampliação da comunicação entre sociedade e governos, o que viria a auxiliar no cumprimento de obrigações legais, como a divulgação de informações de interesse público de forma ativa e o fomento do desenvolvimento do controle social. Ao mesmo tempo em que, como observado nos dados obtidos, a utilização das mídias por parte dos governos motivaria o cidadão a ser mais participativo e/ou o manteria mais informado acerca de assuntos ligados à administração pública.

2. LITERATURA ANTERIOR

Estudos apontam que a participação cidadã, por meio virtual, está diretamente relacionada com o grau de desenvolvimento eletrônico dos governos locais, em especial no que se refere à disponibilidade das informações e serviços (BRAGA; GOMES, 2016). Tal participação pode ser entendida, de acordo com Braga e Gomes (2016), como uma forma estratégica pela qual a sociedade reivindica direitos e tem acesso às informações que ficavam sob o poder de poucos. Assim sendo, ao se utilizar de forma estratégica os meios os quais a população faz uso, o governo não estará apenas tornando determinada informação mais efetiva e útil, como também estará incentivando o controle social e, por conseguinte, alcançando os objetivos da LAI.

À luz do Art. 5º, inciso XXXIII (todos têm direito de receber informações dos órgãos públicos), do Art. 37, §3º, inciso II (está regulamentado o acesso, pelo cidadão, aos registros administrativos e atos dos governos locais) e do Art. 216, §2º (trata da consulta à documentos governamentais) da Constituição Federal de 1988, a governança governamental no Brasil foi impulsionada, o que garantiu o direito à informação, trouxe o princípio da publicidade e abriu caminhos para a participação cidadã nas decisões das políticas públicas (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2014; BUVINICH, 2014).

Contudo, até a publicação da LAI, apenas eram classificadas a confidencialidade, ou não, das informações bem como o controle da expiração do sigilo das mesmas (BATISTA, 2012). Em 2011, com a Lei nº 12.527, sancionada pelo governo federal, ficaram determinados os procedimentos aos quais a administração pública brasileira deveria seguir em termos de respostas aos pedidos de informação tanto de cidadãos quanto de organizações (CRUZ; SILVA; SPINELLI, 2016).

De acordo com a Cartilha da Controladoria-Geral da União, a LAI possui finalidade pautada no princípio de que “o acesso à informação pública é a regra, o sigilo, a exceção” (CGU, 2011, p. 10). Diante disso, o trabalho em questão tem como norteador a Lei de Acesso à Informação.

A democracia possui os órgãos locais de controle interno, a promoção da transparência e o acesso à informação pela sociedade como fatores indispensáveis ao seu desenvolvimento (CRUZ; SILVA; SPINELLI, 2016). Desta forma, ao se ter um governo aberto o cidadão passa a avaliar a administração pública e começa a participar das discussões e decisões (CRUZ; SILVA; SPINELLI, 2016). Contudo, para se alcançar este “patamar”, tanto a transparência ativa quanto a passiva devem se fazer presentes, isto é, os governos locais devem, de forma espontânea, divulgar as suas informações, assim como precisam responder às solicitações dos cidadãos (CRUZ; SILVA; SPINELLI, 2016).

O governo eletrônico se desenvolve ao passo em que há o desenvolvimento das tecnologias. A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) possibilita o alcance da transparência, potencializando o acesso à informação (MACADAR; FREITAS; MOREIRA, 2015; BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2010). De encontro a isto, está o risco da divulgação de

informações seletivas e focadas, com uma linguagem rebuscada e técnica, o que dificulta o entendimento das informações por parte da população, ocasionando uma ilusão de transparência (HEALD, 2006).

O mundo virtual, desde a sua popularização, tem atraído cada vez mais adeptos. Isso ocorre pelo fato de ideias, opiniões e experiências não possuírem limites e censuras para compartilhamento e por serem descentralizados (SIMONARD; SANTOS, 2017). As mídias sociais, por exemplo, revolucionaram a forma de elaborar e acessar diferentes tipos de conteúdo. Em um único local pode-se ler uma reportagem, conversar com um amigo distante, compartilhar uma foto e emitir opinião sobre uma notícia (SIMONARD; SANTOS, 2017; SOUZA FILHO *et al.*, 2014).

As mídias sociais são capazes de criar um ambiente de pertencimento onde cada ator se une a sujeitos com traços comuns, formando assim redes sociais (SIMONARD; SANTOS, 2017). Assim sendo, as mídias sociais são um espaço onde os governos locais têm a possibilidade de diálogo com diferentes grupos da sociedade, o que traz subsídios para criar políticas públicas que partem do engajamento e da participação política presente nas redes sociais (SIMONARD; SANTOS, 2017).

Uma característica da sociedade atual é a utilização de tecnologias, seja através de *blogs*, redes sociais ou *microblogs* (SANTI; DA LUZ, 2017; BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2010). No setor privado percebemos com maior facilidade a utilização de redes virtuais para aprimorar tanto os produtos e serviços, quanto os canais de comunicação com os clientes, uma vez que são alternativas de interação entre empresas e seus diferentes públicos (SCROFERNEKER *et al.*, 2013). Entretanto, outra perspectiva aponta para a não utilização da capacidade total das mídias por parte das organizações, pois elas podem representar uma fragilidade na proteção de suas informações (MARQUES, 2010).

Quando falamos de governos locais, estudos como o de Silva *et al.* (2015) apontam as redes sociais como um local capaz de proporcionar uma maior participação da sociedade. Isto pode ser constatado em um cenário onde de um total de 209,3 milhões de pessoas (GOOBEC, 2018; IBGE, 2019), 102 milhões (SUMARES, 2016) possuem um perfil no *Facebook*, o que leva a supor que este seria um canal eficiente, e com grande potencial, para se chegar à sociedade.

Não obstante, autores como Cattani (2016), Parmeggiani (2015) e Vilhena (2014) já apontavam as mídias sociais como um meio de aproximar os cidadãos e os governos locais. Cattani (2016), por exemplo, em seu ensaio teórico, já indicava a possibilidade da utilização das mídias sociais como forma de se alcançar a transparência pública. Contudo, pelo fato de sua pesquisa não possuir um padrão de observações, a autora sugere a elaboração de trabalhos mais profundos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada a partir da análise de publicações nos perfis oficiais da mídia social *Facebook* de municípios brasileiros. Assim como nas pesquisas de Oliveira e Raminelli (2014), Cattani (2016), Santi e Da Luz (2017), Souza Filho *et al.* (2014) e Parmeggiani (2015) os dados foram coletados, tratados e analisados. Esta pesquisa possui uma abordagem quantitativa no que se refere à coleta e tabulação dos dados. Pode ser classificada como um estudo aplicado e exploratório (OLIVEIRA; BERMEJO, 2017) onde a coleta de dados ocorreu de forma direta e não participativa. Os dados obtidos foram validados a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) do que se foi postado nas mídias sociais.

A população do estudo compreendeu os municípios avaliados pela Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Escala Brasil Transparente 360° (EBT 360°). Esta escala foi

escolhida pelo fato de ser uma ferramenta de monitoramento da transparência pública ativa e passiva em estados e municípios brasileiros, realizada pela CGU, que é responsável pelo controle interno no âmbito federal. Esta análise ocorreu no período de 09 de julho de 2018 à 14 de novembro de 2018, sob a coordenação do órgão de controle. Os municípios avaliados foram aqueles que, segundo estimativa do IBGE, no ano de 2017 possuíam mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes. Os municípios selecionados que compõem a amostra são aqueles, de cada região do país, que possuíam a maior nota de avaliação de transparência de acordo com o *ranking*.

A CGU é, de acordo com os artigos 68 e 69 do Decreto 7.724 de 16 de maio de 2012, o órgão responsável pelo monitoramento da LAI. O Decreto prevê, ainda, que a Controladoria-Geral da União fomente a cultura de transparência na administração pública e, dentre outros pontos, encaminhe anualmente ao Congresso Nacional relatório referente à implementação da Lei de Acesso à Informação.

Definido 01 (um) município de cada região pertencente à amostra, foi feita uma pesquisa com o objetivo de encontrar a rede social oficial de cada município. A rede social a ser encontrada foi o *Facebook*, uma vez que este possui um grande número de acesso em relação às outras mídias (GOOBEC, 2019; BRUMATTI; AQUINO, 2018).

O *Facebook* de cada cidade pode ser acessado a partir do *link* presente no Quadro 1.

Quadro 1 – Facebook das cidades mais transparentes do Brasil por região.

Cidade	Facebook
Oriximiná (PA) - Norte	https://www.facebook.com/prefeituradeoriximina
Recife (PE) - Nordeste	https://www.facebook.com/prefeituradorecife/
Campo Grande (MS) – Centro-Oeste	https://www.facebook.com/PrefeituraMunicipaldeCGR/?__tn__=%2Cd%2CPR&eid=ARACFaerx9kSfZ9UOezTjydl8n2aCRtdKwFr8NQvW4Zt5CMDVIY4mvJdRulyZA3dqHV
Serra (ES) - Sudeste	https://www.facebook.com/prefeituradaserra/?__tn__=%2Cd%2CPR&eid=ARBpuluTtEGiFjGp6GrHCESSsxEQCR5aDKQ2V7osAPJ0AM6GkX09-Gb3QXSG9fvAq_wF4QL6PWcJiXEY
Londrina (PR) - Sul	https://www.facebook.com/prefeituradelondrina/?ref=search&__tn__=%2Cd%2CPR&eid=ARCmG2JfpXQFSihUDfuQE-tiYUf-oGufrUnDHgC1Q8o8v3_Eq7uWEGBQsL6gMhkG7vu

Fonte: Dados da pesquisa.

As respectivas “colocações” no *ranking* da EBT 360º podem ser observadas no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Colocação dos municípios pertencentes à amostra no ranking da Escala Brasil Transparente 360º da CGU.

Cidade	Colocação Geral	Colocação Regional e Estadual	Nota
Oriximiná (PA) - Norte	2º	1º	9,92
Recife (PE) - Nordeste	3º	1º	9,90
Campo Grande (MS) – Centro-Oeste	11º	1º	9,64
Serra (ES) - Sudeste	1º	1º	9,95
Londrina (PR) - Sul	1º	1º	9,95

Fonte: Dados da pesquisa.

Após isso, tomou-se como base as categorias de comunicação pública estabelecidas por Duarte (2007) que são: institucionais, de gestão, de utilidade pública, de interesse privado, mercadológicos, de prestação de contas e de dados públicos. De acordo com o autor comunicação pública diz respeito ao fluxo de informações que ocorrem no espaço onde há interação entre agentes públicos e atores sociais. Na literatura encontrada diversos autores categorizam a comunicação pública (MATOS, 2016; KOÇOUSKI, 2013; YANAZE, 2012; HASWANI, 2009; DUARTE, 2007; SILVA, 2007). Contudo, as categorias utilizadas foram as citadas por Duarte (2007), uma vez que as mesmas estão sendo usadas de forma contínua quando o tema é abordado na contemporaneidade; por acreditar-se que tais categorias esmiúçam de forma mais ampla a categorização da comunicação pública (LOPES, 2019; CLEMENTE JÚNIOR; GOMES, 2019; ROTHBERG; CAMARGO, 2018; SANTI; DA LUZ, 2017; DUARTE; RIVOIRE; RIBEIRO, 2016) e por ser possível, de forma clara e objetiva, associar as categorias criadas pelo autor com a Lei de Acesso à Informação, interdisciplinando o tema ao associar comunicação com contabilidade pública. O autor define a comunicação no âmbito público como:

Quadro 3 – Categorias da Comunicação Pública.

Categoria	Definição
Institucionais	Referentes ao papel, políticas, responsabilidades e funcionamento das organizações. Em geral são ligadas à projeção de imagem e consolidação da identidade.
De gestão	Relativas ao processo decisório e de ação dos agentes que atuam em temas de interesse público. Incluem discursos, relatos de intenções, motivações, prioridades e objetivos dos agentes.
De utilidade pública	Sobre temas relacionados ao dia-a-dia das pessoas, geralmente serviços e orientações. Buscam informar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou setores específicos dela para temas de seu interesse. Informações legais, horários de eventos, campanhas de vacinação, sinalização, causas sociais, sobre dados, direitos, produtos e serviços à disposição e seu uso são exemplos típicos.
De interesse privado	As que dizem respeito exclusivamente ao cidadão, empresa ou instituição. Exemplos: dados de imposto de renda, cadastros bancários.
Mercadológicos	Referem-se a produtos e serviços que participam de concorrência no mercado.
De prestação de contas	Dizem respeito à explicação sobre decisões políticas e de uso de recursos públicos, viabilizando o conhecimento, avaliação e a fiscalização.
Dados públicos	Aqueles de controle do Estado e que dizem respeito ao conjunto da sociedade e a seu funcionamento. Exemplos: estatísticas, jurisprudência, documentos históricos, legislação e normas.

Fonte: Duarte (2007).

A partir da definição das categorias foi realizada uma análise nas postagens das redes sociais pertencentes à amostra. O período em que as postagens ocorreram a ser considerado na pesquisa será de 1 de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2019. O ano de 2019 foi escolhido por ser o ano corrente e por não representar um ano eleitoral e, portanto, acredita-se que os gestores públicos não foram “influenciados” diretamente pela campanha eleitoral (PARMEGGIANI, 2015). No período de 02 de setembro de 2019 a 06 de outubro de 2019, as postagens de cada entidade foram *printadas*¹, computadas e armazenadas.

Torna-se imperativo dizer que não foram identificadas normas referentes a utilização das mídias sociais pelo Governo. A Lei nº 12.527/11 contempla apenas sítios oficiais que não estejam hospedados em outros *sites*. Porém, com o intuito de categorizar as publicações de

¹ Ferramenta utilizada a partir da utilização da tecla “Print Screen” do Windows, onde captura em forma de imagem o que está sendo visualizado na tela do computador, salvando-a em uma pasta do mesmo.

acordo com o que se encontra no escopo da LAI, pegou-se as categorias criadas por Duarte (2007) e observou-se quais artigos da Lei de Acesso à Informação estariam correlacionados, como tentativa de equiparação, tendo em vista que identificou-se que as páginas encontradas são representações oficiais das prefeituras. Viu-se como prudente, portanto, seguir as diretrizes trazidas na Lei, chegando-se ao Quadro 4.

Após iniciar o processo de categorização das publicações, viu-se a necessidade de criar mais duas categorias: Eventos e Outros. A criação da primeira se deu pelo fato de pesquisas demonstrarem o alto índice de publicações relacionadas à promoção de eventos (LOPES, 2019); a segunda categoria foi criada para categorizar aquelas publicações que não fazem parte nem das categorias de comunicação pública (DUARTE, 2007) e nem estão no escopo da LAI.

Quadro 4 – Categorias da Comunicação Pública relacionados à LAI.

Categoria de Duarte (2007)	Equivalência na LAI	Exemplos
Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> Art. 7º, V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços; Art. 8º, §3º, VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio. 	<ul style="list-style-type: none"> Atividades exercidas pelos órgãos públicos; Propagandas; Publicações que promovam a imagem da gestão.
De gestão	<ul style="list-style-type: none"> Art. 9º, I, b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; Art. 9º, I, c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; Art. 21, Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso; Art. 23, São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam [...]. 	<ul style="list-style-type: none"> Tramitação de documentos; Atos da gestão e dos gestores; Atos dos agentes públicos; Relatos de intensão; Promessas de obras; Discursos e notas de esclarecimento.
De utilidade pública	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, §1º, I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; Art. 8º, §1º, VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; Art. 9º, I, a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; Art. 9º, II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação. 	<ul style="list-style-type: none"> Endereços, telefones e horários de funcionamento dos órgãos públicos; Campanhas de vacinação; Horários do funcionamento de projetos sociais; Adoção de cães e gatos; Combate a endemias.
De interesse privado	<ul style="list-style-type: none"> Art. 31, O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. 	<ul style="list-style-type: none"> Cadastros nas entidades públicas; Votações; Concursos públicos; Convocações de concursos; Informações sobre IPTU.
Mercadológicos	<ul style="list-style-type: none"> Art. 1º, Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei [...]; Art. 2º, Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres. 	<ul style="list-style-type: none"> Cursos; Feiras promovidas ou apoiadas pela prefeitura.
De prestação de contas	<ul style="list-style-type: none"> Art. 7º, VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; Art. 7º, VII, a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades 	<ul style="list-style-type: none"> Utilização do recurso público; Construções e reformas; Contratos e licitações; Implementação,

	<ul style="list-style-type: none"> públicas, bem como metas e indicadores propostos; Art. 7º, VII, b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores; Art. 8º, §1º, II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; Art. 8º, §1º, III - registros das despesas; Art. 8º, §1º, IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; Art. 8º, §1º, V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades. 	<ul style="list-style-type: none"> acompanhamento e resultados de projetos; Repasses de recursos públicos; Informações de despesas.
Dados públicos	<ul style="list-style-type: none"> Art. 7º, II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Documentos; Leis e normas.

Fonte: Dados da pesquisa.

No Quadro 5, a seguir, observa-se exemplos de publicações enquadradas nessas duas categorias.

Quadro 5 – Exemplos de publicações enquadrada em cada categoria.

Categorias	Exemplos
Eventos	Informações sobre eventos diversos
Outros	Vagas de empregos em empresas privadas; Fotos da cidade; Receitas culinárias.

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a definição dos municípios pertencentes à amostra bem como das categorias as quais as publicações seriam enquadradas, a coleta de dados foi realizada, chegando-se ao seguinte resultado, onde pode ser visto a quantidade de publicações em cada cidade, inclusive em termos percentuais:

Quadro 6 – Postagens por cidade.

Cidade	Categorias									TOTAL
	Institucionais	De gestão	De utilidade pública	De interesse privado	Mercadológico	De prestação de contas	Dados Públicos	Eventos	Outros	
Oriximiná	1 (3%)	26 (35%)	16 (21%)	6 (8%)	1 (1%)	3 (4%)	2 (3%)	13 (17%)	7 (9%)	75
Recife	9 (2%)	7 (2%)	182 (48%)	30 (8%)	23 (6%)	4 (1%)	0 (0%)	104 (28%)	19 (5%)	378
Campo Grande	47 (12%)	16 (4%)	116 (30%)	61 (16%)	37 (10%)	24 (6%)	2 (1%)	61 (16%)	23 (6%)	387
Serra	44 (11%)	25 (7%)	113 (29%)	58 (15%)	22 (6%)	23 (6%)	9 (2%)	39 (10%)	51 (13%)	384
Londrina	81 (19%)	27 (6%)	82 (19%)	39 (9%)	23 (5%)	64 (15%)	20 (5%)	27 (6%)	61 (14%)	424
TOTAL	182 (11%)	101 (6%)	509 (31%)	194 (12%)	106 (6%)	118 (7%)	33 (2%)	244 (15%)	161 (10%)	1648

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao todo foram analisadas 1.648 (mil seiscentos e quarenta e oito) publicações, durante 181 (cento e oitenta e um) dias de publicação, tendo-se, em média, 9 (nove) publicações diárias, distribuídas entre os 5 (cinco) perfis pertencentes à amostra.

Algumas características podem ser observadas no Quadro 7 abaixo, de acordo com o IBGE (2019).

Quadro 7 – Dados do IBGE (2019) acerca dos municípios pertencentes à amostra.

Cidade	População	PIB per capita (R\$)	Área de unidade territorial (km ²)
Oriximiná (PA) – Norte	73.096	25.866,74	107.603,436
Recife (PE) – Nordeste	1.645.727	30.477,73	218,843
Campo Grande (MS) – Centro-	895.982	29.442,66	8.092,951
Serra (ES) – Sudeste	517.510	37.088,81	547,631
Londrina (PR) – Sul	569.733	33.374,97	1.652,569

Fonte: Dados da pesquisa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

As mídias sociais podem ser vistas como uma ferramenta de combate à corrupção, uma vez que nelas as informações podem ser publicadas de forma colaborativa, participativa, interativa e tempestiva, o que pode ser constatado ao se observar ações de governos e de organizações não governamentais, como a plataforma digital Wikileaks, onde os usuários podem publicar dados sigilosos de forma confidencial (BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2010).

Contudo, Heeks (1998) já mostrava em suas pesquisas que ferramentas inovadoras de anticorrupção e transparência não terão 100% de sucesso em todas as nações em que forem implantadas. Dentre os fatores que podem levar à diferentes resultados nas implantações de uma mesma ferramenta em diferentes culturas (HEEKS, 1998) está o fato de que muitos servidores públicos serem avessos à participação cidadã nas decisões políticas diversas (ROBERTS, 2004) o que pode resultar em um elevado índice de publicações de informações gerais, como observado nos estudos de Oliveira e Raminelli (2014).

Tal circunstancia pode explicar o fato de que em todas as cidades pertencentes à amostra desta pesquisa, as publicações de “utilidade pública” ultrapassem 19%. Não obstante, se ao observar o total das publicações que possuem este caráter com todas as publicações observadas, constatar-se-á que 31% de todas as publicações, ou seja 509 (quinhentos e nove) publicações, são “de utilidade pública” focando a atenção do cidadão em publicações “de informações gerais”, enquanto o item “dados públicos” totalizam apenas 2% de todas as publicações analisadas, ou seja, 33 (trinta e três) publicações com ocorrência em quatro municípios da amostra.

Ao se falar de “dados públicos”, categoria onde eram observadas informações de licitações e de audiências públicas acerca de temas diversos, por exemplo, observa-se que nenhum município teve um quantitativo que ultrapassasse 5%, tendo ainda um município que obteve um total de 0 (zero) publicações nesta categoria.

Quando se compara a quantidade de postagens entre os municípios, esta pesquisa vai ao encontro do que Ebbers e van Dijk (2007) citam: governos locais que possuem um número populacional relativamente baixo tendem a não realizar grandes investimentos em e-government e, conseqüentemente, em formas inovadoras de transparência. O município de Oriximiná possui 73.096 (setenta e três mil e noventa e seis) habitantes (IBGE, 2019) sendo o município com menos habitantes da amostra.

Contudo, apesar de ser o segundo município mais transparente do país (CGU, 2018), é o que possui menos publicações no primeiro semestre de 2019, 75 (setenta e cinco) no total. Outrossim, este fato não impossibilitou o município de Oriximiná de ter 7% de suas publicações referentes a “dados públicos” e “prestação de contas”. Um valor considerável, principalmente ao ser comparado com os 1% do maior município em termos populacionais da amostra: Recife, com 1.645.727 (um milhão seiscentos e quarenta e cinco mil setecentos e vinte e sete) habitantes (IBGE, 2019).

Isto é, apesar de Oriximiná ser o menor município em termos populacionais (IBGE, 2019) pertencente à amostra e possivelmente possuir menos investimentos em tecnologias que possam trazer formas inovadoras de comunicação pública (EBBERS; van DIJK, 2007), o fato de ser o segundo município brasileiro mais transparente pode explicar o quantitativo considerável de postagens de “dados públicos” e “prestação de contas”.

De modo geral, as categorias “institucionais” e “de gestão” englobam publicações que dizem respeito às ações de agentes e gestores dos municípios. Com o desenvolvimento eletrônico, as empresas, órgãos e instituições utilizam as mídias sociais, por exemplo, como um espaço para divulgarem tais ações (SANTI; DA LUZ, 2017). Nesse sentido, Recife vai de encontro aos outros municípios, uma vez que apenas 4% de suas publicações divulgaram ações de agentes e gestores da cidade.

Lopes (2019) ao analisar a mídia social da prefeitura de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo da Bahia observou que 50% das publicações estavam relacionadas a “eventos”. Ao se fazer uma comparação dos achados desta pesquisa com os do autor, vê-se que aqui a cidade de Recife possui o maior índice de publicações referentes a “eventos”, 28%, tendo os achados desta pesquisa semelhanças com os achados da pesquisa do autor.

Na categoria “outros” observou-se uma quantidade considerável de publicações que não pertenciam a nenhuma criada por Duarte (2007), nem a “eventos” ou ao escopo da LAI. Categorizou-se aqui publicações de caráter diversos, mas que faziam referência à promoção da cidade (CATTANI, 2016). Contudo, este dado se mostra significativo, uma vez que os municípios, ao se observar o quantitativo total, possuem mais postagens de promoção da cidade (outros) do que relacionadas às informações de caráter financeira, contábil e/ou orçamentária (dados públicos e prestação de contas).

Ao todo foram estabelecidas 9 (nove) categorias para a categorização das postagens das redes sociais dos municípios. Contudo, observou-se que quase metade das publicações totais se concentraram em apenas 3 (três) categorias: institucionais, de gestão e de utilidade pública. Essas categorias fazem referência a postagens que trazem informações de forma geral, como vacinações, agenda do prefeito, atos dos gestores, funcionamento das organizações e adoção de cães e gatos, por exemplo. Em contrapartida, as duas categorias onde podem ser encontradas informações de caráter orçamentário e financeiro (de prestação de contas e dados públicos) concentram apenas cerca de 9% das publicações totais.

Na coleta e tratamento dos dados verificou-se a utilização de uma linguagem humorística e coloquial por parte das prefeituras, como identificado também por Bardin (1977), o que aproxima o cidadão do órgão gestor, uma vez que informações de caráter técnico são “traduzidas” para uma linguagem de fácil entendimento. Vê-se aqui indícios de que os governos locais presentes nesta pesquisa estão procurando utilizar uma linguagem cidadã, ou seja, uma linguagem clara e de fácil compreensão, o que já está previsto nos artigos 5º e 8º da Lei de Acesso à Informação.

Torna-se imperativo dizer que, dos perfis analisados, apenas a prefeitura de Recife possui sua página autenticada, ou seja, o *Facebook* confirma que a página não é um perfil *fake*,

o que dá às suas publicações, de acordo com Lévy (2002) e Castells (2009), maior legitimidade e poder de confiança.

Como citado, as publicações de “dados públicos” somaram-se apenas 33 (trinta e três), representando cerca de 2% da amostra total. Esta observação vai de encontro com o que cita Cattani (2016), uma vez que o autor afirma que as prefeituras têm usado de forma constante as mídias sociais como estratégia de se alcançar a transparência. Contudo, a equipe de comunicação da prefeitura responsável pela página pode argumentar que o perfil ativo na mídia social não possui o objetivo estratégico de cumprir a Lei de Acesso à Informação (PARMEGGIANI, 2015). Em contrapartida, pesquisas anteriores mostram a pré-disposição das prefeituras em utilizarem o *Facebook* não apenas no sentido de interatividade, mas como uma ferramenta política e de engajamento social (VILHENA, 2014). Vê-se aqui a importância de que, em estudos futuros, seja observado como os responsáveis por gerir essas páginas veem as mídias sociais.

Foram observadas publicações contendo diversos tipos de informações, o que aponta para o estreitamento da comunicação entre o poder público e o cidadão (MANETTI; BELLUCCI; BAGNOLI, 2017; MAWELA, 2017), característica essa das mídias sociais, uma vez que estendem o alcance das informações divulgadas, bem como permitem a interação e aproximação do cidadão ao governo (ABDELSALAM et al., 2013; SHAH; LIM, 2011).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) das publicações presentes na pesquisa e da análise dos dados apresentados, um indício de que os gestores estão sendo, de alguma forma, estimulados a praticar a transparência, como cita Cattani (2016), tornando o *Facebook* uma ferramenta de *accountability*², apesar de suas limitações (PARMEGGIANI, 2015; BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2010). Este apontamento se dá ao verificar que em todas as cidades presentes nesta pesquisa ocorreram publicações referentes à prestação de contas, por exemplo.

Contudo, torna-se assertivo dizer que, embora haja desafios a serem superados, acredita-se que se houver vontade política as mídias sociais, como o *Facebook*, concordando com Brumatti e Aquino (2018) e Bertot, Jaeger e Grimes (2010), podem ser utilizadas para criar uma cultura de transparência e – por que não? – de controle e engajamento social.

Observou-se, a partir dos dados apresentados, que há uma tentativa de utilizar as mídias sociais como um instrumento estratégico de atendimento à Lei de Acesso à Informação. Relacionando-as, assim, à busca de fazer a informação pública chegar ao cidadão, utilizando-as de forma complementar aos sítios eletrônicos oficiais (.GOV.BR), os quais continuam sendo os canais oficiais para a divulgação dos itens que são obrigatórios por lei de serem divulgados.

Identificou-se, ainda, uma discreta utilização das mídias sociais como estratégia de atendimento à LAI em termos de prestação de contas e divulgação de dados, que vai ao encontro dos resultados obtidos por Oliveira e Raminelli (2014) e Mäkinen e Kuira (2008) e discorda com os achados de Clemente Júnior e Gomes (2019), no sentido de as informações de interesse público serem totalmente evidenciadas. Contudo, vale ressaltar que tal fato não torna as administrações politicamente corretas e isentas de atos corruptos (CATTANI, 2016; BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2010; HEEKS, 1998), visto que, apesar de os perfis terem potencial

² Termo comumente utilizado para fazer referência a atitudes éticas em uma organização, onde os membros desta devem atuar de forma transparente e responsável, prestando contas às instâncias reguladoras e/ou aos *stakeholders* desta entidade (CAMPOS, 1990).

para serem utilizados como uma ferramenta estratégica de transparência, os dados ali publicados passam por uma seleção, visando impactar positivamente a imagem de seus gestores (PARMEGGIANI, 2015), o que acarreta, mesmo em um “site alternativo”, uma ilusão de transparência (HEALD, 2006), uma vez que informações que tratem, por exemplo, de desvio de recursos, possivelmente não serão publicadas, já que podem dar à gestão uma má imagem perante a população.

Em contraponto, achados de Brumatti e Aquino (2018) apontam que as mídias sociais, em específico o *Facebook*, é um modismo pertencente ao movimento conhecido na literatura como *management fashion* ou, em livre tradução, Teoria da Moda Gerencial (MARCUCIO; STECCOLINI, 2005; ABRAHAMSON, 1996), onde a adoção de determinadas ferramentas contemporâneas por governos locais não contribuem para uma cultura de transparência, prestação de contas e engajamento cidadão, justamente por serem uma “moda” e, portanto, meios passageiros (BRUMATTI; AQUINO, 2018).

Entretanto, os dados aqui apresentados contribuem para as pesquisas dos autores no sentido de trazerem indícios de que as mídias sociais podem ser utilizadas como uma ferramenta de divulgação de informações pelos governos locais. Contudo, para se inferir um resultado, torna-se necessária a utilização da mesma abordagem aqui adotada em uma amostra maior, com o objetivo de perceber o comportamento de mais de um município nas cinco regiões do país.

Por fim, esta pesquisa, assim como os estudos de Brito (2008) e Robinson *et al.* (2008), apontam as mídias sociais como um elemento complementar com os sites governamentais oficiais para o atendimento de Leis que tratam sobre transparência. Não obstante, verifica-se que há potencialidade das redes sociais serem utilizadas como uma ferramenta estratégica de atendimento à LAI, e está sendo sinalizada a sua utilização neste sentido nas cinco regiões do Brasil, apesar de sua forma discreta, como pôde ser observado no Quadro 5.

Não obstante, a sociedade desenvolveu-se de forma que as mídias sociais se tornaram um eficiente meio de comunicação ao qual o homem pós-moderno está intimamente ligado (CASTRO; SOUZA; SANTA BRÍGIDA, 2019). Assim sendo, apesar de sua incipiente utilização como ferramenta estratégica para o atendimento da LAI, este trabalho, assim como os de Parmeggiani (2015), Lopes (2019), Clemente Júnior e Gomes (2019) e Bertot, Jaeger e Grimes (2010), traz indícios de que as mídias sociais podem ser um modo complementar para este fim, contribuindo para a criação de uma cultura de transparência, ou seja, uma gestão que de fato terá a divulgação de toda e qualquer informação como regra e a sua não divulgação como exceção.

REFERÊNCIAS

ABDELSALAM, H. M.; REDDICK, C. G.; GAMAL, S.; AL-SHAAR, A. Social media in Egyptian government websites: presence, usage and effectiveness. **Government Information Quarterly**, v. 30, p. 406-416, 2013.

ABRAHAMSON, E. Management Fashion. **Academy of Management Review**, vol. 21, nº 1, p. 254-285, 1996.

AGÊNCIA IBGE. IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017. **Agência IBGE notícias**, Brasil, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017>. Acesso em: 23 mai. 2019.

ARAÚJO, R. F.; TRAVIESO-RODRÍGUEZ, C.; SANTOS, S. R. de O. Comunicação E Participação Política No Facebook: análise dos comentários em páginas de parlamentares brasileiros. **Informação & Sociedade**, Brasil: João Pessoa, 2017, p. 279-190.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1977.

BATISTA, C. L. Informação pública: controle, segredo e direito de acesso. **Intexto**, v. 26, p. 204-222, 2012.

BERGAMASCHI, S; ALBINO, J. P.; TRIPOLONI, J. M. P.; BARIZON, M. V. F.; SLOBODTICOV, R. Redes sociais na Internet: uma investigação sobre práticas de compartilhamento de arquivos no Facebook. **Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Brasil, 2011, p. 125-141.

BERTOT, J. C.; JAEGER, P. T.; GRIMES, J. M. Using ICTs to create a culture of transparency: E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. **Government Information Quarterly**. Volume 27, 3ª Edição, 2010, p. 264-271, University of Maryland, College Park, Maryland, USA.

BRAGA, L. V.; GOMES, R. C. Participação eletrônica e suas relações com governo eletrônico, efetividade governamental e accountability. **Organizações & Sociedade**, 2016, p. 487-506.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Portal da legislação – Governo Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

BRASIL. **Lei Federal 12.527**. Regula o acesso a informações. Brasília: Casa Civil, 18 nov. 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em 20 de maio de 2019.

BRITO, J. Hack, mash, & peer: Crowdsourcing government transparency. **Columbia Science and Technology Law Review**, 2008, 9, 119–157.

BRUMATTI, L. M.; AQUINO, A. C. B. de. Transparência através das mídias sociais: uma nova moda gerencial. **CASI**, Brasil, v. 8, 2018.

BUVINICH, D. P. R. O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros. **Rev. Adm. Pública**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 55-82, 2014.

CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de administração pública**, v. 24, n. 2, p. 30-50, 1990.

CAMPOS, R.; PAIVA, D.; GOMES, S. Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás. **Revista Sociedade e Estado**, Brasil, 2013.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

CASTRO, H. A. S. de; SOUZA, K. E. F.; SANTA BRÍGIDA, F. B. As mídias sociais como elemento mobilizador utilizado pelos movimentos sociais. **Intercom**, Brasil: Belém, 2019.

CATTANI, D. Gestão Pública em Redes Sociais: uma investigação sobre páginas de prefeituras brasileiras no Facebook. **PRISMA.COM**, [s. l.], v. 30, p. 95-109, 2016.

CGU – CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Escala Brasil Transparente 360º**. Brasília: CGU, 2018. Disponível em <http://transparencia.gov.br/brasiltransparente?ordenarPor=posicao&direcao=asc>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

CGU - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Acesso à informação pública: uma introdução à lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília: CGU, 2011. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoainformacao.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

CLEMENTE JUNIOR, S. dos S.; GOMES, A. L. Z. Comunicação Pública em uma Secretaria Municipal. **Intercom**, Brasil: Belém, 2019.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. de S.; SILVA, L. M. da; MACEDO, M. Á. da S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Brasil: Rio de Janeiro, 2011, p. 153-76.

CRUZ, M. do C. M. T.; SILVA, T. A. B.; SPINELLI, M. V. O papel das controladorias locais no cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos municípios brasileiros. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 721-743, set. 2016.

DUARTE, J. Instrumentos de comunicação pública. In: Duarte, J. (org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 59-71.

DUARTE, J.; RIVOIRE, V.; Ribeiro, A. A. Mídias sociais online e prática jornalística: um estudo em Santa Catarina. **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**, v. 13, n. 1, p. 1-10, 2016.

EBBERS, W. E.; van DIJK, J. A. G. M. Resistance and support to electronic government, building a model of innovation. **Government Information Quarterly**, 2007, 24, 554–575.

FACEBOOK. **Página Inicial**. Online, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/>. Acesso em: 2 set. 2019.

GOOBEC. Veja quantos usuários tem o facebook, YouTube, Instagram e as outras redes sociais. **GOOBEC**, Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.goobec.com.br/blog/redes-sociais-dados-estatisticos-2018/>. Acesso em: 23 mai. 2019.

HASWANI, M. F. **Comunicação pública e política**. In: KUNSCH, M. M. K. (org.). *Gestão em comunicação organizacional e relações públicas*. 2ª ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2009.

HEALD, D. Varieties of Transparency. **Proceedings of the British Academy**, 2006, p. 25-43.

HEEKS, R. Information technology and public sector corruption. Manchester, UK: **Institute for Development Policy and Management**, 1998.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Brasília, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

IBGE. **Conheça Cidades e Estados do Brasil**. Online, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 4 out. 2019.

KLEIN, Rodrigo H.; KLEIN, Deisy C. B.; LUCIANO, E. M. Identificação de mecanismos para a ampliação da transparência em portais de dados abertos: uma análise no contexto brasileiro. **FGV EBAPE**, Brasil, 2018, p. 692-715.

KOÇOUSKI, M. **Comunicação pública: Construindo um conceito**. In: MATOS, H. H. G. (org.). *Comunicação Pública: Interloquções, interlocutors e perspectivas*. São Paulo: ECA / USP, 2013.

LÉVY, P. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

LOPES, R. S. Possibilidades de comunicação pública no Instagram: Uma Análise da Prefeitura de Santo Antônio de Jesus. **Intercom**, Brasil: Belém, 2019.

MACADAR, M. A.; FREITAS, J. L. de; MOREIRA, C. R. Transparência como elemento fundamental em governo eletrônico: uma abordagem institucional. **Revista Gestão & Tecnologia, Pedro Leopoldo**, Brasil, 2015 p. 78-100.

MÄKINEN, M.; KUIRA, M. W. Social media and post-election crisis in Kenya. **The International Journal of Press/Politics**, 2008, 13, 328–335.

MALACRIDA, M. J.; YAMAMOTO, M. M. Governança Corporativa: Nível De Evidenciação Das Informações E Sua Relação Com A Volatilidade Das Ações Do Ibovespa. **Revista de Contabilidade e Finanças**, Brasil: São Paulo, 2006, p. 65-79.

MANETTI, G.; BELLUCCI, M.; BAGNOLLI, L. Stakeholder engagement and public information through social media: a study of Canadian and American public transportation agencies, 2017.

MARCUCCIO, M.; STECCOLINI, I. Social and environmental reporting in local authorities. **Public Management Review**, vol. 7, nº 2, p. 155-176, 2005.

MARQUES, E. B.; RIBEIRO, M. A. A Transparência E O Controle Social Na Gestão Pública Municipal De Tangará Da Serra. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, Brasil, 2012.

MARQUES, F. P. J. A. “Muro baixo, o povo pula”: iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 16, nº 1, Junho, 2010, p. 117-142.

MATOS, H. H. G. Comunicação Política e Comunicação Pública. **Organicom**, Ano 3, nº 4, 2016.

MAWELA, T. Exploring the role of social media in the G2C relationship: a South African perspective **Information Development**, vol. 33, n. 2, p. 117-132, 2017.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

OLIVEIRA, A. G. de; PISA, B. J. IGovP: índice de avaliação da governança pública - instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 49, n. 5, p. 1263-1290, out. 2015 .

OLIVEIRA, A. G.; CARVALHO, H. A.; CORRÊA, D. P. Governança Pública e Governabilidade: Accountability e Disclosure possibilitadas pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público como Instrumento de Sustentabilidade do Estado. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasil: Brasília, 2013, p. 91-104.

OLIVEIRA, D. J. S.; BERMEJO, P. H. de S. Mídias sociais e administração pública: abálise do sentimento social perante a atuação do Governo Federal Brasileiro. **Organização & Sociedade**, Brasil, 2017, p. 491-508.

OLIVEIRA, R. S. de; RAMINELLI, F. P. O direito ao acesso à informação na construção da democracia participativa: uma análise da página do Conselho Nacional de Justiça no Facebook. **Sequência**, Brasil: Florianópolis, 2014, p. 159-182.

PALASSI, M. P.; MARTINS, G. F.; DE PAULA, A. P. P. Consciência Política E Participação Cidadã De Estudantes De Administração: Um Estudo Exploratório Em Uma Universidade Pública No Brasil. **Revista Eletrônica de Administração**, Brasil: Porto Alegre, 2016, p. 435-461.

PARMEGGIANI, B. Facebook e accountability? Um estudo de caso da Fanpage da presidente Dilma Rousseff. **Compólitica**, Brasil, 2015, p. 101-124.

RIBEIRO, M. M.; CUNHA, M. A.; BARBOSA, A. F. E-participation, social media and digital gap: challenges in the Brazilian context. In: **the 19th Annual International Conference**, 2018.

ROBERTS, N. Public deliberation in an age of direct citizen participation. **American Review of Public Administration**, 2004, 34, 315–353.

ROBINSON, D.; YU, H.; ZELLER, W. P.; FELTEN, E. W. Government data and the invisible hand. **Yale Journal of Law and Technology**, 2008, 11, 160–175.

ROTHBERG, D.; CAMARGO, M. G. de. Relações públicas e sustentabilidade: a qualidade da comunicação pública digital de órgãos de governo ambientais. **Revista Internacional de Relações Públicas**, n. 15, vol. VIII, p. 153-176, 2018.

SANTANA JUNIOR, B. de; LIBONATI, J. J.; VASCONCELOS, M. T. de C.; SLOMSKI, V. Transparência Fiscal Eletrônica: Uma Análise Dos Níveis De Transparência Apresentados Nos Sites Dos Poderes E Órgãos Dos Estados E Do Distrito Federal Do Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasil 2009, p. 62-84.

SANTI, V. J.; DA LUZ, W. O. O uso das redes sociais pelo governo de Roraima como ferramenta na prática jornalística. **Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, Palmas, v. 1, ed. 2, p. 145-167, 2017.

SANTOS, M. dos; VISENTINI, M. S. Elaboração de um ranking da transparência e compreensão das práticas de gestão de municípios integrantes do COREDE Missões-RS. **Administração Pública e Gestão Social**, Brasil, 2018, p. 239-247.

SCROFERNEKER, C. M. A.; SILVESTRIN, C. B.; SILVA, D. W. da; OLIVEIRA, R. F. de. Comunicação e mídias sociais: em busca de diálogos possíveis. **Intercom**, Brasil: Manaus, 2013.

SHAH, B. P.; LIM, N. Using social media to increase e-government adoption in developing countries. **ICEGOV2011**, 2011, Tallinn, Estonia.

SILVA, A. S. R.; DALTRO, E. F. M. de A.; SANTOS, E. M. dos; OLIVEIRA, J. H. P. Mídias sociais na administração pública: um estudo sobre a utilização do Facebook pelos municípios do Recôncavo do estado da Bahia – Brasil. **Tourism & Management Studies**, 2015, p. 174-181.

SILVA, L. M. **Publicidade do poder, poder da publicidade**. In: DUARTE, J. (org.). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

SIMONARD, P.; SANTOS, A. R. V. identidade, pertencimento e engajamento político nas mídias sociais. **INTERthesis**, Brasil, 2017, p. 16-31.

SOUZA FILHO, J. R. A. de; FONSECA, F. S.; HJORT, R.; PINHO, V. D. M. de. Análise de redes sociais pode aproximar governo e cidadão? **Revista Brasileira de Administração Científica**, Brasil: Sergipe, 2014p. 172-185.

SUMARES, Gustavo. Facebook tem mais de 100 milhões de usuários brasileiros. **Olhar Digital**, Brasil, 2016. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/noticia/facebook-tem-mais-de-100-milhoes-de-usuarios-brasileiros/57706>. Acesso em: 23 mai. 2019.

VILHENA, A. N. A convergência dos meios de comunicação social na Internet e o tratamento dado à informação. **Prisma.com**, n. 22, p. 1-18, 2014.

YANAZE, M. H. **Gestão de Marketing e Comunicação: Avanços e aplicações**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. The causes of fiscal transparency: evidence in the Brazilian states. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 66, p. 242-254, set./out./nov./dez. 2014.

Planejamento tributário: uma análise do perfil dos artigos disponíveis na plataforma CAPES no período de 2009 a 2019

Andressa Bessa dos Santos

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

E-mail: andressasantossantos06@gmail.com

Maurílio Arruda de Araújo

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

E-mail: maurilioarruda@hotmail.com

RESUMO

Cotidianamente as entidades são obrigadas a pagar tributos, obrigações que custam caro e que afetam diretamente os lucros, e que causam descontentamento em muitos empresários que buscam expandir seus negócios. O Planejamento tributário é o instrumento contábil que auxilia as empresas na busca de estratégias para reduzir, postergar e até mesmo anular tributos que incidem diariamente sobre as entidades. O presente trabalho objetiva-se descrever e analisar o perfil dos artigos disponíveis na Plataforma de periódicos CAPES no período de 2009 a 2019 sobre o tema Planejamento Tributário. Quanto à natureza da pesquisa, classifica-se como quantitativa, pois a mesma utiliza recursos de porcentagem para apurar os resultados, no qual, percebe-se uma quantidade superior de autores homens, uma predominância de artigos publicados da região Sudeste e mais da metade dos autores possui titulação de mestre. Apesar da relevância do tema, notou-se que ainda existem poucos estudos publicados nos últimos 11 anos (aproximadamente) sobre planejamento tributário.

Palavras-chave: Contabilidade tributária. Planejamento tributário. Análise Bibliométrica. Portal CAPES. Produção científica.

1. INTRODUÇÃO

Os tributos estão presentes no cotidiano das sociedades desde a antiguidade, tendo como papel principal, recolher recursos para manter os serviços prestados pelo ente público para o bem comum da sociedade. De acordo com o artigo 3º do Código Tributário Nacional (CTN), tributos é toda parcela monetária obrigatória, em dinheiro ou algo que possa ser convertido em moeda, de ato lícito, instituído por lei, recebido somente por órgãos administrativos públicos.

O Brasil, atualmente, possui o sistema tributário considerado um dos mais complexos do mundo, por conter uma série gigantesca de normas e regulamentos. Para Guimarães et. al (2016), o sistema tributário legal está estabelecido em uma estrutura regulamentar delineada em hipóteses elaboradas a partir de acontecimentos jurídicos e econômicos. Tais obrigações fiscais são más vistas pela a sociedade e causam descontentamento, principalmente aos empresários que buscam por meio de seus negócios aumentar seus lucros.

Dessa forma, as empresas procuram cada dia, melhorar as estratégias para conseguir reduzir os tributos que incidem sobre as mesmas. Araújo et al. (2018), ressalta que, após as

mudanças originadas da globalização no século passado, as entidades necessitaram reorganizar-se tanto na relação de ideias, quanto economicamente. Precisando assim, ainda mais de instrumentos auxiliares na tomada de decisão, principalmente em âmbito fiscal.

A contabilidade vem com esse intuito, possibilitar aos entes econômicos, estratégias e instrumentos técnicos que ajudam os mesmos tomarem decisões, analisando todas as vertentes ao redor do problema. Os procedimentos contábeis têm como função relatar, medir e classificar os fatos econômicos, onde os mesmos irão direcionar as empresas na decisão certa a ser tomada (ARAÚJO *et al*, 2018).

O planejamento tributário é um dos métodos contábeis de suma importância para as empresas, pois o mesmo procura caminhos lícitos para reduzir, postergar ou até mesmo anular tributos. Para Vello e Martinez (2014), o planejamento tributário será eficiente quando for possível alcançar a redução dos tributos mediante as leis sem gerar gastos superiores ao que foi reduzido ou quando não há práticas consideradas ilícitas.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo, descrever e analisar as características dos artigos já publicados e disponíveis na Plataforma de Periódicos CAPES, relacionados ao Planejamento Tributário temas vinculados, durante os anos de 2009 a 2019, levando em consideração alguns parâmetros utilizados pelos autores para a realização dos referidos estudos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Aspectos gerais sobre a Carga Tributária

Desde a antiguidade, as entidades estão cotidianamente, obrigadas pela legislação a pagar tributos, forma pela qual, garante principalmente, a manutenção do Estado. De acordo com Foster *et al*. (2016), no momento que o ser humano instituiu o Estado, houve a necessidade de desenvolver uma forma de adquirir recursos para manter os benefícios comuns da sociedade. Dessa maneira, os tributos garantem para Estado um meio de sustentabilidade para exercer suas funções e administrar a máquina pública (NAZÁRIO *et al*., 2008).

Com passar das décadas, a carga tributária vem aumentando gradativamente, principalmente no Brasil. Lima e Rezende (2019) afirma que, o Brasil está entre os países com a maior carga tributária do mundo, alcançando 40% do Produto Interno Bruto (PIB), aumentando os custos dos serviços e produtos produzidos.

Os tributos então, passou a ser um grande obstáculo para muitos empresários, pela complexidade do sistema, a necessidade de um profissional hábil e a falta de conhecimento em tratar de certas obrigações do Fisco, muitas empresas são lavadas a falência. Nos estudos de Sampaio e Marques (2015), identificou-se que o principal fator em levar entidades a encerrar suas atividades, é a alta carga tributária do país.

Portanto, é indispensável que as organizações tenham de fato um gerenciamento eficaz, regulado e baseado no conhecimento aprofundado de gestão na área tributária. Oliveira (2014) ressalta que, existe uma grande necessidade em administrar o elevado volume de taxas e impostos, que alteram de fato, os resultados das empresas onde, a contabilidade e a controladoria sofrem grandes dificuldades, necessitando especificamente, do auxílio exclusivo da contabilidade tributária.

A contabilidade tributária é a área contábil que auxilia as entidades a gerenciar de forma minuciosa, (com a utilização de métodos e técnicas), os tributos que recaem sobre as empresas e de forma legal, reduzir a carga tributária. De acordo com Pohlmann (2010), o profissional contábil tributarista estuda, de forma geral, verificar meios mediante a lei, diminuir o volume de tributos e obrigações do Fisco.

Além disso, a contabilidade tributária verifica a viabilidade da empresa e identifica o regime tributário mais compatível para a entidade. De acordo com Fabretti (2017), a contabilidade tributária objetiva executar os princípios, conceitos e regras fundamentais da legislação tributária e da contabilidade, de maneira congruente e sincronizada.

2.2. Sistema Tributário Nacional

O sistema tributário é um agrupamento organizado e lógico dos tributos que integra a hierarquia jurídica, incluindo normas e princípios, voltados aos conteúdos tributários, (BARTH *et al.*, 2016). Garantindo assim, que o Estado não tenha poder absoluto sobre os tributos, para Oliveira (2014), o sistema tributário está ligado a arrecadação do tributo, mediante aos princípios normativos empregado, contendo destino específico, limitando a autoridade do Governo em tributar livremente.

O Brasil possui um sistema tributário bastante complexo, Costa (2018) evidência em seus estudos que existem fatores que agravam ainda mais a complexidade do sistema, como as particularidades das configurações adotadas em 1988 pelo Estado Federado e suas reações na carga tributária. Causando assim, um número bastante elevado de mudanças nas normas tributárias, conseqüentemente, dificultando muito mais a compreensão do sistema.

Além disso, o sistema tributário brasileiro não dispõe leis padronizadas, ou seja, cada município, estado e federação possui suas próprias leis tributárias. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (2018), desde 1988, foram editadas 390.726 normas, distribuídas nas áreas municipal, estadual e federal. Sendo inviável acompanhar todas as atualizações das normas, impossibilitando conhecer de forma total, todas as leis que engloba o sistema tributário nacional.

O sistema ainda conta com quatro tipos de regime tributários; lucro real, lucro presumido, lucro arbitrário e simples nacional, no qual regem os tributos que incidem sobre os resultados das empresas, Sontag *et al.* (2015). Tais regimes indicarão quais os tributos devem ser pagos e quanto o contribuinte deverá pagar por cada um, dessa forma o contribuinte consegue diminuir sua carga tributária, escolhendo a melhor forma de tributação para sua empresa.

2.3. Planejamento Tributário

As organizações para continuar operando no mercado, é necessário reduzir os gastos (BERNADO *et al.*, 2016). De acordo com IBPT (2017), foram gastos mais de 60 bilhões com cálculo e pagamento de tributos, sendo 1,5% dos faturamentos anuais das empresas. Em meio as várias obrigações com o fisco, as entidades buscam cada vez mais, formas de driblar os tributos gerados no dia a dia, para assim obter maiores lucros.

O planejamento tributário ou elisão fiscal é o instrumento da contabilidade que por meio de procedimentos que realiza, de forma legal, minimizar, reduzir ou postergar pagamentos dos tributos que re incidem sobre as organizações, (PILATI; THEISS, 2016; TOVAR; MOREIRA, 2018). Macei e Flenik (2018), ressalta que todo o percurso feito pelo planejamento tributário é traçado pelo princípio da legalidade, liberdade contratual e licitude das operações, para alcançar a diminuição das obrigações fiscais.

Diferente da evasão fiscal, que utiliza meios ilícitos, contra a legislação, para arrecadar menos tributos, praticada após o fato gerador acontecer, (MARTINEZ; SILVA, 2017; PILATI; THEISS, 2016), a elisão fiscal, procura em meio as leis, brechas lícitas para reduzir as exigências do fisco, antes que ocorra a hipótese de incidência, ou seja, o fato gerador, sendo, garantido por lei, o contribuinte buscar formas de minimização da carga tributária, para alcançar maiores resultados,(PILATI; THEISS, 2016).

Para que haja uma elisão fiscal congruente com a lei são necessários profissionais qualificados, com conhecimentos aprofundados e atualizados sobre as leis, (já que as mesmas estão em constantes mudanças) e as técnicas de planejamento. Nos estudos de Pilati e Theiss (2016), constatou-se uma dificuldade dos profissionais contábeis em interpretar a legislação em casos de evasão e elisão fiscal, podendo levar a um planejamento tributário evasivo, ou seja, um planejamento ilegal.

Na literatura, o planejamento tributário, em alguns estudos, é abordado nos assuntos de agressividade fiscal ou *tax avoidance*. Para os autores Chiachio, Martinez (2019), Braga (2017), Martinez, Ramalho (2017) e Martinez, Silva (2017), não existe uma definição clara a respeito da agressividade fiscal ou *tax avoidance*, por não conter muitos estudos relacionados aos mesmos, mas alguns autores a define como um conjunto de estratégias para reduzir impostos, sendo ligado ao planejamento tributário.

2.4. Estudos na temática contábil

Os estudos na área da contabilidade ainda são considerados prematuros, Costa e Martins (2016), relatam em sua pesquisa as características epistemológicas de publicações científicas em contabilidade, como os estudos na contabilidade são recentes e de baixa qualidade, apresentam poucas fundamentações relevantes sobre os assuntos, resultados esses, considerados preocupantes pelos autores.

Macedo *et al.* (2010) investigaram como as produções científicas em administração e contabilidade utilizaram a ferramenta de Análise Envoltória de Dados (DEA) no período de 1998 a 2007, no qual identificaram uma predominância de publicações nas Revistas Pesquisa Operacional e no EnANPAD e o uso da metodologia DEA está concentrado principalmente no setor de Operações, em seguida a área Contábil Financeira e a área Bancária. Além disso, constatou-se uma preferência dos autores em produzir artigos em dupla ou em trio.

Carvalho *et al.* (2010), por sua vez, examinou a contribuição de publicações sobre o ciclo de vida organizacional para a pesquisa em contabilidade gerencial, em artigos de publicações internacionais. Concluiu-se, que os procedimentos do ciclo de vida organizacional e outras variáveis auxiliam na complexidade e na formação do sistema gerencial de contabilidade.

Oliveira e Boente (2012), com objetivo de analisar o perfil da produção científica sobre contabilidade gerencial, durante dos anos 2002 a 2010, observou-se, que a literatura gerencial está em torno de pesquisas exploratórias, com publicações ocorridas principalmente no ano de 2009, em veículo de divulgação principalmente, em revista científicas, com predominância de artigos publicados no estado de São Paulo.

No que refere-se à averiguação sobre a análise de periódicos regionais de contabilidade, em relação a contabilidade ambiental, durante os anos de 2001 a 2010. Parente *et al.* (2013), identificaram que existem poucos artigos relacionados ao tema da pesquisa, distribuídos pelos estados que possuem revistas técnicas *online* dos CRC's (Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul).

Ribeiro (2014), em seus estudos analisou o perfil da evolução dos artigos publicados durante 1999 a 2013, com temas relacionados a contabilidade internacional, observou-se, uma predominância de artigos publicados nas Revistas Contabilidade & Finanças e Universo Contábil, crescimento obtido a partir de 2007, concentrados na região Sudeste do país.

Silva *et al.* (2018) verificaram, por meio de análise, os artigos voltados para área contábil vinculados ao ensino da contabilidade e a pesquisa nos eventos da EnANPAD e EnEPQ, durante 2002 a 2011, observou-se um domínio de autores do sexo masculino em relação ao sexo feminino e a maioria dos artigos foram escritos por autores vinculados a

universidade pública. No que tange a análise dos estudos bibliométricos sobre planejamento tributário, não há artigos voltados ao tema, mostrando a necessidade desse estudo.

3. MÉTODO PROPOSTO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a produção científica nos últimos 11 anos (aproximadamente) sobre o tema planejamento tributário, por meio da pesquisa descritiva. Para os autores, Prodanov e Freitas (2013) e Vergara (2014), a pesquisa descritiva pretende retratar as particularidades de uma determinada amostra, fenômeno ou população, por meios de procedimentos e técnicas.

Quanto à natureza da pesquisa, o artigo caracteriza-se como quantitativa, em que a mesma procura, analisar, apurar resultados das variáveis por meio de porcentagens (procedimento de característica quantitativa). Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa quando quantitativa, procura retratar as opiniões, informações e respostas, por meio dos números, sendo assim, analisadas e classificadas.

Em relação à técnica utilizada nesse estudo, foi adotada a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de estudos já publicados e disponíveis em revistas, periódicos, jornais e dentre outros meios de divulgação (PRODANOV; FREITAS, 2013). Para coletar os dados fez-se necessário o uso do método bibliométrico com o intuito de validar e mensurar a produção científica em determinada área específica. Inicialmente, voltada somente na análise de livros por meio da estatística descritiva, com o tempo, tal técnica, foi aderida para o campo das produções científicas (ARAÚJO, 2006).

A pesquisa limitou-se em investigar artigos científicos publicados sobre planejamento tributário entre o período de 2009 a 2019, disponíveis na Plataforma de Periódicos Capes, sendo selecionadas pelas palavras-chaves “planejamento tributário” e/ou “elisão fiscal”, incluídas nos títulos, no corpo textual e palavras-chaves, possibilitando assim, uma amostra de 43 artigos.

As amostras foram tratadas em duas planilhas que foram elaboradas no programa do Microsoft Excel, sendo classificados por variáveis. Na primeira planilha foram tabuladas as informações sobre os autores (ano, título, nome dos autores, titulação, área temática, sexo e região) e, na segunda planilha, foram adicionadas informações sobre os artigos (ano, título, revista, classificação da pesquisa, abordagem, métodos de coleta de dados, referências bibliográficas e qualis das revistas).

4. ANÁLISE E RESULTADO DA PESQUISA

Nessa seção serão analisados os dados apurados a partir dos artigos disponíveis na Plataforma Capes, referentes ao tema Planejamento Tributário publicado nos últimos 11 anos. Tais resultados foram tratados a partir da planilha bibliométrica, produzida no programa Microsoft Excel onde serão apresentados em tabelas.

4.1. Número de autores em cada artigo

A tabela 1 apresenta o número de autores contido nos artigos extraídos da Plataforma Capes, com assuntos relacionados ao Planejamento Tributário, em que constatou-se uma predominância em publicações produzidas por dois autores, que representam 39,53% dos artigos examinados. Em seguida, com o percentual de 23,26% dos artigos produzidos, possui três autores. As publicações singulares e elaboradas por quatro autores, correspondem a 13,95% dos estudos, seguido dos cinco autores com 6,98% e de seis autores com 2,3%.

Tabela 1- Número de autores por artigo

Quantidade de Autores	Nº de Artigos	Representação em Porcentagem (%)
1	6	13,95
2	17	39,53
3	10	23,26
4	6	13,95
5	3	6,98
6	1	2,33
Total	43	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor

Foi possível verificar uma diferença em percentual de 9,31% entre os artigos produzidos por 3 autores e os artigos elaborados individualmente, apontando uma preferência dos autores em produzir com auxílio de outros escritores a respeito do referido tema. Nota-se que essa preferência se limita entre 2 e 3 autores representando 62,79%, os demais, possui percentagens sem representação significativa.

4.2. Gênero do autor principal

Na tabela 2, foi analisada a distribuição de gêneros dos autores principais, no qual, observou-se que 69,77% dos artigos analisados, contém autores do gênero masculino, representando a maioria, em quanto apenas 30,23% das publicações, dispõe autores do sexo feminino.

Tabela 2- Gênero do autor principal

Sexo	Nº de autores	Representação em Porcentagem (%)
Femini no	13	30,23
Mascul ino	30	69,77
Total	43	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor

Nota-se uma predominância significativa de autores principais do gênero masculino, alcançando mais da metade dos artigos publicados sobre tema, obtendo um percentual de 69,77% do total, como estabelece a tabela 2. De acordo com os estudos de Junior *et al.* (2014), essa superioridade de autores masculinos sobre autores femininos é natural, já que o número de pesquisadores e profissionais contábeis, são de gênero masculino. Conforme os números do Conselho Federal de Contabilidade (2019), o número de contadores e técnicos do gênero masculino, no Brasil é de 57,21% número superior ao gênero feminino com percentual de 42,78%, vale ressaltar que o Planejamento Tributário possui vínculo na área contábil.

4.3. Gêneros dos autores

Quanto a divisão dos gêneros de todos os autores, de acordo com a tabela 3 dos 117 autores responsáveis pelos 43 artigos, 61,54% tiveram a participação de pesquisadores do sexo masculino, enquanto que 38,46% houve contribuição de autores do sexo feminino, uma diferença no percentual de 23,08%, entre o sexo masculino e o feminino.

Tabela 3- Gênero dos autores

Sexo	Nº de autores	Representação em porcentagem (%)
Femino	45	38,46
Masculino	72	61,54
Total	117	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

4.4. Formação acadêmica

A respeito da formação acadêmica dos autores principais, foi possível verificar que 58,14% dos autores são formados no curso de Ciências Contábeis, representando a maioria. Os cursos de Administração e Direito alcançaram 16,28%, somados totalizam 32,56%. Enquanto curso de Engenharia possui 4,66%, os cursos de Tecnologia e Gestão Financeira e Planejamento Tributário obteve 2,32% dos autores, de acordo com a tabela 4.

Tabela 4- Área de formação acadêmica

Formação acadêmica	Nº de autores	Representação em porcentagem (%)
Administração	7	16,28
Ciências Contábeis	25	58,14
Direito	7	16,28
Engenharia (Civil e Transporte)	2	4,66
Tecnologia e gestão financeira	1	2,32
Planejamento Tributário	1	2,32
Total	43	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

É possível analisar uma predominância da formação acadêmica dos autores no curso de Ciências Contábeis sobre os cursos de Tecnologia e Gestão Financeira e Planejamento Tributário, em que observa-se um interesse dos pesquisadores da área Contábil sobre o tema, resultado coerente, já que o Planejamento Tributário é um instrumento da contabilidade.

4.5. Titulação do autor principal

Em relação à titulação do autor principal observa-se que a maioria dos autores dos artigos analisados, possuem pesquisadores com titulação de mestre, representando um percentual de 51,16% do total, quanto a titulação em graduação, obteve um percentual de 20,93%, seguido da titulação de doutor, com 16,28% e pós-graduação 11,63%, como destacado na tabela 5.

Tabela 5- Titulação do autor principal

Titulação	Nº de artigos	Representação em (%)
Graduação	9	20,93
Pós-Graduação	5	11,63
Mestre	22	51,16
Doutor	7	16,28
Total	43	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor

É interessante salientar como o assunto abordado nos artigos é bastante estudado por autores com titulação de mestre, sendo mais da metade das publicações (vinte e dois artigos dos quarenta e três examinados). Esse número pode ser justificado, pelo crescimento na quantidade de programas de mestrado nos últimos anos. Com base nos dados do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos- CGEE (2015), o número de programas de mestrado durante os anos de 1996 a 2014, houve um crescimento de 205%.

4.6. Natureza da instituição

Na tabela 6 dispõe a respeito da origem das instituições vinculadas ao primeiro autor, onde foi possível averiguar um percentual de 55,81% dos artigos analisados, possui vínculo com instituições de ensino de natureza pública, enquanto que as instituições de natureza privada são representadas por 44,19% do total.

Tabela 6- Natureza da instituição

Instituição	Nº de artigos	Representação em porcentagem (%)
Pública	24	55,81
Privada	19	44,19
Total	43	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Percebe-se que mesmo as instituições de natureza pública possuem um incentivo maior em relação à pesquisa (com parcerias governamentais de apoio à pesquisa), não houve uma predominância representativa sobre as instituições privadas, obtendo uma variação de 11,62% entre instituições públicas e privadas.

4.7. Publicação dos artigos por instituições

Na tabela 7 aborda-se a respeito das instituições que mais publicaram artigos sobre o tema Planejamento Tributário nos últimos 11 anos. Verificou-se que a faculdade FUCAPE Business School representa 11,63% dos trabalhos escritos sobre o tema, seguido das instituições da USP (Universidade de São Paulo) e UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) com percentual de 9,30%. As faculdades da PUC de São Paulo/ Minas representadas por 6,98% dos artigos e a Universidade Federal de Santa Maria com 4,65% do total de publicações.

Tabela 7- Publicações por instituições

Instituição	Nº de artigos	Representação em porcentagem (%)
FUCAPE Business School	5	11,63
PUC São Paulo/ Minas	3	6,98
UFSM	2	4,65
USP	4	9,30
UFSC	4	9,30
Outras	25	58,14
Total	43	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor

As demais instituições representadas como outros na tabela 7, publicaram nos últimos 11 anos sobre Planejamento Tributário apenas 1 artigo, concentrando um percentual de 58,14% dos artigos analisados. Percebe-se que a instituição privada FUCAPE Business School tem um percentual maior de publicações em relação a instituições públicas USP e UFSC.

4.8. Localização geográfica

Em relação a quantidade de artigos publicados por região, observa-se uma concentração elevada nas regiões Sul (32,56%) e Sudeste (39,53%) que representam 72,09% dos artigos analisados. Sendo 16,28% publicados na região Centro-Oeste, 9,30% no Nordeste e 2,33% no Norte, de acordo com a tabela 8.

Tabela 8- localização geográfica

Região	Instituição	Nº de artigos	Representação em porcentagem (%)
Norte	Norte	1	2,33
	Nord	4	9,30
Nordeste	Centr	7	16,28
	o-Oeste		
Centro-Oeste	Sul	14	32,56
	Sude	17	39,53
Sudeste			
	Total	43	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor

Nota-se uma predominância de artigos produzidos nas regiões Sul e Sudeste, em relação as demais regiões. Essa superioridade existe principalmente, pelo fato das regiões Sul e Sudeste apresentar uma concentração maior em desenvolvimento socioeconômico-cultural e apresentar um número maior de instituições de pós-graduações da área contábil (OLIVEIRA, 2002). Assim, possibilitando uma quantidade superior de artigos publicados, além disso, a região Sudeste detém as instituições que mais publica artigos científicos no país. De acordo com o Academec Ranking of World Universities (2019), a Universidade de São Paulo (USP) foi a instituição que mais publicou artigos científicos no Brasil, com total de 247 publicações, seguido da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com 147 artigos publicados.

4.9. Classificação da pesquisa

A tabela 9 apresenta a classificação da pesquisa mais utilizada nos artigos pelos autores, sendo a pesquisa descritiva mais utilizada, representando 35,29% do total, seguindo do estudo de caso (31,37%) e pesquisa exploratória (19,60%). Enquanto as pesquisas explicativas, estudo de casos múltiplos e pesquisa-levantamento possui 3,92% dos artigos analisados e a pesquisa-ação apenas 1,96%.

Tabela 9- Classificação da pesquisa

Classificação da pesquisa	Nº de artigos	Representação em porcentagem (%)
Descritiva	18	35,29
Exploratória	10	19,60
Explicativa	2	3,92
Estudo de caso	16	31,37
Estudo de casos múltiplos	2	3,92
Pesquisa-levantamento (survey)	2	3,92
Pesquisa- ação	1	1,96

Fonte: Elaborada pelo autor

Além disso, percebe-se uma diferença de 3,92% entre as classificações de pesquisa descritiva e o estudo de caso, sendo as classificações mais utilizadas nas publicações. Dessa forma, vale ressaltar que em alguns artigos os autores utilizaram na metodologia mais de um tipo de pesquisa como, por exemplo, exploratória- descritiva, sendo avaliadas em ambas as pesquisas.

4.10. Abordagem utilizada pelo autor

Examina-se na tabela 10 a respeito das abordagens aplicada pelos autores nas publicações científicas. A pesquisa qualitativa foi a mais abordada nos artigos, significando 53,49% do total, seguindo da pesquisa quantitativa com 39,53% e a qualitativa/quantitativa 6,98%.

Tabela 10- Abordagem utilizada pelo autor

Abordagem	Nº de artigos	Representação em porcentagem (%)
Pesquisa quantitativa	17	39,53
Pesquisa qualitativa	23	53,49
Qualitativa/qu antitativa	3	6,98
Total	43	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor

Observa-se uma diferença no percentual de 13,96% entre a abordagem qualitativa e quantitativa, sendo a pesquisa qualitativa mais utilizada pelos autores. A escolha da abordagem qualitativa\ quantitativa não obteve um percentual significativo, representando um percentual de 6,98% dos artigos analisados.

4.11. Método de coleta de dados

Quanto aos métodos de coleta de dados, é possível verificar que a maioria das publicações científicas analisadas os pesquisadores aplicaram método de pesquisa bibliográfica ou documental representando 82,22%. Pesquisa de campo e entrevista possui 6,67% e o método por questionários somente 4,44%, conforme a tabela 11.

Tabela 11- Método de coleta de dados

Método	Nº de artigos	Representação em porcentagem (%)
Pesquisa Bibliográfica ou documental	37	82,22
Pesquisa de campo	3	6,67
Entrevista	3	6,67
Questionários	2	4,44

Fonte: Elaborada pelo autor

Ao observar a tabela 11, nota-se como o método de pesquisa bibliográfica ou documental é bastante utilizado nos artigos analisados, isso pode ser justificado pelo fato do tema está ligado principalmente as questões legais, necessitando principalmente, coletar informações em livros, sites, web, documentos nacionais quanto internacionais. Vale ressaltar que assim como na tabela 9, alguns artigos utilizaram mais de um método de coleta de dados, sendo assim contabilizados em ambos.

4.12. Classificação das referências bibliográficas

Na tabela 12, está contida a análise da periodicidade das referências bibliográficas dos artigos examinados, onde apurou-se que as referências mais utilizadas pelos autores foram os livros, representando 36,57%, seguido das referências de periódicos com 34,16% e sites web com 15,48%. As demais referências apresentaram uma frequência menor, como disposto na tabela.

Tabela 12- Classificação por referências bibliográficas

Referências bibliográficas		Total por tipo	%	Total geral	%
Livros	Nacionais	377	33,54	411	36,57
	Internacionais	34	3,02		
Periódicos	Nacionais	154	13,70	384	34,16
	Internacionais	230	20,46		
Teses dissertações	Nacionais	34	3,02	35	3,11
	Internacionais	1	0,09		
Sites Web	Nacionais	161	14,32	174	15,48
	Internacionais	13	1,16		
Anais e eventos	Nacionais	48	4,27	50	4,45
	Internacionais	2	0,18		
Jornais e magazines	Nacionais	8	0,71	18	1,60
	Internacionais	10	0,89		
Documentos institucionais	Nacionais	48	4,27	48	4,27
	Internacionais	0	0		
Outros		4	0,36	4	0,36
Total		1.124	100,00	1.124	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores

Ao analisar cada referência bibliográfica e sua representatividade em percentual percebe-se que houve uma diferença de 7,03% entre as referências bibliográficas de livros e de periódicos, sendo as mais utilizadas pelos autores. Além disso, foi possível observar uma predominância nas referências de periódicos internacionais (20,46%) sobre os nacionais (13,70%), sendo que os artigos analisados ser especificamente direcionados ao cunho nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal objetivo, analisar e traçar o perfil dos artigos publicados durante os anos de 2009 a 2019, sobre planejamento tributário, disponíveis na plataforma de Periódicos Capes. Os resultados evidenciam uma preferência dos autores em publicar estudos com participação outros autores; os artigos produzidos por dois autores representam 39,53% e as publicações de três autores apresentam 23,26% do total; juntos, alcançam um percentual de 62,79%, representando mais da metade do total das publicações.

Quanto ao gênero dos autores principais, houve uma predominância em pesquisadores do gênero masculino, alcançando um percentual de 69,77% do total, sendo apenas 30,23% pesquisadores do gênero feminino. No que diz respeito ao sexo dos outros autores, 61,54% do total, é representado por autores do sexo masculino e 38,46% por pesquisadores do sexo feminino, revelando um interesse maior sobre o assunto por parte dos pesquisadores homens.

A respeito da formação acadêmica dos autores principais, verificou-se um percentual de 58,14%, em pesquisadores formados no curso de ciências contábeis, com titulação de mestre alcançando um percentual de 51,16%, representando mais da metade do total, resultado notório, já que a área é a maior interessada sobre o respectivo tema, por trabalhar diretamente com o planejamento tributário.

Em relação a natureza das instituições vinculadas ao primeiro autor, nota-se uma aproximação entre as instituições públicas das instituições privadas em artigos publicados de aproximadamente 55,81% dos autores que possuem vínculos com instituições públicas e 44,19% de instituições privadas. Mesmo as instituições públicas ter garantido o incentivo do governo para pesquisas, as instituições privadas apresentaram resultados bastante significativos em artigos publicados.

Sobre a localização geográfica das publicações, foi possível analisar, uma concentração elevada de artigos nas regiões Sul e Sudeste do país, com aproximadamente 72,09% do total dos artigos, 27,91% distribuídos nas demais regiões.

Quanto a abordagem e aos métodos de coleta de dados, utilizadas pelos autores nos artigos, predominou a qualitativa com 53,49% e os métodos de pesquisa mais utilizados foram os métodos bibliográficos e documental com 82,22%.

Em relação às referências bibliográficas, observou-se um percentual expressivo no uso de livros (36,57%) e periódicos (34,16%).

Apesar da relevância do tema, percebe-se a necessidade de produzir estudos pela comunidade acadêmica sobre o assunto, com características voltadas ao âmbito nacional, resultados já evidenciados nos estudos de Lunkes et al. (2014), no qual procurou analisar a legitimidade da disciplina de planejamento tributário no Brasil, apresentando uma quantidade de artigos considerada baixa, em seus resultados.

REFERÊNCIAS

ACADEMIC RANKING OF WOLD UNIVERSITIES. Academic Ranking of World Universities, 2019. Disponível em: <http://www.shanghairanking.com/ARWU2019.html> acesso em: 10/10/19.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões históricas. **Revista em Questão**, v.12, n.1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

ARAÚJO, Daniel Tonsic de; IUDÍCIBUS, Sergio de; NAKAMURA, Wilson Toshiro; MARION, José Carlos. O uso da contabilidade na gestão de empresas de pequeno e pequeno porte: uma análise em empresas de transporte público urbano por ônibus. **REMIPE**. Osasco, v.4, n.2, jul/dez 2018.

ARAÚJO, Israel de Carvalho Drumond; JR, Júlio Cândido de Meireles; SIMÃO, Alessandra dos Santos; FRAGA, Anderson Nunes; SOUZA, Diego Freitas de. Simples Nacional e planejamento tributário para microempreendedores: importância para o empresário pinheiralense, considerando contexto, práticas e conhecimento. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v.4, n.4, p. 1536-1551, jul./set. 2018.

BARTH, Victor Scur; SOUZA, Angela Rozane Leal; OLIVEIRA, Leticia. Contabilidade Tributária: os efeitos da desoneração de contribuições previdenciárias sobre as tarifas de transporte intermunicipal de passageiros no Rio Grande do Sul. **Contextus Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. Fortaleza. V.14, n. 2, mai/ago 2016.

BERNADO, Elaine; GONÇALVES, Joyce de Oliveira; ITO, Eduardo. Lucro real versus lucro presumido: um estudo de caso para uma indústria de sacos de papel. **Revista Científica Hermes**. São Paulo, n. 12, p. 95- 116, especial de dezembro 2016.

BRAGA, Renata Nogueira. Efeitos da adoção das IFRS sobre o tax avoidance. In: XVI International Conference in Accounting, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Revista Finanças e Contabilidade, V. 28, n. 75, p. 407-424, 2017.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966. Código Tributário Nacional. Brasília, 25 de outubro de 1966.

CARVALHO, Karine Lima de; JUNIOR, Abrão Freires Saraiva; FREZATTI, Fábio; COSTA, Reinaldo Pacheco da. A contribuição do ciclo de vida operacional para a pesquisa em contabilidade gerencial. **Revista de Administração Mackenzie**. São Paulo, v.11, n.4, p. 98-130, julh./agost. 2010.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS- CGEE. **Mestres e doutores 2015**: estudos da demografia da base técnico- científica brasileira. Brasília, 2016.

CHIACHIO, Viviane Ferreira de Oliveira; MARTINEZ, Antônio Lopo. Efeitos do modelo de Fleuriet e Índices de liquidez na agressividade tributária. **RAC**. Maringá, v.23, n. 2, p. 160-181. Mar./ abril, 2019.

COSTA, Flaviano; MARTINS, Gilberto de Andrade. Características epistemológicas de publicações científicas em contabilidade: evidências de um cenário produtivista. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis, v. 13, n. 29, p. 33-77, maio/agosto 2016.

COSTA, Leonardo de Andrade. **Sistema tributário nacional**. Rio de Janeiro, GV, 2018.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 16. ed. São Paulo, Atlas, 2017.

FOSTHER, André; SILVEIRA, Taise Peres; FERREIRA, Luiz Felipe; LUNKES, Rogério João. Pesquisa Empírica em Contabilidade Tributária: um panorama das pesquisas tributárias no Brasil. **Reunir**. São Paulo, v.6, n.1, p.1 mai./ago. 2016.

GUIMARÃES, Guilherme Otavio Monteiro; MACEDO, Álvaro da Silva; CRUZ, Claudia Ferreira da. Análise da alíquota efetiva de tributos sobre o lucro no Brasil: Um estudo com foco na ETRt e na ETRc. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**. V.35, n.1, p. 1-16, jan/abril 2016.

IBPT- Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. **Empresas gastam 1.958 horas e R\$ 60 bilhões por ano para vencer burocracia tributária apontam pesquisas.** Disponível em: <https://ibpt.com.br/noticia/2627/Empresas-gastam-1-958-horas-e-R-60-bilhoes-por-ano-para-vencer-burocracia-tributaria-apontam-pesquisas>. Acesso em 27 out. 2019.

IBPT- Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. **Quantidade de normas editadas no Brasil: 30 anos da constituição federal de 1988.** Disponível em: <https://ibpt.com.br/noticia/2683/Quantidade-de-NORMAS-EDITADAS-NO-BRASIL-30-anos-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 21 out. 2019.

JUNIOR, Antônio Carlos Campodonio; SOARES, Sandro Vieira; CASAGRANDE, Maria Denise Henrique. A produção científica brasileira sobre contabilidade tributária em periódicos e eventos no período de 1989-2011. **Revista de Contabilidade e Controladoria.** Curitiba, v.6, n.1, p. 89-102 jan\abril 2014.

LIMA, Marcos Emanuel; REZENDE, Amaury José. Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer. **Interações.** Campo Grande. V.20, n.1, jan/mar 2019.

LUNKES, Rogerio João; FERREIRA; Luiz Felipe; RECH, Jessica de Oliveira; RENZZIERI, Talisa. A legitimidade cognitiva da disciplina planejamento tributário no Brasil. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança.** V. 17. N. 2. P. 45-59, 2014.

MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva; NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa; ALMEIDA, Katia de. Mapeamento e análise bibliométrica da utilização da Análise Envoltória de Dados (DEA) em estudos em contabilidade e administração. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança.** Brasília, v.12, n.3, p.87-101, set/dez 2009.

MACEI, Demétrius Niceli; FLENIK, Juliano Deffune. O planejamento tributário à luz do princípio da entidade: uma análise através do acordo 1301-00.921 do conselho administrativo de recursos fiscais. In: II CONLUBRADEC- Congresso Luso- brasileiro de Direito Empresarial e Cidadania, 2018, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PERCUSO, V. 2, n. 25, p. 266-283, 2018.

MARTINEZ, Antônio Lopo, RAMALHO, Vinicius Pereira. Agressividade tributária e sustentabilidade empresarial no Brasil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil.** Florianópolis, v.16, n.49, p. 7-16. Set./Dez. 2017.

MARTINEZ, Antônio Lopo; SILVA, Renan Ferreira. Agressividade fiscal e o custo de capital de terceiros no Brasil. **Gestão, Finanças e Contabilidade.** Salvador, v. 7, n. 1, p. 240-251.

NAZÁRIO, Neander da Silva; MENDES, Paulo César de Melo; AQUINO, Ducineli Régis Botelho. Percepção dos discentes quanto á importância do conhecimento em contabilidade tributária em instituições de ensino superior do Distrito Federal: um estudo empírico. **Universo Contábil,** Blumenau. V.4, n.3, p.64-81, jul/set 2008.

OLIVEIRA, Elayne Karinna Figueiredo de; BOENTE, Diego Rodrigues. Análise bibliométrica da produção científica sobre contabilidade gerencial. **Organizações em Contexto.** São Bernardo do Campo, v.8, n.15, p.199-212 jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro. **Contabilidade tributária.** 4.ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Marcella Colares. Análise dos periódicos brasileiros de Contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, n. 29, p. 68-86 maio\agosto, 2002.

PARANTE, Edna Ghiorzi Varela; PFITSCHER, Elisete Dahmer; FIATES, Gabriela Gonçalves Silveira; NASCIMENTO, Patrícia Gricug. Análise bibliométrica em periódicos dos conselhos regionais de contabilidade brasileiros: sobre contabilidade ambiental e temas correlatados no período 2001-2010. **Revista Catarinense de Ciência Contábil**. Florianópolis, v.12, n.36, p.09-25, agost/nov. 2013.

PILATI, Rosimeri Horn; THEISS, Viviane. Identificação de situações de elisão e evasão fiscal: um estudo com contadores no estado de Santa Catarina. **Revista catarinense de ciência contábil**. Florianópolis, V.15, n. 46, p. 61- 73 set./dez. 2016.

POHLMANN, Marcelo Coletto. **Contabilidade tributária**. Curitiba, IESDE Brasil, 2010.
PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RIBEIRO, Henrique César Melo. Quinze anos de Produção Acadêmica do tema Contabilidade Internacional: uma análise bibliométrica em periódicos brasileiros. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília, v.8, n.3, p.326-343, jul/set 2014.

SAMPAIO, Lucilaine Escobar Teixeira; MARQUES, Heitor Romero. A importância do planejamento tributário para micro e pequenas empresas. **Revista Controle: doutrinas e artigos**, Ceará. V.13, n.1, p.199-217, 2015.

Serviço de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE). Pequenos negócios em números. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 10 set. 2019. VERGARA, Sylvania Constant. Métodos de pesquisa em administração. Atlas, 2014.

SILVA, Keylla Dennyse Celestino da; SANTANA, Cláudio Moreira; LOPES, Victor de Souza Oliveira; SILVA, Carlos Alberto Martins da; D' Azevedo, Regina Maris Pinheiro; GUEDES, Kelly Pereira. Ensino em contabilidade: uma análise bibliométrica da produção científica em ensino e pesquisa contábil. **Revista de Iniciação Científica**. V.1, n.5, 2018.

SONTAG, Anderson Giovane; BULHÕES, Ronaldo; HOFER, Elza. Planejamento Tributário: um estudo aplicado a uma empresa paranaense. In: I CINGEN- Conferência Internacional em Gestão de Negócios, 2015, Cascavel PR. **Anais...** Cascavel: NOROESTE, 2015.

VELLO, André Pinto Coelho; MARTINEZ, Antônio Lopo. Planejamento tributário eficiente: uma análise de sua relação com o risco de mercado. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis, v. 11, n. 23, p. 117-140, maio/ agosto, 2014.

A SÍNDROME DE BURNOUT E OS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE

Alexandre Lemos Medeiros

*Universidade Autônoma de Assunção-PY
E-mail: alexmedeiros0409@gmail.com*

Ana Isabel Moraes de Matos

*Faculdade da Amazônia
E-mail: aninhamoraes91@gmail.com*

Carla Amelia dos Santos Ferreira

*Faculdade da Amazônia
E-mail: carlaferreiraxx@gmail.com*

Fábio Andrade da Silva

*Universidade da Amazônia
E-mail: fabio_andrade_silva@hotmail.com*

Cemyra Diniz Nascimento

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
E-mail: cemyra@hotmail.com*

RESUMO

A síndrome de Burnout, ou esgotamento profissional decorre de estresse prolongado no trabalho e isso faz parte da realidade de muitos profissionais da área de contábeis. Como problema da pesquisa tem-se: de que forma a síndrome de Burnout afeta o profissional de contabilidade? Por ser uma síndrome que se desenvolve de maneira diferente, dependendo muito do ambiente de trabalho, do clima organizacional, bem como das realizações pessoais e projetos que o indivíduo busca, assim como nas suas atividades como profissionais. A presente pesquisa visa beneficiar os indivíduos que não conhecem a síndrome, os que conhecem, mas não levam em consideração os sintomas, que não procuram ajuda, bem como conscientizar e proporcionar uma clareza maior sobre o referido tema. Como autores pesquisados teve-se ALVES, 2011. CAMPOS, 2008. COSTA, 2012. GONÇALES, 2017, 2006. A pesquisa é de natureza explicativa, utilizando o método indutivo e de caráter quantitativa, tendo como universo da pesquisa os profissionais de contabilidade, delimita-se como amostra as atividades dos profissionais de contabilidade. Por meio da pesquisa realizada, pode-se perceber que os profissionais não tem o devido conhecimento sobre essa doença devido os sintomas serem parecido com o de outras doenças como depressão e estresse. Cabe destacar que com os dados obtidos na pesquisa constatou-se que os profissionais da contabilidade estão satisfeitos com as atividades que exercem, mais que o fato de trazerem para si o problema dos outros ou a afinidade em transformar as pessoas parte de sua família pode a vir a desencadear a síndrome. Na identificação das características e sintomas que demonstram exaustão eles não são suficientes para diagnosticar uma síndrome desta natureza.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout. Contabilidade. Profissionais de contabilidade

1. INTRODUÇÃO

A Síndrome de Burnout ou a Síndrome do esgotamento profissional (SEP) foi um termo usado primeiramente em 1974 por Freudenberger, psicanalista americano, ao publicar um artigo no periódico *Journal of Social Issues* com. Concluiu ser um processo de desgaste de humor e/ou desmotivação, que ocorria de forma gradual e geralmente durava em torno de um ano, sendo acompanhado de sintomas físicos e psíquicos que denotavam um particular estado de estar “exausto”.

Podemos dizer que a síndrome de Burnout é uma mudança que se inicia no organismo gradualmente e em fases (que dependem de cada indivíduo, podendo ser mais lento ou mais rápido), e vai aos poucos se agravando podendo provocar no indivíduo sensações que para muitos podem ser consideradas normais e, na realidade, não são como: a intensificação do cansaço falta de energia, esgotamento profissional extremo, pensamentos negativos, sofrimentos por antecipação, entre outros.

Os profissionais da contabilidade não estão distantes dessa realidade, pelo fato de lidarem diretamente com seus clientes e, conseqüentemente, com seus problemas. O interesse em manter a excelência nos serviços oferecidos a esses clientes levam muitos profissionais a exercerem exigências e cobranças pessoais exacerbadas.

A contabilidade, com mudanças frequentes e atualizações em leis, normas, CPCs, entre outras configura um cenário que afeta também o perfil do contador dentro das empresas, podendo o mesmo assumir outros cargos e posturas, não sendo mais encarado como somente um “gerador de guias”, mas passando, em muitos casos, a desempenhar o papel de *controller*, gerente ou auxiliar direto no processo de tomada de decisão.

Assim, a profissão passou a exigir habilidades de comunicação, trabalho em equipe e outros conhecimentos, já que a contabilidade deverá ser complementada por outras ciências como administração, economia, direito, psicologia, entre tantas outras que podem fazer parte dos processos de gestão. Tal diversidade exige que o profissional contábil apresente uma característica multifuncional, onde o mesmo tenha a capacidade e a autoestima para alcançar os resultados esperados na entidade em que atua.

O estudo presente faz referência aos profissionais de contabilidade, considerando os inúmeros profissionais que sofrem da síndrome, em especial os dos escritórios de contabilidade, onde, dentro de uma empresa, o contador é um “comunicador” em potencial, por estar em sintonia com diversas áreas, como por exemplo: produção, vendas, finanças etc.

A pergunta a ser respondida no presente trabalho foi: De que forma a síndrome de Burnout afeta as atividades do profissional da contabilidade?

Como objetivo geral foi analisar a relação da síndrome de Burnout com as atividades dos profissionais de contabilidade, buscando identificar os fatores que influenciam na síndrome de Burnout na vida destes profissionais.

E como objetivos específicos se propõe a: I. Explicitar conceitos e principais sintomas da Síndrome de Burnout; II. Identificar os fatores que influenciam no desenvolvimento da síndrome de Burnout e que estão presentes em seus dias; III. Analisar a relação da síndrome com as atividades destes profissionais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Síndrome de Burnout – conceitos

Com relação à sensação de Burnout, ela é de esgotamento físico e mental. Maslach e Jackson (1981) Apud Santini (2004) entendem a Síndrome de Burnout como um conceito multidimensional envolvendo três componentes, que são a Exaustão Emocional, a Despersonalização, e a Diminuição da realização pessoal no trabalho.

Segundo Benevides-Pereira (2002) apud Campos (2008, p.52), “Bur-nout é um termo (e um problema) bastante antigo. Bur-nout, no jargão popular inglês, se refere àquilo que deixou de funcionar por absoluta falta de energia”.

Freudenberger (1974) apud Campos (2008, p. 52) descreveu o Burnout como “um incêndio interno” resultante da tensão produzida pela vida moderna, afetando negativamente a relação subjetiva com o trabalho.

Ainda a esse respeito, para Benevides-Pereira (2002) apud Santini (2004, p 191) “o termo ‘Burnout’ é mantido por não haver uma palavra em português que sintetize adequadamente o conceito desta síndrome”.

Sobre a síndrome, Seligmann-Silva (1995), apud Santini (2004 p.187) relata que “a SEP designa um conjunto de respostas a situações estressantes próprias do trabalho, cuja especificidade reside na necessidade de interação e cuidado com outras pessoas no exercício das atividades profissionais”, enquanto que, para Oliver et AL. (1996), apud Santini (2004) “é um tipo de estresse laboral crônico e cotidiano que aparece com frequência em profissionais que mantêm relação constante e direta com outras pessoas”.

A Revista Brasileira de Psicologia (2017) relata que:

A Síndrome Burnout encontra-se em diversos países, com taxas que só aumentam ao longo dos anos. Outras pesquisas foram realizadas em termos mundial chegando-se a conclusão de que dentre as concepções da Síndrome, a mais utilizada é a concepção sociopsicológica. Como publicado pela Organização Mundial da Saúde (1998) e Chemiss (1980) “as características individuais mais às do ambiente e às do trabalho colaboram para desencadear os fatores que levam a síndrome como a exaustão emocional, o distanciamento afetivo ou despersonalização e a baixa realização profissional (GONZALES & GONZALES, 2017 p. 51 em Revista Brasileira de Psicologia)

Para Harrisson (1999), apud Alves, Pereira e Yaegashi (2011 p. 1), “o *Burnout* é o resultado do estresse crônico que é típico do ambiente de trabalho, principalmente quando neste estão presentes situações de excessiva pressão, conflitos, poucas recompensas emocionais e pouco reconhecimento”.

De acordo com Codo e Vaquez-Menezes(1999),apud Santini (2004, p.186), a SEP (Síndrome do Esgotamento Profissional) “é uma expressão que designa aquilo que deixou de funcionar por exaustão de energia”, ou seja quando o trabalhador perde o sentido pela sua rotina de trabalho, com seu próprio trabalho, onde qualquer esforço não parece ser válido.

Os estudos de Faber (1984) apud Santini (2004, p.186), afirmam que “esse fenômeno é o resultado do estresse excessivo, último passo na progressão dos propósitos fracassados de manejar e diminuir uma variedade de situações negativas do trabalho”.

Pode-se dizer que o trabalho tem uma carga intensa sobre o indivíduo, provocando graus de motivação e/ou satisfação diferenciada, principalmente quanto a sua forma de se desenvolver e/ou desempenhar a função. Dependendo da forma como deve ser desempenhado seu trabalho o indivíduo pode receber cargas sobre si que podem ser negativas e/ou positiva, tudo vai depender de como o mesmo está recebendo a demanda de seu serviço. Deve haver nesse momento a maior preocupação com a saúde do trabalhador, onde está relacionada com a produtividade da empresa. Toda atenção é válida no que se refere em como a síndrome se manifesta e se desenvolve no profissional.

2.2 Principais sintomas da síndrome de Burnout

A síndrome é um processo individual que se desenvolve com o passar do tempo. Como afirma Santini (2004), “não surge de maneira súbita, emergindo de forma paulatina, cumulativa, com progresso em severidade. Sua evolução pode levar anos e até mesmo, décadas” (Rudow apud Carlotto, 2001) apud Santini, (2004, p 193. Grifo do autor) Benevides-Pereira (2002) apud Costa, Ferreira e Rego (2012, p. 6), fez um estudo direcionado em quadro características que seriam facilitadoras ou desencadeadoras do Burnout, são elas: características pessoais, organizacionais, do trabalho e sociais.

Tabela 1: Facilitadores e desencadeadores do Burnout

FACILITADORES E/OU DESENCADEADORES DO BURNOUT	
<p>Características Pessoais</p> <p>Idade</p> <p>Sexo</p> <p>Nível educacional</p> <p>Filhos</p> <p>Personalidade</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Hardess, a personalidade resistente ao estresse ✓ Locus de Controle ✓ Padrão de personalidade Tipo A ✓ Variáveis do 'self' ✓ Estratégias de Enfrentamento ✓ Neuroticismo ✓ Tipo Emocional ✓ Otimismo x Pessimismo ✓ Perfeccionismo <p>Sentido de Coerência</p> <p>Motivação, Idealismo</p> <p>Características Organizacionais</p> <p>Ambiente Físico</p> <p>Mudanças Organizacionais</p> <p>Normas Institucionais</p> <p>Clima, Burocracia, Comunicação</p> <p>Autonomia, Recompensas e Segurança</p>	<p>Características do Trabalho</p> <p>Tipo de Ocupação</p> <p>Tempo de Profissão</p> <p>Tempo na Instituição</p> <p>Trabalhos por Turnos</p> <p>Sobrecarga</p> <p>Relacionamento entre colegas de trabalho</p> <p>Relação Profissional-Cliente</p> <p>Tipo de Cliente</p> <p>Conflito de Papel</p> <p>Ambiguidade de papel</p> <p>Suporte Organizacional</p> <p>Satisfação, Controle</p> <p>Responsabilidade</p> <p>Pressão</p> <p>Possibilidade de progresso</p> <p>Percepção de Inequidade</p> <p>Conflito com Valores Pessoais</p> <p>Falta de Feedback</p> <p>Características Sociais</p> <p>Suporte Social</p> <p>Suporte familiar</p> <p>Cultura</p> <p>Prestígio</p>

Fonte: Benevides-Pereira (2002) apud Costa, Ferreira e Rego (2012, p. 6)

Pode-se perceber que para desencadear a síndrome existe um conjunto de fatores, que se relacionando desenvolve o Burnout. O indivíduo deve agir sempre buscando apoio das pessoas ao seu redor, para melhorar sua capacidade pessoal e emocional, junto à organização sempre obter medidas que possam prevenir qualquer sentimento que possa desencadear e/ou deixar mais acessível ao desenvolvimento da síndrome.

Burnout é uma síndrome que tem alertado tanto o meio científico quanto o organizacional, pois traz consigo efeitos que tem cunho negativo, assim afirmam Costa, Ferreira e Rego (2012, p.7), e interferem no âmbito profissional (comportamento negligente, lentidão, cinismo), no individual (físico, mental, social) e organizacional (rotatividade, absenteísmos, conflito com os colegas de trabalho e baixa qualidade nos serviços).

Tabela 2: Sintomatologia do Burnout

SINTOMATOLOGIA DO BURNOUT	
Físicos Fadiga constante e progressiva Distúrbios do sono Dores musculares Cefaléia, enxaquecas Perturbações gastrointestinais Imunodeficiência Transtornos cardiovasculares Distúrbios do sistema respiratório Disfunções sexuais Alterações menstruais nas mulheres	Comportamentais Negligencia ou excesso de escrúpulos Irritabilidade Incremento de agressividade Incapacidade para relaxar Dificuldade na aceitação de mudanças Perda de iniciativa Aumento do consumo de substancias Comportamento de alto risco Suicídio
Psíquicos Falta de atenção, de concentração Alteração de memória Lentificação do pensamento Sentimento de alienação Sentimento de solidão Impaciência Sentimento de insuficiência Baixa autoestima Labilidade emocional Dificuldade de aceitação Astenia, desânimo, depressão Desconfiança, paranoia	Defensivos Tendência de isolamento Sentimento de onipotência Perda do interesse pelo trabalho Absentéismo Ironia, cinismo

Fonte: Benevides-Pereira (2002) apud Costa, Ferreira e Rego (2012, p.7)

Diante de todos os efeitos da síndrome ela deve e pode ser prevenida. O entendimento sobre a síndrome, causas, consequências e formas de prevenção são os primeiros recursos a serem tomados, facilitando o profissional a entender se caso precisar tem como ser ajudado e deve procurar ajuda caso necessite antes que se torne algo mais grave.

Segundo González (1995) apud Costa, Ferreira e Rego (2012, p.8), “a informação é crucial na medida em que muitas pessoas, por vezes, sem conhecimento, culpam-se pela situação em que se encontram o que incrementa o problema, deixando em curso um processo que tende a agravar-se cada vez mais”.

A falta de conhecimento é um dos principais vilões, faz o profissional achar que pode ser um stress normal, uma doença qualquer, um esgotamento físico do dia a dia, e quando procura conhecer a causa pode ser tarde demais e já está em um alto nível de agravamento da doença.

2.3 Relação da síndrome com as rotinas diárias de trabalho

O trabalho forma o cidadão e caracteriza o indivíduo, ou seja, é sua profissão. Para Jacques (1996), apud Gonçalves e Gonçalves (2017, p 50) “os diferentes espaços de trabalho oferecidos constituem-se em oportunidades diferenciadas para aquisição de atributos qualificativos da identidade de trabalhador”. Pode-se afirmar que na maioria das vezes o profissional encontra-se satisfeito com o seu ambiente de trabalho, considerando assim motivador, gratificante e realizado, mais também existem aqueles profissionais que não estão satisfeitos, muito menos realizados com seu trabalho, que tem por objetivo trocar, deixar de lado ou até mesmo chegar ao ponto de ir trabalhar sem fazer esforço para dar retorno à entidade.

Segundo a Revista Brasileira de Psicologia por Gonçalves e Gonçalves (2017),

No Brasil, o trabalho é considerado a principal fonte de estresse, sendo apontado por 58% da população como ação estressante, superando o índice de problemas sociais, que é apontado por 42% como estressante (Silva, 2006). Tais índices não diferenciam áreas ou funções, levando em conta os trabalhadores em geral. Para Benevides-Pereira (2002), os enfermeiros são, ao lado dos professores, os profissionais mais suscetíveis ao estresse. De um modo geral, a Síndrome de Burnout apresenta as seguintes características: sintomas emocionais, sendo que se realizam avaliações negativas do desempenho profissional, esgotamento, sentimento de fracasso, de impotência e baixa autoestima. Esses transtornos podem acarretar ainda em manifestações físicas ou transtornos psicossomáticos, envolvendo fadiga crônica, dores de cabeça, insônia, úlceras digestivas, hipertensão arterial, taquicardia, arritmias, perda de peso, dores musculares, alergias e lapsos de memória.

A falta de controle da função exercida, de conhecimento, ou a pressão do dia a dia podem ajudar no desenvolvimento dos sintomas da síndrome.

Pelo fato da SEP ter sintomas que vão se desenvolvendo no dia a dia e com o tempo vai se agravando conforme já falando anteriormente facilmente os sintomas são confundidos com o stress normal do dia a dia. De acordo com Gonçalves e Gonçalves (2017 p 61), “outros profissionais apresentam indicação para Burnout, além de profissionais da saúde, os profissionais de educação são os que mais se destacam”. Os profissionais da contabilidade também estão inclusos nesses meios por ter uma relação direta de contador-cliente, onde “provavelmente são fatores limitantes para que desenvolvam tal síndrome culminando com altos índices entre esses profissionais” (GONÇALES e GONÇALES 2017 p 61).

Na tabela 3 pode-se analisar uma comparação de sinais e sintomas entre Estresse, Depressão e Burnout, e assim entender quais sentimentos se enquadram no cotidiano do profissional e a frequência para assim diferenciar o Estresse da Depressão, a Depressão do Burnout.

Tabela 3: Comparação de sinais e sintomas entre estresse, depressão e Burnout.

Principais Sinais e Sintomas	Estresse	Depressão	Burnout
Agressividade (Humor Irritado)	X		X
Alheamento a realidade			X
Angustia moderada		X	X
Apatia (indiferente a tudo e a todos)		X	X
Absenteísmo (físico ou participativo)			X
Auto-reprovação		X	
Baixa auto-estima		X	X
Incapacidade de tomar decisões		X	X
Baixa concentração com prejuízo das funções mnemônicas	X	X	X
Boca seca	X		X
Cansaço crônico/fadiga	X	X	X
Crise respiratória ou de asma	X		X
Crises de ansiedade	X		X
Desesperança		X	X

Fonte: Gonçalves & Gonçalves (2017 p 61)

Vale ressaltar que independentemente do nível de escolaridade do profissional o mesmo pode ser surpreendido com sintomas da síndrome, sendo que quanto maior a responsabilidade, a cobrança, maior será a possibilidade de desenvolver o Burnout.

2.4 Contexto histórico dos profissionais de contabilidade

Conforme afirma Ludícibus (2009, p.15), “a noção intuitiva de conta e, portanto, de contabilidade seja, talvez, tão antiga quanto à origem do *Homo sapiens*”. “Há 4.000 anos a.C alguns teóricos fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas” (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA 2009. p.4), A

Segundo Ludícibus (2009 p.15; 16) “a contabilidade teve evolução relativamente lenta até o aparecimento da moeda. Na época da troca pura e simples de mercadorias, os negociantes anotavam as obrigações, os direitos e os bens perante terceiros”. Tratava-se de um controle sem avaliação monetária. Entende-se que a origem da contabilidade está relacionada a necessidade do registro do comércio.

Conforme citam os autores Ludícibus, Marion e Faria 2009:

Talvez na época de Jó, já se introduzisse o período Mnemonico da contabilidade por meio de cuneiforme, ou seja, símbolos gravados em barro ou placa de argila, dando-se os primeiros passos para os registros. As próprias placas de argila serviam como relatórios. Outras evoluções foram observadas, principalmente nas escritas em paio descoberto pelos egípcios. (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA 2009 p. 8)

Pode-se perceber a evolução do homem quanto a sua comunicação e forma de registros, onde, antes mesmo de saber ler ou escrever criou métodos para a comunicação, assim contribuiu para a evolução dos registros contábil.

No período medieval, diversas inovações na contabilidade foram introduzidas por governos locais e pela igreja. Mas é somente na Itália que surge o termo *Contabilitá*.

Passando por cima da Antiguidade, porque a Contabilidade teve seu florescer, como disciplina adulta e completa, nas cidades italianas de Veneza, Genova, Florença, Pisa e outras. Estas cidades e outras da Europa fervilhavam de atividade mercantil, econômica e cultural, mormente a partir do século XIII até o início do século XVII. Representaram o que de mais avançado poderia existir, na época, em termos de empreendimentos comerciais e industriais incipientes. Foi nesse período, obviamente, que Pacioli escreveu seu famoso *Tractatus de computierscripturis*, provavelmente o primeiro a dar uma exposição completa e com muitos detalhes, ainda hoje atual, da Contabilidade. IUDÍCIBUS, 2006, p. 16;17)

Após diversos anos de evolução, define-se assim o conceito de contabilidade segundo RIBEIRO, (2013, p.10): “é uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do Patrimônio das empresas” a contabilidade se destaca como a ciência que registra, controla e estuda as movimentações que provocam alterações no patrimônio das entidades e, assim, passa a ser utilizada no auxílio das tomadas de decisão, onde sua aplicação é ampla, de acordo com Ribeiro, (2013, p.11), “abrange todas as entidades econômico-administrativas, até mesmo as pessoas de direito público, como a união, os Estados, os Municípios, as Autarquias etc.”.

Pode-se assim, acompanhar algumas mudanças aqui no Brasil no decorrer dos anos pelos decretos, resoluções e normas, alguns exemplos abaixo:

No ano 1931, o Decreto Federal nº 20158, que Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Assim é criado o curso de contabilidade, onde eram formados dois tipos de profissionais: os guarda-livros, que realizavam o curso em dois anos e os perito-contadores, que realizavam o curso em três

anos. Criação, em 15 de dezembro de 1976, da Lei nº 6404, que dispõe sobre as Sociedades por Ações.

Criação da Resolução CFC nº 1.328/11, que dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade, a contabilidade atual está em processo de transformação e adaptação às novas exigências dos usuários da informação contábil, atualizando-se nas mudanças demandadas.

2.5 Rotinas Contábeis e doenças ocupacionais

Sabe-se que a profissão de contador já foi conhecida como guarda-livros, vem ganhando mais importância, uma vez que esse profissional vem sendo muito requisitado para prover informações gerenciais e estratégicas que podem fazer a diferença nas empresas. O mercado exige que esse profissional esteja atento para as atualizações que são constantes, que invista em sua qualificação profissional, se comprometa para obter melhores resultados, que tenha o conhecimento da teoria e normas antes de aplicá-las na prática que tenha domínio da informática, que não seja apenas um digitador de informações, que seja ético zelando pela sua imagem.

Existem várias doenças ocupacionais como exemplo pode-se listar as mais comuns em algumas profissões e ambientes de trabalho, conforme descrição em tabela.

Tabela 4: Doenças ocupacionais: doenças e causas

DOENÇAS	CAUSAS
Surdez ou perda parcial da audição	Que é provocado por ambientes de trabalho muito barulhentos;
Transtornos mentais	Que podem ser ocasionados pela pressão do ambiente de trabalho; causando: depressão, estresse, ataques de ansiedade ou síndrome do pânico. Que podem ser causadas por isolamento, pressão psicológica, ritmo agressivo de trabalho, dificuldades ou desentendimentos no ambiente de trabalho ou carga horária excessiva.
Asma Ocupacional	Ocorre por inalação de partículas, comuns em trabalhadores da construção civil ou que lidam com couro, algodão, madeira ou sílica. Começa com tosse crônica, falta de ar e chiado no peito e pode ter desdobramentos fatais, como paradas respiratórias e câncer de pulmão.
Siderose	Causada pelo acúmulo de partículas microscópicas de ferro nos bronquíolos, está entre as doenças ocupacionais que atacam trabalhadores de minas de ferro. Um dos seus sintomas mais comuns é a falta de ar constante.
Dermatose ocupacional	Comum entre mecânicos e na indústria como um todo, a dermatose ocupacional é causada pelo contato constante com graxa ou óleo mecânico. Causa reações alérgicas crônicas, criando placas na pele.
Silicose	Que é um problema de saúde que acomete o sistema respiratório, devido a algum tipo de produto que pode acometer os pulmões;
Bissinose	Comum na indústria algodoeira e têxtil, é causada pelo acúmulo de poeira das fibras de algodão, linho ou cânhamo nos pulmões.
Antracose	Lesão pulmonar causada pelo acúmulo de partículas de carvão nos pulmões, infelizmente bem comum em mineiros, trabalhadores de grandes centros urbanos, trabalhadores que lidam com carvão ou que residam/trabalhem em áreas muito poluídas. Pode levar a disfunções pulmonares graves, como fibrose pulmonar, por exemplo.
Lesão por Esforços Repetitivos (LER) ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT)	Que é a lesão por esforço repetitivo, que é causado pela repetição por muitas horas de um tipo de movimento.

Fonte: Adaptado de DuPont: Falando de proteção, principais doenças ocupacionais.

Para melhor entender as rotinas contábeis e assim identificar as possíveis doenças trabalhistas que avançam no dia a dia dos profissionais contadores, compreender as rotinas de um escritório de contabilidade é fundamental. O CRC-RS – Conselho Regional de

Contabilidade do Rio Grande do Sul identificou no Manual de Orientação e de procedimentos para organizações contábeis (2003, p.7; 8, **grifo do autor**), seguintes serviços executados em cada departamento.

Identificamos a seguir os assuntos tratados e os serviços executados em cada departamento:

Departamento de Pessoal: Admissões, rescisões, folhas de pagamentos, cálculo e apuração de encargos trabalhistas, obrigações mensais e anuais como CAGED, GPS, GFIP, DIRF, RAIS, Informe de Rendimentos e demais assuntos previdenciários e trabalhistas.

Departamento Fiscal: Notas Fiscais (Entrada/Saída/Serviços), apuração de impostos (federais, estaduais e municipais), registro e apuração de livros e demais obrigações mensais e anuais do ICMS, IPI e ISSQN, GIS, GIA MENSAL, GIA MODELO B-ANUAL, SINTEGRA e demais tributos e obrigações; baixas perante o ICMS, Prefeitura, INSS, Receita Federal; solicitação de Negativas.

Departamento Contábil: Demonstrações e documentos contábeis, livros Diário/Razão/Balancetes/Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, DCTF, Lalur e demais relatórios contábeis.

Legalizações: Constituições, Alterações Contratuais, Extinção de Empresas.

Cada função bem dividida dentro de um escritório de contabilidade o empregado tem uma responsabilidade que deve ser cumprido em cada prazo interposto pelo responsável para que não venha a ocasionar problemas futuros para os que dependem de seus serviços.

O contador, conforme afirmam Iudícibus, Marion e Faria (2009 p. 24) “é o profissional que exerce as funções contábeis, com formação superior de ensino Contábil (Bacharel em Ciências Contábeis)”, e os mesmos autores definem a função do contador de “produzir e/ou gerenciar informações aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisões” destacando os mesmos autores sobre a distorção da função dos contadores nas pequenas empresas onde “estava voltada quase que exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco” (p. 23).

Segundo Iudícibus, Marion e Faria, (2009 p. 27) para assim colaborar para que se tenha uma visão geral da profissão contábil. Onde o contador pode atuar na empresa, independente (autônomo), dentro de uma instituição de ensino, ou em um órgão público e assim escolher se especializar em uma área para que possa atuar.

Todas essas exigências têm causado um labor mais intenso, consumindo a energia do profissional tanto física quanto mental. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de enfermidade ou invalidez”. A definição consta no preâmbulo da Constituição da Assembleia Mundial da Saúde, adotada pela Conferência Sanitária Internacional realizada em Nova York (19/22 de junho de 1946) e assinada em 22 de julho de 1946 pelos representantes de 61 Estados, com vigor a partir de abril de 1948, não emendada desde então.

Nesse momento onde a saúde mental e social se relaciona e se torna uma sobrecarga que envolve o profissional, desencadeando assim diversas doenças ocupacionais, conforme cita SANTINI (2004, p.186), no Brasil, o Secretário da Previdência Social do Ministério da Previdência e assistência Social tornou pública a nota explicativa sobre o Anexo II do Decreto 3.048, de 06 de maio de 1999, apresentando as classificações de doenças que podem estar relacionadas ao trabalho, em que se encontra a definição da doença designada como a sensação de estar acabado (“Síndrome do Esgotamento Profissional” ou “Síndrome de Burnout”), onde o decreto nº. 3048/99 traz uma tabela com os transtornos mentais e do comportamento relacionados com o trabalho, doenças essas que se enquadram no Grupo V da CID-10, onde a Síndrome de Burnout está descrita sob o código Z73.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza **explicativa**, tem por objetivo avaliar a presença da Síndrome de Burnout na atividade dos profissionais de contabilidade, utilizando o método **indutivo** que foi do particular que são os profissionais de contabilidade, para assim alcançar a visão geral dos de todos os profissionais que exercem as atividades de contabilidade, de natureza **quantitativa**, onde os resultados são apresentados em média de proporção por respondente.

Uma pesquisa explicativa registra e analisa os fenômenos estudados, e, busca as causas e, que podem ser interpretados através dos métodos qualitativos (SEVERINO, 2007).

Na pesquisa foi utilizado o método quantitativo para retirar a média para obter os devidos resultados. Para aplicação da pesquisa foram escolhidos os profissionais da Contabilidade, onde foi possível avaliar sobre a Síndrome de Burnout em suas atividades.

O universo da pesquisa envolve os profissionais de contabilidade no que diz a respeito à sua rotina de trabalho.

Tabela 5 - Total de profissionais registrado no CRC-PA.

Região: Norte		Masculino		Feminino	
	Estado	Contador	%	Contador	%
ESTADO	PA	4.253	37,3201	4.946	43,4012

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade- CFC (2018)

Junto ao CRC-PA estão registrados até a data de 30/04/2018 o total de 9.199 profissionais contadores conforme dados na tabela 4, sem acrescentar o total de técnicos em contabilidade.

Como amostra desta pesquisa tem-se os 29 profissionais que responderam à pesquisa e que exercem suas atividades na Região Metropolitana de Belém e outros no interior.

Para o desenvolvimento deste projeto, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, arquivos eletrônicos, normas da contabilidade, para que assim houvesse a construção do referencial teórico para a realização do estudo de caso.

Foi utilizado para coleta de dados o **questionário**, contendo perguntas fechadas, relacionadas às atividades desenvolvidas pelos profissionais do escritório de contabilidade.

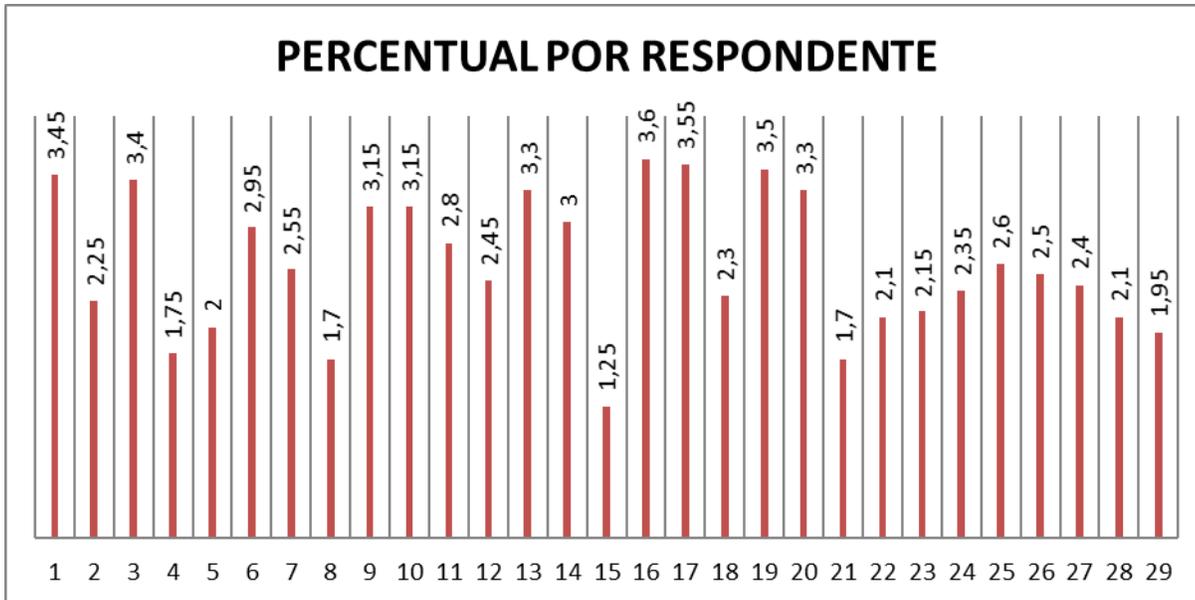
Após a coleta de dados, realizada por meio de questionário, procedeu-se à análise das informações, com formulação de gráficos e tabelas para responder a situação problema proposta e os objetivos.

Para relevância da pesquisa foi elaborado um relatório onde foi possível destacar os resultados e avaliar as rotinas de trabalho dos profissionais que estão sujeitos ao desenvolvimento da síndrome de Burnout.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Avaliado por meio da escala Likert de 1 a 5, o gráfico abaixo apresenta o resumo percentual por respondente, seguida pela estatística descritiva em média da Síndrome de Burnout por assertiva.

Gráfico 1: Percentual por respondente.



Fonte:
Dados da

pesquisa

Tabela 6: Média por assertiva com relação à Síndrome de Burnout

Assertivas	Media
Sinto-me esgotado(a) emocionalmente em relação ao meu trabalho	2,7
Sinto-me excessivamente exausto ao final da minha jornada de trabalho	3,2
Levanto-me cansado(a) e sem disposição para realizar o meu trabalho	2,4
Envolver-me com facilidade nos problemas dos outros	2,8
Trato algumas pessoas como se fossem da minha família	3,8
Tenho que desprender grande esforço para realizar minhas tarefas laborais	2,7
Acredito que eu poderia fazer mais pelas pessoas assistidas por mim	3,3
Sinto que meu salário é desproporcional às funções que executo	3,2
Sinto que sou uma referência para as pessoas que lido diariamente	4,1
Sinto-me com pouca vitalidade, desanimado(a)	2,5
Não me sinto realizado(a) com o meu trabalho	2
Não sinto mais tanto amor pelo meu trabalho como antes	2,1
Não acredito mais naquilo que realizo profissionalmente	2
Sinto-me sem forças para conseguir algum resultado significativo	2,2
Sinto que estou no emprego apenas por causa do salário	2,2
Tenho me sentido mais estressado(a) com as pessoas que atendo	2,9
Sinto-me responsável pelos problemas das pessoas que atendo	2,4
Sinto que as pessoas me culpam pelos seus problemas	1,8
Penso que não importa o que eu faça, nada vai mudar no meu trabalho	1,9
Sinto que não acredito mais na profissão que exerço	1,4

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que a assertiva em que os profissionais de contabilidade mais concordam é com o fato de que sentem-se como “referência para as pessoas com lidam diariamente”, onde

pode vir a ocorrer uma exigência pessoal em ser um excelente profissional para ser exemplo para as pessoas que com que se lida, e a que pode se perceber a menor concordância entre os mesmos foi a “sinto que não acredito mais na profissão que exerço” em que está relacionada com a diminuição da realização pessoal no trabalho, caracterizada como uma forma de se auto avaliar de forma negativa.

Com os dados abordados na pesquisa pode-se constatar que os profissionais da contabilidade que responderam à pesquisa estão satisfeitos com as atividades que exercem, mais que o fato de trazerem para si o problema dos outros ou a afinidade em transformar as pessoas parte de sua família estão propícios a vir a desenvolver a síndrome, com uma jornada de trabalho cansativa ao final do dia a maioria sente-se exaustos, ocasionando um estresse com as pessoas que são atendidas por eles, portanto todo cuidado é valorizado para que não venha a ser desenvolvida a síndrome de Burnout.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa foram apresentados conceitos importantes de síndrome de Burnout. Gerou-se conhecimento para informar os profissionais acerca do assunto, aprofundando o estudo da psicologia junto a contabilidade para entender de que forma a síndrome afeta os profissionais de contabilidade.

Analisou-se ainda, que os profissionais não tem o devido conhecimento sobre essa doença devido os sintomas serem parecidos com de outras. Pode-se constatar que os sintomas passam despercebidos. Sobre os aspectos das informações obtidas pelos entrevistados, avaliou-se que os mesmos tem uma jornada de trabalho intensiva deixando-lhes exaustos, pois requer uma atenção muito grande, para assim valorizar o seu trabalho e buscar sempre o melhor para a empresa, ocasionando muitas vezes um destrato quanto ao cuidado com sua saúde a qual aos pouco seu corpo vai se sentindo esgotado.

Respondendo os objetivos específicos propostos, a saber, os fatores que influenciam na Síndrome de Burnout, destacaram-se a preocupação com a empresa em que pressiona-se o profissional, levando-o a estado de doenças, de insatisfação e desmotivação, além da fadiga, distúrbios do sono e estresse. No que tange a relação entre a rotina dos profissionais de contabilidade e as doenças ocupacionais, analisou-se que os profissionais desenvolvem uma rotina com sobrecarga, em que podem adquirir diversas doenças ocupacionais relacionados ao trabalho, o profissional deve impor seus valores pessoais quando os valores da entidade deixam de ser uma realização para si como profissional. Esses sintomas podem afetar o profissional em seu rendimento e em suas rotinas de trabalho, existindo uma tendência de estresse na medida em que o profissional tem um grande número de tarefas para realiza-las. A sobrecarga do trabalho e o excesso de atividades é um dos grandes problemas para o bem-estar.

Em resposta ao problema proposto na pesquisa como foco principal: de que forma a síndrome de Burnout afeta o profissional da contabilidade? A possibilidade de desenvolver Burnout, está relacionado a sua rotina de trabalho que se torna exaustiva, o estresse de uma rotina cansativa e exigente, o fato de tratar diretamente com o problema dos outros, podem contribuir para o desenvolvimento da síndrome. Ressalta-se também que este trabalho não se restringe apenas aos profissionais de contabilidade, podendo contribuir para outros profissionais de diversas áreas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Irai C. B.; PEREIRA, Ana M. T. B.; YAEGASHI, Solange F. R. **O estresse e a Síndrome de Burnout no trabalho docente**: Algumas Reflexões. In: X CONPE, Universidade Estadual de Maringá-PR, 3 á 6 de julho de 2011.

CAMPOS, Donizete Ap. Zaquine. **Síndrome de Burnout**: o esgotamento profissional ameaçando o bem-estar dos professores. Pró-Reitoria de pesquisa e pós graduação mestrado em educação, UNOESTE, Presidente Prudente-SP 2008.

COSTA, T. K. S; FERREIRA, M. F.; REGO, R. C. F. S. **BURNOUT**: Analisando a incidência da Síndrome nos professores do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Piauí. ENEO 2012. VII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Curitiba-PR, 20 e 22 de maio de 2012.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE –RS - **Manual de Orientação e de procedimentos para organizações contábeis**. Conselho Regional De Contabilidade - Pa. (Dezembro de 2003, p.7,8). Disponível em: <<http://www.crcpa.org.br/paginas/pg/o-conselho-de-contabilidade>>. Acesso em 23 de ago 2017.

GONÇALES, Crichna Aguiar; GONÇALES, Relber Aguiar. **Síndrome de Burnout**: causas e consequências em diversos profissionais. Revista Brasileira de psicologia, 03(02), Salvador, Bahia, 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade-8ª** Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**: Atualizado conforme as leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 e NBCS TGS convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade IFRS. 29. Ed - São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

SANTINI, Joarez.; **Síndrome do esgotamento profissional**: Revisão Bibliográfica.2004.Mestrando em ciências do movimento humano-ESEF/UFRGS. Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p.183-209, janiero/abril de 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. rev. e atualizada – São Paulo: Cortez, 2007.

ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS DAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

Cícero Nicácio da Costa Júnior

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: cicero.nicacio@outlook.com

Resumo

Tendo em vista as determinações dos instrumentos legais, principalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual orienta à responsabilidade, planejamento e transparência na gestão pública, de modo a garantir o equilíbrio das finanças públicas. O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a dependência de Municípios brasileiros das transferências intergovernamentais. Para isso, foi realizada uma pesquisa descritiva-quantitativa a respeito dos dois menores e dois maiores Municípios de cada Estado brasileiro, com relação a população. A análise dos dados se deu por meio do cálculo da média das receitas por fonte (tributária, transferências estaduais e transferências federais) e por Município, para o intervalo de tempo de 2002 a 2017. Os dados foram coletados no site Compara Brasil, enquanto que a tabulação dos dados e elaboração dos gráficos foram realizadas no Microsoft Excel 2016. Com isso, as análises concluem que a maioria dos Municípios possuem um nível de dependência das transferências intergovernamentais superior a 50%, principalmente as cidades das regiões Norte e Nordeste. Dessa forma, o estudo tem sua relevância na medida em que realiza uma análise pouco explorada, possibilita a ciência dos níveis de dependência dos Municípios por parte dos gestores e configura um estudo base para a realização de novas pesquisas.

Palavras-chave: *Dependência; municípios brasileiros; transferências intergovernamentais*

1. INTRODUÇÃO

O estado brasileiro é composto por três esferas, a federal assegurada a União, a estadual que comporta os Estados e o Distrito Federal, e a municipal que forma-se dos Municípios. Ambas as esferas são regidas primariamente pela Constituição Federal, a qual regulamenta e fiscaliza o exercício do poder, de forma a assegurar o controle. Posteriormente, os entes federativos são regidos pelas respectivas constituições, sendo essas baseadas na constituição nacional, o que afirma a autonomia política-administrativa dos Estados, Distrito Federal e Municípios com relação à União.

Diante desta autonomia e das determinações da constituição, juntamente com outros dispositivos legais, os entes são obrigados a prestarem alguns serviços básicos e garantirem os direitos da população, para isso, são necessários aportes de dinheiro, os quais se configuram despesas públicas. Para pagamento destas despesas públicas, exigem-se, também por determinação de dispositivos legais, fontes de recursos, as denominadas receitas públicas.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), os entes precisam ter uma gestão responsável, planejada e transparente, para poderem prevenir riscos e evitarem a ocorrência de fatores que possam comprometer o equilíbrio das finanças públicas. Assim, torna-se necessária a equivalência das receitas com

as despesas públicas, para que os gestores consigam cumprir as metas estabelecidas e garantir uma gestão desenvolvida com qualidade, eficiência e efetividade.

No tocante das receitas públicas, basicamente, compõem-se das receitas tributárias (arrecadação de impostos, taxas e contribuições), das transferências intergovernamentais, outras classificações de receitas correntes e receitas de capital. No que se refere às transferências intergovernamentais, tem-se as transferências da União para os Estados, Distrito Federal e Municípios, e as transferências dos Estados para os Municípios, ambas determinadas pela Constituição Federal e pelas respectivas legislações estaduais e municipais.

Observando que as transferências entre os entes federativos fazem parte da composição das receitas públicas, vê-se a necessidade de que os gestores públicos tenham conhecimento dos percentuais das receitas que são oriundas destas transferências com relação a receita total e, conseqüentemente, do nível de dependência do ente das transferências intergovernamentais. Com isso, pode-se buscar alternativas, em caso de níveis altos de dependência, para alcançar uma maior independência e diminuir os riscos de instabilidade das finanças públicas.

Considerando as necessidades acima expostas e a pouca realização de pesquisas relacionadas a temática em âmbito nacional, objetiva-se, por meio desta pesquisa, analisar a dependência de Municípios brasileiros das transferências intergovernamentais. Para isso, tem-se como objetivos específicos: i) analisar os percentuais da arrecadação tributária dos Municípios; ii) evidenciar os percentuais da dependência dos Municípios das transferências da União; e iii) evidenciar os percentuais da dependência dos Municípios das transferências dos Estados.

Os objetivos supracitados se propõem responder a seguinte problemática: Quais os níveis de dependência de Municípios brasileiro das transferências intergovernamentais?

O estudo torna-se relevante pelo fato de acrescentar ao âmbito acadêmico-científico uma investigação pouco realizada a nível nacional e fornecer uma análise mais detalhada aos gestores municipais sobre a dependência de seus respectivos Municípios das transferências intergovernamentais, além de configurar um estudo base para a realização de novas pesquisas relacionadas ao tema.

Posterior a esta seção introdutória, encontram-se quatro seções, das quais a segunda retrata a referencial teórico, a terceira a metodologia, a quarta os resultados e discussão e a quinta, e última, a conclusão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) determina algumas diretrizes que orientam os entes da federação com relação aos gastos públicos. As determinações apontadas na lei supracitada objetivam garantir a saúde financeira da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para que possam aplicar seus recursos de forma eficiente e efetiva. Dentre as determinações da LRF tem-se a exigência da existência de uma fonte de financiamento para cada despesa correspondente, de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas.

A referida Lei dispõe ainda sobre o planejamento das contas públicas, receitas públicas, despesas públicas, transferências voluntárias, destinação de recursos públicos para o setor privado, dívida e endividamento, gestão patrimonial, transparência, controle e fiscalização. Tudo isso, buscando assegurar uma gestão desenvolvida com qualidade e

responsabilidade fiscal, para que possa gerar retornos satisfatórios para a sociedade e tornar o ente autossustentável.

2.2 RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Numa abordagem mais direta, em conformidade com a Revista em Discussão (2013) do Senado Federal, as fontes de receita dos municípios são as receitas tributárias, decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria, além da contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.

A Constituição Federal (1988) prevê em seu Art. 145 a instituição dos tributos supracitados, conforme redação a seguir:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: I - impostos; II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas. (Constituição Federal, 1988).

O Art. 156 da Constituição Federal (1998) assegura aos Municípios a competência de instituir o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), também previsto no Art. 32 do Código Tributário Nacional (1966), o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), com exceção dos serviços compreendidos no Art. 155 da Constituição Federal (1988), concomitantemente com o Art. 1º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

No âmbito da instituição de taxas, os Municípios, assim como a União, os Estados e o Distrito Federal, possuem aval por meio de instrumentos legais para criá-las, conforme redações dadas pelo Art. 145 da Constituição Federal (1988) e pelos Art. 77, 78, 79 e 80 do Código Tributário Nacional (1966).

Referente as contribuições de melhoria, podem ser cobradas pelos entes federativos, em suas respectivas competências, em conformidade com as determinações do Art. 145 da Constituição Federal (1988) e dos Art. 81 e 82 do Código Tributário Nacional (1966).

A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública está prevista no Art. 149-A da Constituição Federal (1988), determinando a competência de instituição da referida taxa para os Municípios e Distrito Federal. Destaca-se que a arrecadação decorrente desta taxa deve ser destinada para custear a prestação do Serviço de Iluminação Pública.

2.3 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

O Art. 83 do Código Tributário Nacional (1966) assegura que:

[...] os Estados e Municípios que celebrem com a União convênios destinados a assegurar ampla e eficiente coordenação dos respectivos programas de investimentos e serviços públicos, especialmente no campo da política tributária, poderão participar de até 10% (dez por cento) da arrecadação efetuada, nos respectivos territórios, proveniente do imposto referido no artigo 43, incidente sobre o rendimento das pessoas físicas, e no artigo 46, excluído o incidente sobre o fumo e bebidas alcoólicas. (Código Tributário Nacional, 1966).

Além disso, a Revista do Senado Federal, em Discussão (2003), afirma que os Municípios tem a participação na distribuição da arrecadação dos Estados e da União asseguradas.

A receita corrente dos Municípios é composta pela arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e 50% do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), de competência da União, arrecadado em seus respectivos territórios, conforme o Art. 158 da Constituição Federal (1988) e o Art. 85 do Código Tributário Nacional (1966).

Ainda em conformidade com o Art. 158 da Constituição Federal (1998), 50% da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e 25% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ambos de competência dos Estados, será destinada à composição da receita Municipal dos respectivos Municípios arrecadadores.

O Art. 159 da Constituição Federal (1988) garante que a União repasse aos Municípios 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e 22,5% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), os quais compõem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Além dos percentuais supracitados, a União garante o repasse de mais 2% para o FPM no meio e no final de cada ano.

No âmbito dos Estados, ficam obrigados a repassar 25% do valor recebido da União referente a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sob determinação do Art. 159 da Constituição Federal (1988).

Os Municípios dispõem ainda de outras fontes de receita, além das receitas tributárias e das transferências intergovernamentais supracitadas.

3. METODOLOGIA

3.1 TIPOLOGIAS DA PESQUISA

No que se refere aos objetivos da pesquisa, classifica-se como descritiva, a qual busca descrever características de uma determinada população ou fenômeno, ou criar alguma relação entre determinadas variáveis, conforme Gil (2002). O corrente trabalho se enquadra na definição na medida em que objetiva analisar o nível de dependência de Municípios brasileiros das transferências intergovernamentais.

Referente ao procedimento para coletar os dados da pesquisa, usou-se o banco de dados. Através deste procedimento de coleta de dados, obtêm-se dados principais prontos de uma fonte terceirizada e pode-se modificá-los de acordo com os interesses do pesquisador. A pesquisa segue a definição na medida em que retirou os dados do site Compara Brasil e a partir dos mesmos formulou gráficos e tabelas de autoria própria.

Quanto ao problema da pesquisa, aborda-se, neste trabalho, de forma quantitativa, ao modo que se utiliza a estatística para manipular e interpretar os dados brutos, além de prezar por uma análise mais objetiva e concreta das informações.

3.2 COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A seleção da amostra se deu por amostragem por conveniência, por meio da qual pode-se escolher os itens componentes da amostra a partir de um determinado critério, podendo ser a conveniência ou a simplicidade, conforme aborda Fávero e Belfiore (2017).

Assim, foram coletadas as informações referentes a receita total, receita tributária, transferências dos Estados e transferências da União de todos os Municípios, após, foram selecionados apenas os dois menores e os dois maiores Municípios (baseado na população do ano de 2010, informação já agregada aos dados utilizados na pesquisa), com todos os dados disponíveis, de cada Estado.

Os dados da pesquisa foram retirados do site Compara Brasil, um portal de livre acesso contendo dados sobre as finanças públicas das três esferas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). O portal tem como objetivo disponibilizar para a sociedade brasileira dados

fiscais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de maneira simples e de fácil interpretação. Além disso, o referido portal dispõe de várias ferramentas de formatação e apresentação de dados.

O site se pauta no princípio da transparência com acessibilidade para o fornecimento das informações, e tem como fonte de dados fontes oficiais do governo, como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), as Secretarias de Estado da Fazenda e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando relatórios divulgados pelos referidos sites para suprimento do site.

Posteriormente a coleta dos dados, tabulou-se os mesmos e estruturou-se gráficos por região (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) mostrando a média da participação da receita tributária, das transferências estaduais e das transferências federais nas receitas totais dos municípios selecionados. Para a geração dos gráficos foram usados dados de 2002 a 2017, sendo calculada a média dos dados dos anos supracitados para cada Município e para cada fonte de receita (tributária, transferência estadual e transferência federal).

A participação de cada fonte de receita (tributária, transferências estaduais e transferências federais) na receita total dos Municípios foi calculada conforme a Equação 1, abaixo:

$$NP = \left(\frac{RF}{RT} \right) \times 100$$

Equação 1

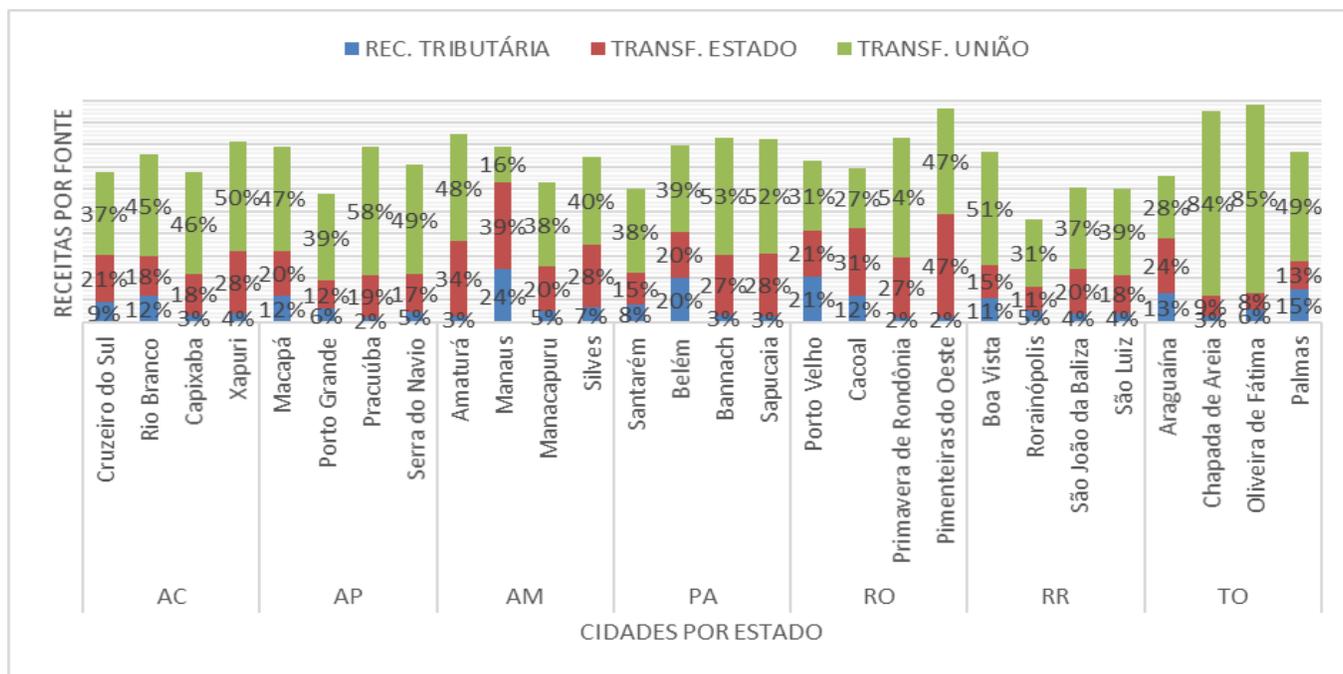
Sendo: NP: Nível de dependência; RF: Receita por fonte e RT: Receita total.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observando o Gráfico 1, percebe-se que a grande maioria dos Municípios abordados na região Norte possuem, em média, mais de 50% da receita total oriundas de transferências estaduais ou federais. Apenas 1 dos 28 Municípios englobados na análise possui receitas derivadas das transferências intergovernamentais inferior a 50%, sendo o Município de Rorainópolis/RR com 41% da receita total derivada de transferências. Os 27 Municípios restantes possuem receitas derivadas de transferências intergovernamentais variando entre 51% (município de Porto Grande/AP) e 94% (município de Pimenteiras do Oeste/RO).

Retratando os dados por fonte de receita, mais detalhadamente, constata-se que a maioria dos Municípios possuem receita tributária inferior a 10% (mínimo de 2%), estando apenas 9 municípios dos 28 acima do percentual citado, variando de 11% - Boa Vista/RR a 24% - Manaus/AM. Referente as transferências intergovernamentais recebidas pelos Municípios, as transferências dos Estados variam, em sua maioria, de 15% (Municípios de Boa Vista/RR e Santarém/PA) a 47% (cidade de Pimenteiras do Oeste/RO), estando apenas 5 Municípios abaixo do percentual mínimo citado, e as transferências da União variam, em sua maioria, de 27% (Município de Cacoal/RO) a 85% (Município de Oliveira de Fátima/TO), estando apenas 1 município com o percentual inferior ao mínimo citado (cidade de Manaus/AM com 16%).

Gráfico 1 – Média da dependência de Municípios da região Norte



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

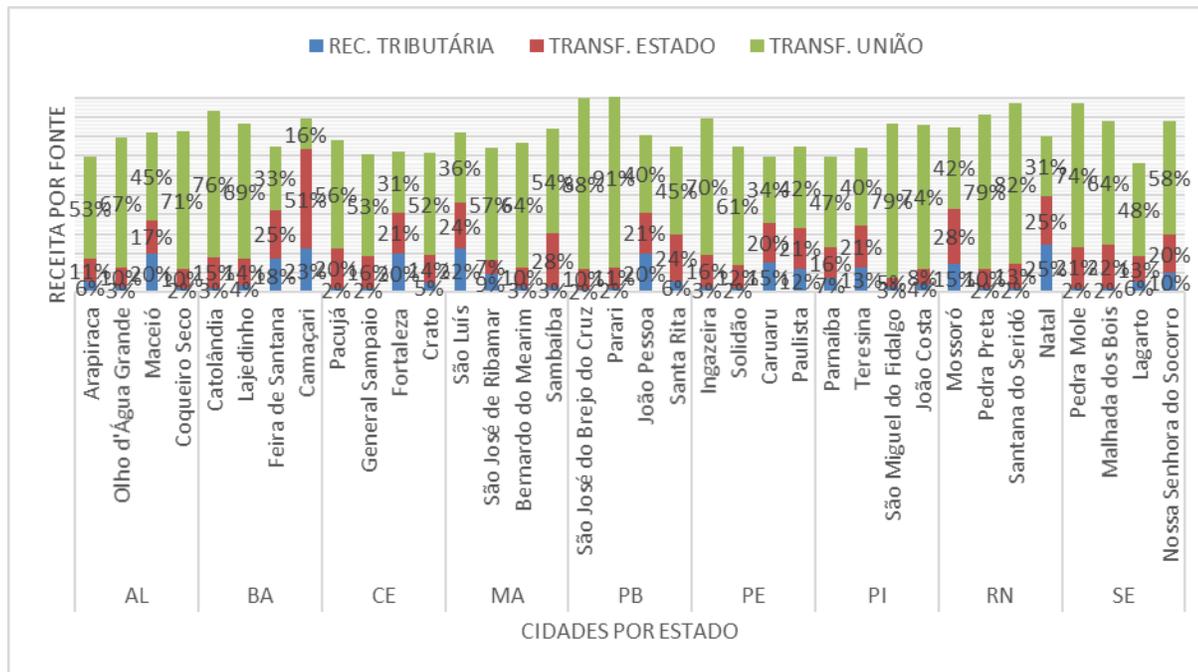
Interpretando as informações contidas no Gráfico 2, pode-se observar que apenas 11 das 36 cidades analisadas na região do Nordeste possuem percentual de receita de arrecadação superior a 10%, variando de 12% (cidade de Paulista/PE) a 25% (cidade de Natal/RN), sendo em sua maioria as capitais dos Estados do Nordeste. As outras 25 cidades tem suas receitas tributárias variando de 2% a 10% (município de Nossa Senhora do Socorro/SE).

Todas as cidades nordestinas englobadas na amostra analisada possuem receitas decorrentes de transferências intergovernamentais acima de 50% da receita total, tendo como mínimo 52% para a cidade de Fortaleza/CE e como máximo 102% para a cidade de Parari/PB.

No que tange as transferências estaduais para os Municípios do Nordeste, 15 dos 36 Municípios possuem transferências médias igual ou inferior a 15% (cidade de Catolândia/BA), sendo o mínimo 5% (cidade de São Miguel do Fidalgo/PI), o restante dos Municípios variam de 16% (cidades de General Sampaio/CE, Ingazeira/PE e Parnaíba/PI) a 51% (Município de Camaçari/BA).

Com relação as transferências da União, 35 dos 36 Municípios possuem, em média, de 31% a 91% da receita total decorrente de transferências federais, sendo Fortaleza/CE detentora do percentual inferior e Parari/PB do percentual superior. Apenas a cidade de Camaçari/BA possui um percentual inferior ao supracitada, sendo 16%.

Gráfico 2 – Média da dependência de Municípios da região Nordeste



Fonte:

Dados da pesquisa, 2019.

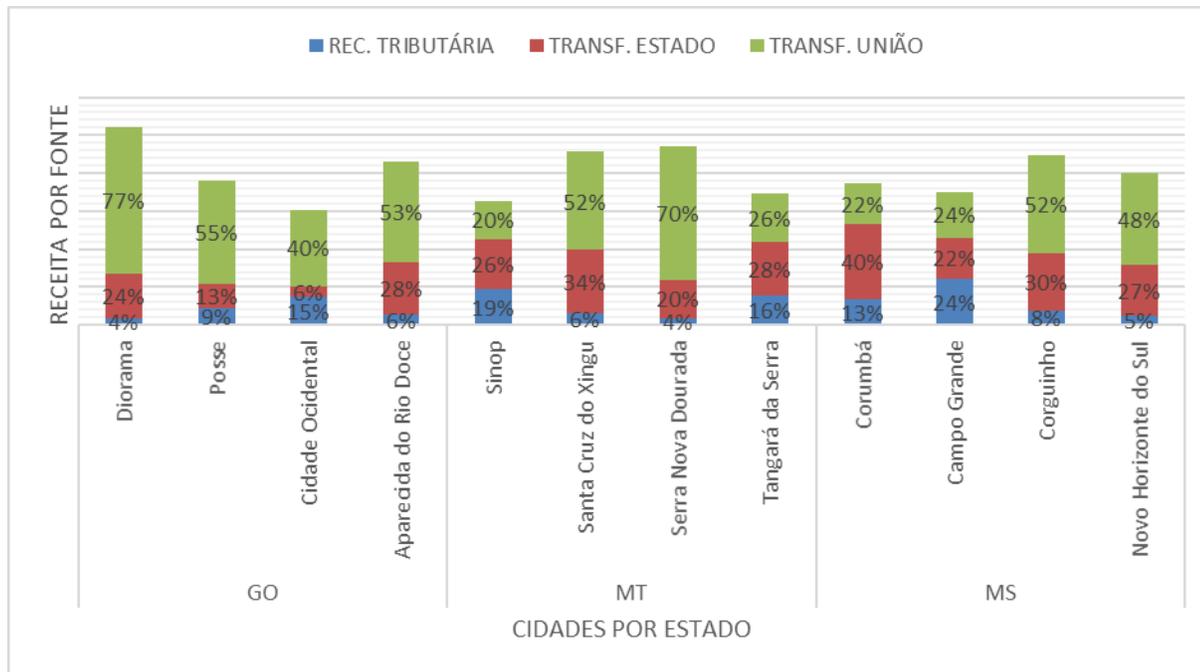
As cidades analisadas da região Centro-Oeste, conforme o Gráfico 3, também possuem um elevado nível de dependência das transferências intergovernamentais, sendo, em média, de 46% (cidades de Cidade Ocidental/GO e Campo Grande/MS) a 101% (cidade de Diorama/GO). Vale destacar que apenas 3 das 12 cidade analisadas possuem nível de dependências das transferências intergovernamentais abaixo dos 50%, sendo as cidades já supracitadas com 46% e a cidade de Sinop/MT com 47%.

Detalhando as transferências estaduais, 10 dos 12 Municípios analisados recebem transferências dos Estados de 20% (Serra Nova Dourada/MT) a 40% (Corumbá/MS), em média. Duas das cidades analisadas possuem receita derivada de transferência estadual inferior a 20%, sendo Cidade Ocidental/GO com 6% e Posse/GO com 13%.

As transferências da União para os Municípios analisados corresponde, em média, de 20% (cidade de Sinop/MT) a 77% (cidade de Diorama/GO), sendo 8 dos 12 Municípios igual ou acima de 40%.

As receitas tributárias dos municípios analisados não compõem grande parte das receitas totais municipais, sendo responsável de, em média, 4% (municípios de Diorama/GO e Serra Nova Dourada/MT) a 24% (cidade de Campo Grande/MS). Observando que apenas 5 das 12 cidades abordadas possuem receitas tributárias contribuindo mais de 10% para a composição das receitas totais.

Gráfico 3 – Média da dependência de Municípios da região Centro-Oeste



Fonte:

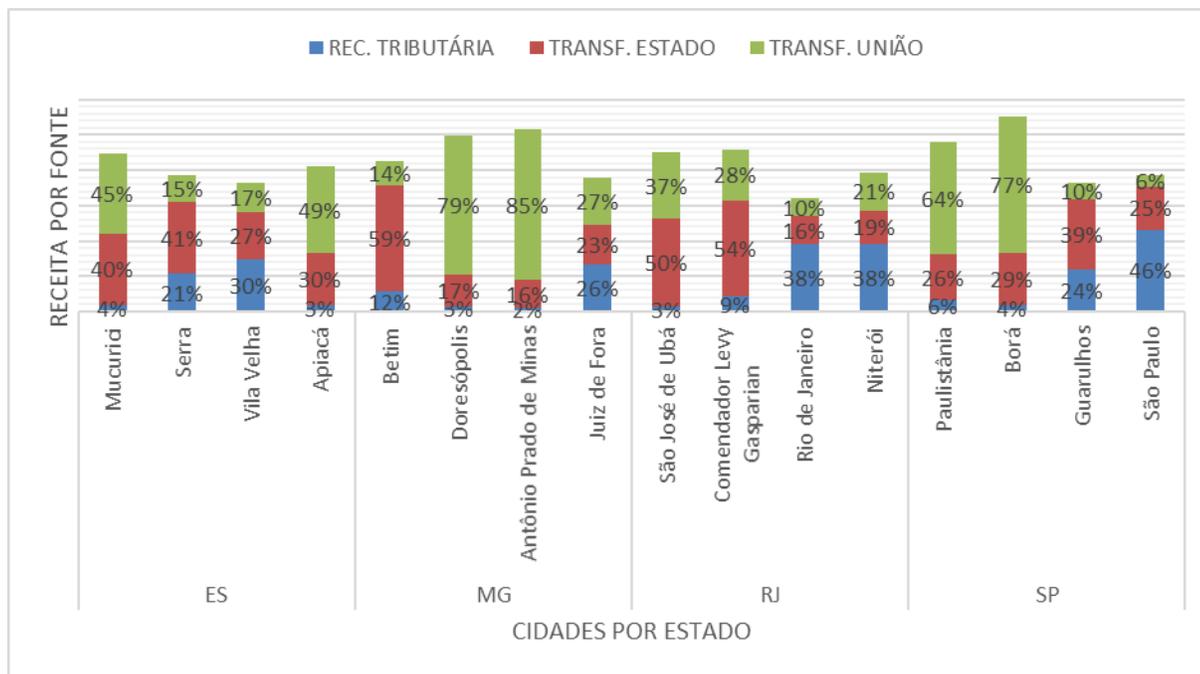
Dados da pesquisa, 2019.

Nas cidades do Sudeste, conforme expõe o Gráfico 4, as transferências intergovernamentais também compõem grande parte da receita total dos Municípios, sendo, em média, de 26% (cidade do Rio de Janeiro/RJ) a 106% em Borá/SP, destacando que 10 dos 16 Municípios possuem mais de 55% da receita total oriundas de transferências estaduais e federais, sendo apenas 6 cidades com o nível de dependência inferior a 50%.

No tocando das transferências intergovernamentais, mais detalhadamente, os estados transferem aos Municípios de 16% (cidades de Antônio Prado de Minas/MG e Rio de Janeiro/RJ) a 59% (município de Betim/MG), em média. Destaca-se que apenas 4 cidades possuem recursos decorrentes de transferências estaduais abaixo de 20%, as outras possuem transferências estaduais acima dos 22%. A união, por sua vez, transfere aos Municípios de 6% (cidade de São Paulo/SP) a 85% (município de Antônio Prado de Minas/MG) de suas receitas municipais totais. Destaca-se também, que apenas 6 Municípios possuem recursos transferidos da União inferior a 18% de suas receitas municipais totais, o restante recebem mais de 20% de transferências federais.

Referente as receitas tributárias, 9 cidades possuem receitas decorrentes da arrecadação entre 2% (cidade de Antônio Prado de Minas/MG) e 12% (cidade de Betim/MG), e as outras 7 cidades variam entre 21% (cidade de Serra/ES) e 46% (cidade de São Paulo/SP).

Gráfico 4 – Média da dependência de Municípios da região Sudeste



Fonte:

Dados da pesquisa, 2019.

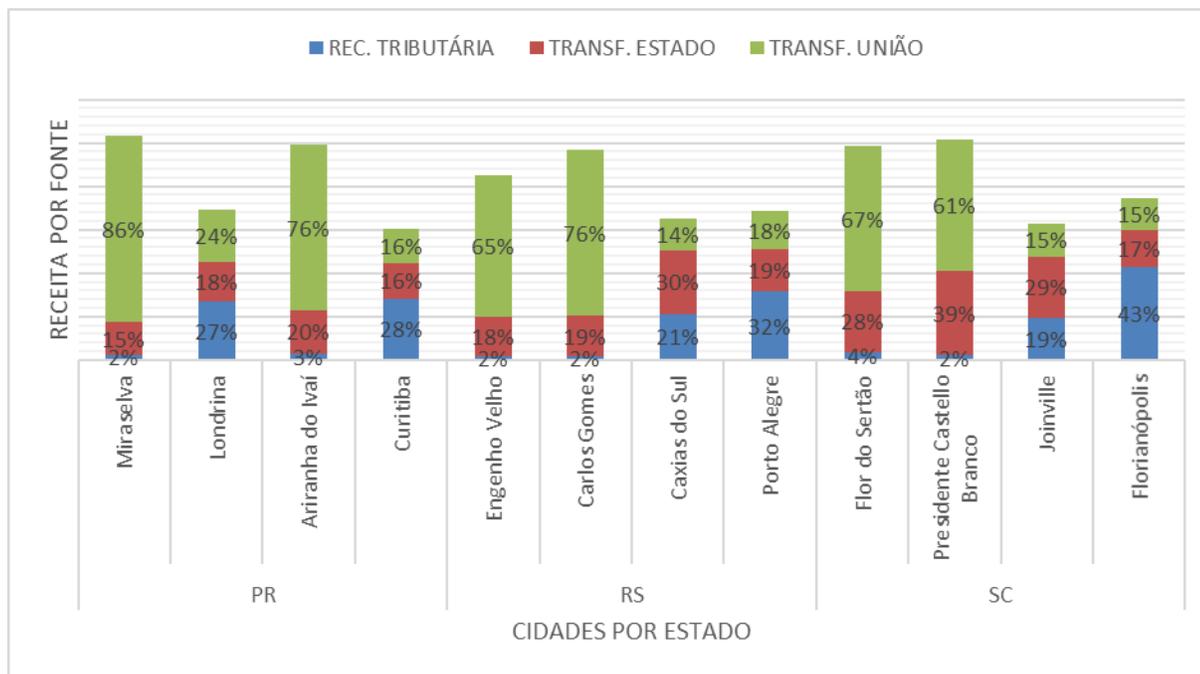
O gráfico 5, que contém as receitas por fonte de Municípios da região Sul, demonstra que 6 das 12 cidades possuem um nível de dependência das transferências intergovernamentais abaixo de 45%, variam de 32% nas cidades de Florianópolis/SC e Curitiba/PR a 44% na cidade de Caxias do Sul/RS, e as outras 6 cidades possuem um nível de dependência acima de 80%, percorrendo o intervalo de 84% na cidade de Engenho Velho/RS a 101% na cidade de Miraselva/PR.

As receitas tributárias das cidades da região sul variam de 2% a 43%, sendo 6 Municípios com receitas decorrentes de arrecadação responsável por 2%, 3% ou 4% da receita total municipal, e os demais Municípios restantes variando de 19% a 43%.

As transferências estaduais correspondem a, em média, de 15% a 39% das receitas totais dos Municípios do Sul, possuindo apenas 4 dos 12 Municípios com transferências um pouco mais distantes do intervalo de 15% a 20% (variação da dependência da maioria dos Municípios do Sul).

Já as transferências federais variam, em média, de 14% a 86%, sendo 6 das 12 cidades com percentuais abaixo dos 25%, cidades estas de grande porte econômico, como Caxias do Sul/RS-14%, Joinville/SC-15%, Florianópolis/SC-15%, Curitiba/PR-16%, Porto Alegre/RS-18% e Londrina/PR-24%. Os demais Municípios possuem uma média de 61% a 86% da receita total municipal decorrente de transferências da União.

Gráfico 5 – Média da dependência de Municípios da região Sul



Fonte:

Dados da pesquisa, 2019.

Em uma panorama geral das análises torna-se perceptível que a maioria dos Municípios analisados possuem no mínimo metade da receita total municipal decorrente de transferências intergovernamentais, havendo apenas algumas cidades que possuem um nível de dependência inferior a 50%, cidades estas em sua maioria capitais dos Estados, polos industriais ou turísticos.

A maioria das cidades das regiões Norte e Nordeste possuem níveis de dependências mais elevados, enquanto que algumas cidades das regiões Sudeste, Sul e até Centro-Oeste possuem um maior equilíbrio com relação a distribuição das receitas por fonte.

Pode-se perceber também que algumas cidades dependem mais das transferências dos Estados e outras dependem mais das transferências da União. Os Municípios das regiões Norte e Nordeste, em sua maioria, dependem mais das transferências federais, já os Municípios das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul possuem algumas cidades mais dependentes das transferências dos Estados, principalmente os Municípios do Sudeste, mas como citado anteriormente, há um equilíbrio maior nos Municípios integrantes destas regiões, por isso, alguns Municípios também dependem mais das transferências da União, este equilíbrio se torna mais presente nas cidades do Centro-Oeste e Sul.

5. CONCLUSÃO

Obteve-se sucesso no alcance do objetivo geral de analisar a dependência de Municípios brasileiros das transferências intergovernamentais e dos seguintes objetivos específicos: i) analisar os percentuais da arrecadação tributária dos Municípios; ii) evidenciar os percentuais da dependência dos Municípios das transferências da União; iii) evidenciar os percentuais da dependência dos Municípios das transferências dos Estados.

Desse modo, pode concluir que a maior parte dos Municípios analisados possuem níveis de dependências das transferências intergovernamentais altos, o que pode comprometer o equilíbrio das finanças públicas municipais, um dos enfoques da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Recomenda-se a realização de novas análises relacionadas a temática, a fim de testar novas hipóteses ou constatar a hipótese aqui abordada com maior confiabilidade possível. Podendo ser realizadas investigações com um maior número de Municípios, com novas ferramentas estatísticas ou quaisquer outras variações que agregem valor a pesquisa.

Este trabalho contribui com a análise e demonstração do nível de dependência de Municípios brasileiros das 5 regiões. Buscando, com isso, tornar mais acessível a informação a respeito das finanças públicas municipais para a população, os gestores municipais e quaisquer interessados.

Mesmo considerando que a pesquisa limitou-se aos menores e maiores Municípios de cada Estado, devido a limitação de espaço, pode-se considerar o estudo como uma base para o desenvolvimento de novas pesquisas, com outras cidades ou outros enfoques, na tentativa de contribuir para a área de pesquisa com novas análises.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Lei n. 101, 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Lei n. 4.320, 17 de março de 1964**. Institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4320.htm. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Tesouro Nacional Transparente**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/transferencias-obrigatorias-da-uniao-por-municipio>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Tesouro Nacional Transparente: Transferências constitucionais**. Brasília, 2019. Disponível em: [http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1:::":](http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1:::). Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Tesouro Nacional Transparente: Transferências constitucionais e legais**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Tesouro Nacional Transparente: Transferências discricionárias**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/transferencias-discricionarias>. Acesso em: 23 jul. 2019.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads>. Acesso em: 23 jul. 2019.

MEU MUNICÍPIO. 2019. Disponível em: <https://meumunicipio.org.br/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORAS DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE UM MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA PARAENSE

Michel Carvalho Ribeiro

Universidade Federal Rural da Amazônia

E-mail: professormichelcr@gmail.com

Warlen Silva da Cruz

Universidade Federal Rural da Amazônia

E-mail: warlen.fernanda10@gmail.com

Jackeline Gouveia Procópio

Universidade Federal Rural da Amazônia

E-mail: jackelinegouveia@live.com

Márcio Cardoso Soares

Universidade Federal Rural da Amazônia

E-mail: marcio.soares.ufra@gmail.com

RESUMO

Novos desafios são postos aos negócios da atualidade. O aumento da competitividade, o processo de inovação e a criação de novas soluções para as necessidades advindas da sociedade requerem posturas diferenciadas de quem vive este novo momento. O comportamento empreendedor demonstra que aqueles que o possui consegue atender a essas exigências mercadológicas. Nesse contexto, o presente artigo teve por objetivo analisar se os profissionais de contabilidade de um município da Amazônia paraense, Tomé-Açu, possuem as características empreendedoras, de acordo com a abordagem de Dornelas, Spinelli e Adams (2014). Como metodologia, a fim de alcançar os objetivos supracitados, realizou-se uma pesquisa quali-quantitativa de caráter descritivo e exploratório, a qual foi feita uma coleta de dados através de um questionário respondido por profissionais de contabilidade atuantes em empresas contábeis e profissionais liberais/autônomos. Este questionário foi adaptado ao modelo proposto por Hansel (2018) para avaliar se os profissionais de contabilidade possuem características empreendedoras. A análise e discussão dos resultados apontaram que os profissionais de contabilidade de Tomé-Açu/PA, em sua maioria possuem características empreendedoras.

Palavras-chave: Contabilidade. Empreendedorismo. Características Empreendedoras. Tomé-Açu.

1. INTRODUÇÃO

Os negócios têm sido palco de várias possibilidades e iniciativas advindas de diversas necessidades da sociedade, assim como também tem apresentado alta competitividade, gerando inovação, desenvolvimento e empregos. Assim, torna-se de suma importância para os profissionais que compõem uma organização a aquisição de características inovadoras e

criativas, provenientes do empreendedorismo, visando o crescimento e o sucesso almejado tanto para o profissional inserido em uma empresa, quanto para a própria empresa.

Para Dornelas (2008, p. 22) “empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades. E a perfeita implementação destas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso”. Portanto, o profissional que possui características empreendedoras há de contribuir significativamente com o sucesso de um negócio e, por este motivo, tais profissionais são essenciais na composição de uma equipe de colaboradores ou como aquele que irá iniciar um empreendimento diferenciado.

Dentro do vasto tipo de profissionais, pode-se destacar o profissional de contabilidade, que, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade em sua resolução nº 560/83, pode exercer vários tipos de atividades podendo ser considerado tanto empregado, como profissional liberal, autônomo ou empresário.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem por objetivo identificar se os profissionais de contabilidade de um município da Amazônia paraense, Tomé-Açu, possuem as características empreendedoras conforme o modelo apresentado por Dornellas, Spinelli e Adams (2014).

Este artigo, para melhor organização das informações, foi dividido em tópicos, sendo eles: a) o papel dos profissionais de contabilidade nas entidades, no qual relata as diversas áreas onde este profissional pode atuar e seu papel dentro do empreendedorismo; b) referencial teórico, composto por subtópicos como: empreendedorismo, a contabilidade e o contador e o município de Tomé-Açu/PA; c) metodologia, que, nesse estudo, é de caráter exploratório, descritivo e quali-quantitativo; d) Análise e discussão dos resultados, com o auxílio de um questionário elaborado com base no modelo proposto por este artigo; e) considerações finais e; f) referências bibliográficas.

1.1. O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE NAS ENTIDADES

A profissão do contador possui uma gama de áreas e departamentos de atuação nas entidades, seja ela de caráter lucrativas ou não, tornando uma das profissões mais bem requisitadas pelas empresas e até mesmo países. A resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 560/83, em seu art. 2º, no que se refere às atribuições privativas dos contabilistas, dita que:

O Contabilista pode exercer as suas atividades na condição de profissional liberal ou autônomo, de empregado regido pela CLT, de servidor público, de militar, de sócio de qualquer tipo de sociedade, de diretor ou de Conselheiro de quaisquer entidades, ou em qualquer outra situação jurídica pela legislação, exercendo qualquer tipo de função.

Marion (2003), relata que, o mercado de trabalho para os contadores é o que mais proporciona oportunidade, visto que, sua área de atuação é bastante ampla. Para Sá (2006), o profissional contábil, tem a seu dispor um dos maiores mercados, pois, nenhuma empresa e instituição pode dispensar sua assistência constante.

Nota-se, desta forma, a importância da presença de profissionais contábeis nas empresas, haja vista que os contadores fornecem informações estruturadas, confiáveis, úteis, sendo repassadas com clareza e concisão, objetivando subsidiar os gestores no processo de tomadas de decisões. Iudícibus, Marion e Faria (2017) acreditam que a informação contábil pode ser a diferença entre o sucesso e o fracasso da organização.

Dentro dessas perspectivas, o profissional da contabilidade deve estar cada vez mais preparado perante o cenário atual que, conforme Chiavenato (2007), está carregado de mudanças e transformações que se sucedem em velocidade crescente, exigindo a inovação e atualização dos meios de produção, serviços e dos profissionais envolvidos nas atividades empresariais.

Nesse contexto, são exigidas novas habilidades dos contadores que, na visão de Pires (2008) devem desenvolver competências que lhes permitam desempenhar suas atividades de maneira adequada. Além disso, precisam também ter atuação empreendedora, requerendo criatividade para entrar e permanecer no mercado de trabalho altamente competitivo (HANSEL, 2018).

O profissional empreendedor é a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou um projeto pessoal, assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente. Os empreendedores são fontes de energia, pois assumem riscos em uma economia em mudança, transformação e crescimento. São, portanto, heróis populares no mundo dos negócios (CHIAVENATO, 2007).

No ramo do empreendedorismo, o contador é visto como um dos especialistas de grande importância para que tudo ocorra de forma prevista em um empreendimento tanto na questão tributária quanto na organização das finanças. Chiavenato (2007, p. 125), sugere aos empreendedores que:

(...) não deixe de consultar um contador antes de iniciar ou alterar seu próprio negócio. Informe-se a respeito de impostos que incidem sobre suas atividades e como fazer seu planejamento tributário para reduzir custos desnecessários. **Escolha e contrate um bom contador e ele lhe trará certamente ideias excelentes.** [grifo nosso]

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Empreendedorismo

Na contemporaneidade muito tem se falado sobre empreendedorismo. Para muitos, empreender é o refúgio que se encontra devido às fortes crises, o alto índice de desemprego e outros fatores que influenciam diretamente no sustento e na estabilidade financeira de um grupo familiar. Tal conclusão pode ser evidenciada por uma reportagem do portal de notícias G1 relatando que, conforme dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE “11 milhões de empresas foram criadas no país nos últimos anos por pessoas que precisavam de trabalho”.

Nesta perspectiva, o processo de empreender tem se mostrado um caminho viável para muitos profissionais, pois, para Chiavenato (2007), a cada dia que passa entra no mercado uma imensa variedade de pequenas e médias empresas, demonstrando a pujante vitalidade de nossa economia. Como se nota, o empreendedorismo tem ganhado cada vez mais, espaço na sociedade.

No Brasil, o conceito de empreendedorismo começou a tomar forma na década de 1990, quando entidades como o SEBRAE e a Sociedade Brasileira para Exportação de Software - Softex foram criadas. A partir de então, o empreendedorismo exerce papel fundamental na economia do país (DORNELAS, 2001).

O empreendedorismo surgiu para trazer diferenciais às empresas existentes, com o objetivo de que os negócios não se perdessem e sim houvesse inovação para enfrentar a competitividade, além de reduzir custos para a permanência no mercado (DORNELAS, 2014). Ainda conforme o mesmo autor (2008, p. 22), “empreendedorismo é o envolvimento de

pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades. E a perfeita implementação destas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso”. Outra compreensão de Dornelas em relação ao assunto é o de que “empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados”. Ressalta-se que, em qualquer definição de empreendedorismo, encontram-se pelo menos os seguintes aspectos referentes ao ato de empreender:

1. Iniciativa para criar um negócio e paixão pelo que faz;
2. Utiliza os recursos disponíveis de forma criativa transformando o ambiente social e econômico onde vive;
3. Aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar.

Compreende-se, desta forma, que empreendedores são pessoas diferenciadas que possuem motivação singular, criatividade, são apaixonadas pelo que fazem, e não se contentam em ser apenas mais um na multidão, estão sempre em busca de inovar continuamente e de se destacar em um mundo carregado de mudanças e transformações crescentes. Chiavenato (2007, p. 21) menciona que o empreendedor “transforma ideias em realidade, para benefício próprio e para a comunidade”.

Considerando as premissas citadas anteriormente, Dornelas (2001) afirma que o empreendedor é um exímio identificador de oportunidades, sendo um indivíduo curioso e atento às informações, pois sabe que suas chances melhoram quando seu conhecimento aumenta. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Chiavenato (2007), corrobora que, o empreendedor consegue fazer as coisas acontecerem, pois é dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar oportunidades.

Para ser bem sucedido, o empreendedor não deve saber apenas aproveitar as oportunidades e criar seu próprio empreendimento, deve também, saber gerir seu negócio, para mantê-lo e sustentá-lo em um ciclo de vida prolongado e obter retornos significativos de seus investimentos. Isso significa administrar, planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades relacionadas com o negócio (CHIAVENATO, 2007).

Vale destacar que o empreendedorismo não abrange apenas os empreendedores que iniciam um novo negócio, mas abarca, também, os colaboradores de uma empresa. Dolabela (2003) diz que é empreendedor, em qualquer área, alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade. Analogamente, Chiavenato (2007) faz menção que o espírito empreendedor está presente em todas as pessoas que mesmo sem fundarem uma empresa ou iniciarem um novo negócio, estão preocupadas e focalizadas em assumir riscos e inovar continuamente. Desta forma, pode-se falar de empreendedor político, servidor público, empregado, pesquisador e empreendedor no terceiro setor.

O profissional empreendedor que colabora para o crescimento da empresa em que presta seus serviços é chamado, segundo Lizote, Verdinelli e Dantas (2013) de empreendedor corporativo ou intraempreendedor, pois, é o funcionário que se destaca por suas ações no ambiente organizacional, sendo agentes de mudanças, que transforma ideias em realidades rentáveis às empresas, resultando, assim, em benefícios não apenas para os proprietários, mas, para todos os participantes e interessados.

Nessa conjuntura faz-se necessário ressaltar que, o profissional empreendedor que deseja ter sucesso, necessita possuir, de acordo com Dornelas, Spinelli e Adams (2014), atitudes e comportamentos desejáveis e adquiríveis como: compromisso e determinação, coragem, liderança, obsessão pela oportunidade, tolerância ao risco, à ambiguidade e à incerteza, criatividade, autossuficiência e adaptabilidade e motivação para se destacar.

2.2. A contabilidade e o contador

A origem da contabilidade está ligada com a necessidade do homem em controlar, medir e preservar o patrimônio familiar e, até mesmo, em trocar bens para sua maior satisfação, ou seja, é tão antiga quanto a existência do homem em atividade econômica, ou melhor, quem sabe, do homem sábio (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA, 2017).

Neste sentido, a contabilidade foi se alterando e aperfeiçoando com o passar dos anos e de acordo com as necessidades dos períodos históricos, pois, conforme Iudícibus, Marion e Faria (2017) o que toda história tem mostrado é que a contabilidade torna-se importante à medida que há o desenvolvimento econômico. Sendo assim, ela foi conceituada pelo I Congresso de Contabilistas, realizado no Rio de Janeiro em 1924, como “a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registros relativas à administração econômica”.

Em suma, a contabilidade pode ser definida como a ciência que estuda o patrimônio do ponto de vista econômico e financeiro, bem como, os princípios e as técnicas necessárias ao controle, à exposição e a análise dos elementos patrimoniais e de suas modificações (FERREIRA, 2004). Válido salientar que, a contabilidade não é uma ciência exata, mas sim, uma ciência social aplicada, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA, 2017).

Sendo assim, o contador para Marion (2015), é o profissional que exerce as funções contábeis, com formação superior do ensino contábil (Bacharel em Ciências Contábeis). Possui, portanto, no entender de Capistrano (2001) conhecimentos já adquiridos e uma formação continuada que proporciona melhor desempenho e confiabilidade para desenvolver suas atividades, com o intuito de auxiliar os gestores nas tomadas de decisões e conseqüentemente no desenvolvimento das empresas. Há de se destacar, no entanto, que profissionais da contabilidade são considerados como contadores (bacharéis em Ciências Contábeis) e Técnicos em Contabilidade.

O contador, em particular, é um profissional que exerce um papel fundamental para produzir e/ou gerenciar informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisão (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA, 2017). Logo, o conhecimento do profissional contábil como aponta Capistrano (2001), não se restringe apenas à contabilidade, mas é estendido também às ciências comportamentais, à economia, à administração, ao mercado financeiro, enfim, relaciona-se com aspectos da gestão empresarial em geral.

Por outro lado, com a crescente dinamização da economia, o mercado de trabalho exige cada vez mais profissionais altamente capacitados que proporcionem conhecimento, técnica, planejamento, agilidade, eficiência e decisões fundamentais para o crescimento e sustentabilidade dos negócios. Nesse sentido, o profissional contábil deve estar preparado para executar seu trabalho com precisão e gerar informações a seus usuários, para assim colaborar para o melhor desempenho da organização (FONSECA *et al*, 2014).

Neste cenário, o profissional contabilista para atender às demandas mercadológicas precisa também ter atuação empreendedora, para assim entrar e se manter no mercado competitivo. Para tanto, estes profissionais devem apresentar um novo perfil, incorporando novas habilidades pessoais, desenvolvendo capacidade de atender as negociações, e assim contribuir na geração de valor nos serviços prestados (HANSEL, 2018). Em vista disso, Dornelas (2014) corrobora que, o comprometimento e a determinação são fatores importantes para o alcance do sucesso, visto que, o desejo de vencer não é igual ao desejo de nunca desistir.

2.3. O município de Tomé-Açu

Tomé-Açu é um município brasileiro do estado do Pará localizado na região nordeste paraense, que, conforme o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), possui uma área de 5.165,54 km², com população de aproximadamente 56.518 pessoas, tendo sua densidade demográfica de 11 habitantes por km² no território.

Este município, possui um interessante caldo cultural, abrangendo comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Há também, um destaque para a imigração japonesa, uma vez que foi o município pioneiro da colonização da comunidade nipônica na Amazônia (ISHIZU, 2007). Ainda segundo esse autor (p. 20), a experiência da colonização em Tomé-Açu,

possuía direta relação com o tipo de memória que os imigrantes desejavam preservar. Memória de uma experiência vitoriosa de imigração e colonização. Pois, de acordo com os memorialistas dessa história, o que importa ser lembrado e guardado na memória é a vitoriosa experiência da economia de pimenta-do-reino experimentada em Tomé-Açu, pelos imigrantes japoneses, na década de cinquenta.

Neste município, rico em culturas distintas, será analisado se os profissionais de contabilidade possuem as características empreendedoras, conforme expressas na literatura disponível e de acordo com o modelo adotado para este estudo.

3. METODOLOGIA

Para fundamentação deste artigo foram realizadas pesquisas bibliográficas, utilizando obras literárias, textos acadêmicos, artigos publicados em revistas e apresentados em congressos e em sítios eletrônicos oficiais. De acordo com Cervo e Bervian (2007), a pesquisa bibliográfica se configura como o procedimento básico para a busca do domínio do estado da arte sobre um determinado tema, ou seja, tem como objetivo encontrar respostas aos problemas formulados.

Nessa perspectiva, o presente artigo caracteriza-se como exploratório e descritivo que, na visão de Gil (2002), tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, bem como, possibilita a consideração dos mais variados aspectos a ser estudado. Já as descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relação entre as variáveis.

Quanto a abordagem, a pesquisa é de caráter quali-quantitativa, que, na percepção de Zanella (2006), a qualitativa preocupa-se em conhecer a realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participantes, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados. A quantitativa, atenta para a representatividade numérica, isto é, busca a medição objetiva e a quantificação dos resultados. Sendo assim, Fonseca (2002) ressalta que a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

No processo de coleta de dados foi realizada uma pesquisa de campo, que, segundo Lakatos e Marconi (2003) consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los. Fez-se também a aplicação de um questionário estruturado, que, segundo Gil (2008) é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas buscando obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, sentimentos etc.

A seleção dos participantes iniciou-se com a consulta junto ao sítio do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará - CRC/PA, com o intuito de averiguar o número

de profissionais de contabilidade devidamente registrados e ativos na cidade de Tomé-Açu/PA. No município escolhido para realização desta pesquisa, constam, atualmente, 36 profissionais contábeis, sendo 16 contadores e 20 técnicos em Contabilidade. Os questionários foram aplicados a 33 profissionais regularmente inscritos no CRC/PA, considerando-se, portanto, uma amostra de aproximadamente 92%. Destes, 18 responderam à pesquisa, expressando em torno de 55% da amostra. Dos respondentes, 6 são contadores, 9 técnicos em contabilidade e 3 empresários contábeis.

O questionário aplicado, foi baseado e adaptado com perguntas objetivas no modelo empregado por Hansel, Kracke e Saurin (2018), que desenvolveram um estudo sobre o perfil empreendedor dos contadores na cidade de Marechal Cândido Rondon no estado do Paraná. O questionário divide-se em duas partes: a primeira contendo perguntas relacionadas aos dados gerais dos pesquisados, como: categoria (contador, técnico ou empresário contábil), sexo e idade; a segunda parte contendo 26 assertivas, cada uma com cinco alternativas, referentes às características empreendedoras, buscando identificar 7 características empreendedoras apresentadas por Dornelas, Spinelli e Adams (2014).

Quadro 01: Características empreendedoras apontadas por Dornelas, Spinelli e Adams (2014) e as perguntas do questionário aplicado, relacionadas a essas características.

Características Empreendedoras	Perguntas Usadas no Questionário
Compromisso e determinação	1- Gosto de desafios e de novas oportunidades; 3- Me dedico muito para realizar meu trabalho; 4- Faço o que é necessário, sem que os outros tenham que me pedir; 12- Procuo fazer as coisas que me ajudem a alcançar meus objetivos.
Coragem	10- Observo as oportunidades para fazer coisas novas; 11- Somente tomo atitudes, quando tenho todas as informações necessárias; 19- Permaneço até o fim, quando encontrar grandes dificuldades.
Liderança	7- Acho importante fazer um trabalho de alta qualidade; 13- Quando escolho uma maneira de resolver um problema, analisar se esta solução está funcionando; 14- Considero as possibilidades de sucesso ou fracasso, antes de começar a agir.
Obsessão pela oportunidade	2- Dedico grande parte do meu tempo para encontrar uma solução, quando enfrento um problema difícil; 8- Somente me envolvo em algo novo, quando tenho certeza que terei sucesso; 22- Procuo formas mais econômicas de fazer as coisas; 24- Aproveito as oportunidades que surgem.
Tolerância ao risco, à ambiguidade e a incerteza	23- Faço coisas arriscadas; 25- Procuo diferentes fontes de informação para realizar meu trabalho; 9- Vou em busca das atividades que precisam ser

	realizadas.
Criatividade, autossuficiência e adaptabilidade	5- Prefiro aprender novas atividades, do que sempre fazer atividades que já domino; 6- Busco orientações sobre o meu empreendimento, com pessoas mais experientes; 18- Busco por coisas novas e diferentes do que as que sempre fiz.
Motivação para se destacar	20- Mesmo meu trabalho estando satisfatório, procuro melhorias para ele; 21- Quando faço um trabalho para outra pessoa, me esforço para que ela fique satisfeita com os resultados; 26- Anseio que minha atuação seja a melhor do ramo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

As 26 questões da segunda parte do questionário apresentam cinco alternativas para avaliação de cada uma das sete características empreendedoras a serem mensuradas na amostra distribuída de forma não sequencial. Como por exemplo: as questões 1, 3, 4 e 12 referem-se ao quesito compromisso e determinação.

A escala utilizada nesta pesquisa é a do tipo Likert, no qual os entrevistados responderam à assertivas que foram atribuídas notas de 1 a 5, as quais 1 corresponde a “nunca”, 2 “raramente”, 3 “algumas vezes”, 4 “a maioria das vezes” e 5 “sempre”.

Gosto de desafios e de novas oportunidades	Nunca	Raramente	Às vezes	Na maioria das vezes	Sempre
--	-------	-----------	----------	----------------------	--------

O entrevistado que marcar neste exemplo, a alternativa “na maioria das vezes”, receberá 4 pontos e indicará que na maioria das vezes gosta de desafios e de novas oportunidades. Seguindo a linha de raciocínio deste exemplo, foi possível realizar na planilha eletrônica Microsoft Excel^(R) a soma dos pontos das características descritas, gerando dados em porcentagem para apresentar as características que os profissionais contábeis mais apresentavam. A composição de notas 4 e 5, indicariam a presença marcante da característica empreendedora, enquanto as notas 2 e 3 atendem parcialmente ao indicativo da característica expressa e a nota 1 demonstrava a não presença da referida característica empreendedora.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa a partir da tabulação dos dados que foi dividida em duas partes como exposto no questionário, a primeira apresenta perfil dos entrevistados, reunindo dados como: categoria, sexo e idade. Com relação à categoria identificou-se que 50% dos contabilistas são técnicos, 33% são contadores e 17% são empresários contábeis. Destes, 39% são mulheres e 61% são homens, evidenciando desta forma que há a predominância do sexo masculino na atuação profissional no município de Tomé-Açu/PA. Outro fator que ficou evidente diz respeito à idade dos profissionais, sendo que a maioria deles (66%) apresenta idade entre 36 a 55 anos, 17% entre 26 a 35 anos, 11% entre 18 a 25 anos e 6% possui idade acima de 56 anos. Evidencia-se,

desta forma, que existe um número maior de profissionais com experiência de vida exercendo a profissão.

A segunda parte do questionário aplicado visava especificamente identificar se os profissionais contábeis possuíam as características empreendedoras, usando o modelo proposto por Dornelas, Spinelli e Adams (2014).

A primeira característica a ser analisada refere-se a ter “Compromisso e determinação” uma das características que mostra a tenacidade na hora das tomadas de decisões e o nível de comprometimento demonstrado pelos contabilistas no desenvolvimento de suas atividades. Esse comportamento é de suma importância para o alcance de resultados positivos no trabalho desenvolvido por estes profissionais, além de ser uma característica que todas as organizações buscam em seus colaboradores. Em relação a esta característica 64% dos entrevistados são pessoas que demonstram comprometimento com o trabalho que desenvolvem, mostrando, deste modo, traços consideráveis de empreendedorismo. 31% dos entrevistados possui média incidência dessa característica, porém, com potencial de desenvolvimento desse traço e 5% representam aqueles profissionais que não são comprometidos com seu trabalho.

A segunda característica a ser analisada diz respeito a “Coragem”. Esta característica é importante, pois mostra que o empreendedor tem sua fonte de conhecimento, experiência e sabe avaliar os riscos e recompensas, das oportunidades para poder tomar suas decisões, possui, assim, uma obstinação mental que é impenetrável a medos, porém não ignora nem esquece as possíveis consequências, mas possui a coragem para inovar e melhorar a maneira como realiza suas atividades. Sendo assim, pode-se observar que 73% dos entrevistados apresentam a característica analisada, destacando que sabem tomar as melhores decisões, já 24% demonstraram incidência média dessa característica, entretanto, apresentam potencial de desenvolvimento para aprimorar sua percepção nas tomadas de decisões e 3% não possuem a coragem necessária para realizar algumas atividades e tomadas de decisões.

Sabe-se que os empreendedores bem-sucedidos possuem uma capacidade bem desenvolvida de exercer influência nas pessoas, são líderes pacientes, capazes de desenvolver visões tangíveis e administrar pensando no futuro. A partir desta perspectiva analisou-se a característica “Liderança”. Nesse quesito 49% dos entrevistados apresentam esta característica, demonstrando possuir o espírito de liderança no exercício de sua profissão. Já 32% manifesta média incidência desta característica, elucidando que ainda necessitam aperfeiçoar o traço de liderança, 18% afirmaram que somente às vezes assumem a liderança de algumas situações e apenas 1% revelam possuir pouquíssimo traço de liderança, carecendo buscar desenvolver o papel de líder para alcançar seus objetivos, haja vista que, ser líder é um traço fundamental que um profissional da contabilidade deve possuir.

Quanto a característica “Obsessão pela oportunidade” foi possível observar que 84% dos entrevistados prioriza em grau máximo esta característica, demonstrando assim que são obcecados pela oportunidade, pelos recursos, pelos contatos e pela construção de uma rede de relacionamentos, pois sabem que boas oportunidades são poucas e ocorrem em grandes intervalos de tempo, por isso é importante saber aproveitá-las. 13% revela baixo aproveitamento de oportunidade e 3% não sabem aproveitar as oportunidades para revolucionar à sua maneira de trabalhar.

Assumir riscos é saber calcular o risco com cuidado e precisão com o intuito de obter resultados diferenciados, sendo assim é importante o profissional contábil empreendedor adquirir a habilidade de prever e analisar os riscos advindos de suas decisões e do seu modo de trabalhar, bem como ser capaz de resolver problemas e integrar soluções. Ao analisar a

característica “Tolerância ao risco, à ambiguidade e à incerteza”, pôde-se perceber que 82% da amostra manifesta essa característica ao buscar diferentes fontes de informações para calcular os riscos e buscar minimizá-los. 17% as vezes busca prever os riscos para obter melhores resultados através de suas decisões, demonstrando, deste modo, que ainda possui pouco interesse em assumir riscos calculados. O restante dos pesquisados que representam 1% dos entrevistados nesta pesquisa, raramente ou nunca buscam assumir esses riscos, apresentando assim pouquíssimo comportamento empreendedor, visto que, um profissional empreendedor sempre está em busca de novas oportunidades e para alcançá-las muitas vezes necessita estar disposto a assumir riscos.

Para cada questionário entregue foi atribuída letra alfabética sequencial de A a R. Na assertiva “faço coisas arriscadas” classificada na característica supracitada, foi entendida por alguns dos pesquisados se eles realizavam alguma atividade que não estava em concordância com a legislação vigente em nosso país, e assim marcaram a alternativa - nunca - na qual fizeram observações, que informavam que eles procediam “no limite da legislação” (Respondente A). No entanto, o intuito da assertiva era verificar se eles costumavam assumir riscos calculados (sair da zona de conforto) para alcançar resultados significativos no exercício de sua profissão. Estes profissionais representaram os 3% dos respondentes pesquisados.

A penúltima característica a ser apresentada é quanto a “Criatividade, autossuficiência e adaptabilidade” que diz respeito a ser criativo, acreditar em si mesmo e se adaptar às mudanças que caracterizam os novos negócios. Nesse quesito, 48% destacam apresentar esta característica ao preferirem aprender novos modos de desenvolverem seus trabalhos, e tendem a se adaptar rapidamente às mudanças, estimulados pelos resultados positivos provenientes desse comportamento. 39% demonstram incidência mediana desse traço, mas com potencial de desenvolvimento e 13% confessa não se empenhar em buscar praticar a criatividade e a autoconfiança para realizar suas atividades com rapidez e eficácia.

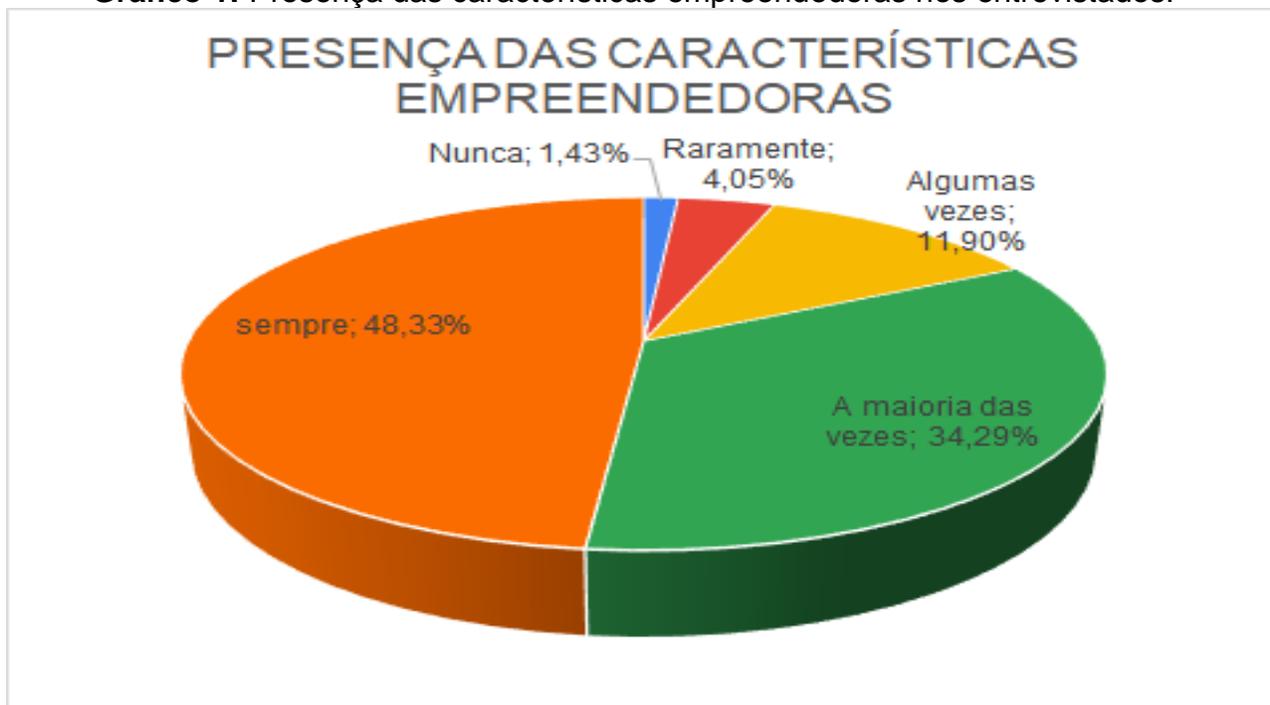
Por fim, a última característica analisada é a “Motivação para se destacar”, relacionada com pessoas que são auto motivadas e impulsionadas por um desejo de competir contra seus próprios padrões auto impostos e alcançar objetivos desafiadores. Sendo assim, 81% dos entrevistados possuem motivação para se destacar, pois têm uma percepção aguçada de seus próprios pontos fortes e pontos fracos, sendo realistas sobre o que podem ou não fazer, denotando deste modo capacidade para fazer uma situação desfavorável caminhar numa direção mais rentável. 16% afirmaram que na maioria das vezes apresenta este comportamento, 1% apresentam baixa incidência da característica estudada, pois não buscam ativamente se destacar em seus trabalhos, 1% dos entrevistados raramente tentam se destacar e 1% nunca procurou se destacar na sua profissão - esses profissionais contabilistas alegaram que “não buscam ser melhores do que ninguém” (Respondente B), mas que se dedicam em realizar trabalhos com excelência, pois para eles “ninguém é melhor que ninguém, todos são capazes de alcançar resultados satisfatórios no exercício de sua profissão” (Respondente C).

Ao longo da pesquisa observou-se que, de modo geral, os profissionais entrevistados estão em constante reciclagem, ou seja, estão sempre buscando se aprimorar no exercício de sua profissão, isto fica evidente no gráfico 01, que apresenta os dados de todos os contabilistas empreendedores que se dispuseram a responder às assertivas apresentadas no questionário aplicado.

Ao analisar o gráfico 1, é possível perceber que os profissionais entrevistados apresentam as principais características apresentadas por Dornelas, Spinelli e Adams (2014), pois, em sua maioria buscam desenvolver-se enquanto profissional habilitado para atuar no

mercado de trabalho, demonstrando serem profissionais que se preocupam em praticar constantemente competências que lhes tragam benefícios satisfatórios, e, como mostra o gráfico, são poucos os que ainda não se empenham o suficiente para atingir melhores resultados em suas atividades.

Gráfico 1: Presença das características empreendedoras nos entrevistados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova postura profissional exigida pelo mercado atual perpassa por uma postura diferenciada também por aqueles que atuam na profissão contábil. O comportamento empreendedor permite a identificação de características necessárias àqueles que atuam como empresários ou como funcionários de uma entidade. O empreendedorismo é um tema latente e indispensável ao novo tempo de dinamismo de uma economia em expansão.

Para melhorar a compreensão da profissão contábil, foi relatado, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade em sua resolução nº 586/83, o papel que os profissionais de contabilidade podem assumir bem como o avanço e a importância dada a esta profissão no mundo dos negócios e que o contador é visto como um profissional de grande importância no empreendimento.

No referencial teórico foi abordado sobre o empreendedorismo bem como seu conceito, a visão de que empreender tem sido o refúgio em meio ao alto desemprego devido a possibilidade de criação de novas formas de capitalizar recursos, abordou-se sobre o surgimento do empreendedorismo no Brasil a partir do SEBRAE e a Softex nos anos 90 e explanou-se sobre o empreendedor corporativo que atua como profissional empreendedor dentro da empresa empregadora auxiliando no seu crescimento e evidenciando que o empreendedor não é somente aquele que cria um novo empreendimento.

Fez parte do referencial teórico um breve relato da contabilidade e o contador expõe sua origem a partir da necessidade de o homem controlar, medir e preservar seu patrimônio,

bem como quem seria o contador, ou seja, aquele que gera informações úteis aos usuários da contabilidade auxiliando na tomada de decisão.

Ainda no referencial teórico foi abordado sobre o município amazônico Tomé-Açu, que está localizado no estado do Pará, sua diversidade cultural abrangendo as comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhos e a imigração japonesa como forte contribuinte para o crescimento da região.

A metodologia se propôs alcançar os objetivos deste artigo identificando se os profissionais de contabilidade do município de Tomé-Açu/PA registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará possuíam as características empreendedoras apresentadas por Dornelas, Spinelli e Adams (2014). Além disso, a pesquisa buscou obter outras informações sociais dos respondentes, com a finalidade de verificar quantos contadores com formação superior, quantos técnicos em contabilidade e quantos empresários contábeis atuam no município, bem como, quantos destes profissionais são homens, quantas são as mulheres, suas idades e buscando identificar se há profissionais mais novos ou mais experientes exercendo a profissão.

Para identificar as 7 características propostas por Dornelas, Spinelli e Adams (2014), aplicou-se um questionário com perguntas fechadas, baseando-se no questionário usado por Hansel, Kracke e Saurin (2018), que realizou um estudo sobre o perfil empreendedor dos contadores na cidade de Marechal Cândido Rondon no estado do Paraná. Dos 33 questionários distribuídos, 18 foram respondidos, cujo conteúdo possibilitou as conclusões abaixo, após uma análise criteriosa dos dados.

A segunda parte do questionário aplicado diz respeito às 7 características empreendedoras analisadas na amostra. As características menos presentes no grupo foram “Tolerância ao risco, à ambiguidade e à incerteza” e “Motivação para se destacar”. Já as características “Compromisso e determinação” e “Liderança” foram percebidas em termos gerais entre os pesquisados, como aspectos que os caracterizam de maneira altamente significativa. Assim, identificou-se que os profissionais de contabilidade de Tomé-Açu/PA possuem as características empreendedoras bem desenvolvidas, pois, com base nos resultados, a maioria dos entrevistados estão sempre em busca de se aprimorar para atuar no mercado de trabalho com maior excelência, sendo um profissional autoconfiante, motivado, que assume riscos calculados e sabe aproveitar as oportunidades, gerando assim benefícios para ele e para o município, confirmando o que diz os autores Dornelas, Spinelli e Adams (2014).

Finalmente, observou-se que as características sugeridas por Dornelas, Spinelli e Adams (2014), foram percebidas de forma satisfatória pelos dezoito profissionais entrevistados, considerando-se a incidência e a abrangência da amostra. Nesse sentido é recomendável que continuem a aprimorá-las e desenvolvê-las, para que possam utilizar os recursos oferecidos pela contabilidade de forma a contribuir na realização de suas atividades, prestando, deste modo, serviços de alta qualidade à sociedade onde executam suas atividades.

REFERÊNCIAS

CAPISTRANO, Lucimara Maranhão. **O contador**. Trabalho de Conclusão de curso. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC: Florianópolis-SC, 2001.

CERVO, Amado Luiz et al. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilidade de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio.** 2.ed. rev. e atualizada. Saraiva: São Paulo, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9295, de 27 de maio de 1946. Resolução n. 560, de 28 de outubro de 1983. Rio de Janeiro, p. 2.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

_____, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

_____, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** 5. ed. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2014.

_____, José Carlos Assis; SPINELLI, Stephen; ADAMS, Robert J. **Criação de novos negócios: empreendedorismo para o século XXI.** Adaptação da 9ª edição americana. São Paulo: Elsevier, 2014.

DOLABELA, F. Pedagogia empreendedora. **O ensino de empreendedorismo na educação básica, voltado para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade Básica: Finalmente você vai aprender contabilidade.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2004.

ISHIZU, Tatsuo. **Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre - 1926-1962.** 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Centro Filosófico e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

LIZOTE, Suzete Antonieta; VERDINELLI, Miguel Angel; DANTAS, André. **Competências empreendedoras de funcionários.** X SEGeT Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MELO, Luísa. Crise faz empreendedorismo por necessidade voltar a crescer no Brasil. **G1 Economia**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/pme/noticia/crise-faz-empendedorismo-por-necessidade-voltar-a-crescer-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

PIRES, Charline Barbosa. **A formação e a demanda do mercado de trabalho do contador na região metropolitana de Porto Alegre - RS**. Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da contabilidade geral**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2006.
ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração-UFSC, 2013.

HANSEL, Greice Michelli Adams, *et al.* **Análise do perfil empreendedor do profissional de contabilidade de Marechal Cândido Rondon - PR**. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 3, n. 6, p. 150-185, nov-dez, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Panorama da cidade de Tomé-Açu. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tome-acu/panorama> > Acesso em 12 de Agosto de 2019.

OLIVO, Ana Maria; BOSCHILIA, Luiz. **Contabilidade geral e gerencial: conceitos introdutórios para os cursos superiores de tecnologia**. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2012.

A CONTABILIDADE GERENCIAL COMO FERRAMENTA DE APOIO À TOMADA DE DECISÃO: UMA PESQUISA DE CAMPO EM MICROEMPRESAS DO RAMO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU/PA

Fabiane de Moraes Fukushima Peixoto
Universidade Federal Rural da Amazônia
E-mail: fabifukushima@yahoo.com.br

Patrícia Cristina Silva Souza
Universidade Federal Rural da Amazônia
E-mail: patriciacss1988@gmail.com

Cristianne de Fátima Rodrigues da Costa
Universidade Federal Rural da Amazônia
E-mail: crisnncosta@yahoo.com.br

Wilnalia Souza Garcia
Universidade Federal Rural da Amazônia
E-mail: wngarcia@hotmail.com

RESUMO

Atualmente vive-se em um mercado altamente competitivo e as empresas necessitam estar prontas e dispostas a enfrentá-lo. A contabilidade tem por finalidade produzir informações para a tomada de decisão de maneira segura e pertinente. Nesse sentido, para conseguir êxito em seus negócios é essencial tomar decisões que sejam baseadas em informações gerenciais. Assim, este estudo objetiva avaliar, através da contabilidade gerencial, a utilização das ferramentas contábeis como apoio à tomada de decisão junto as microempresas do comércio varejista de materiais de construção do município de Tomé-Açu. A análise foi realizada por meio de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa e quantitativa. Aplicou-se questionário semiestruturado com perguntas fechadas e abertas para coletar os dados. Concluiu-se que as ferramentas gerenciais nas microempresas do ramo do comércio varejista de materiais de construção do município de Tomé-Açu são voltadas para o controle e registro dos fatos ocorridos, sendo sua utilização, ou não, determinada pela relevância que o gestor considera agregar ao seu empreendimento. Acredita-se que os impasses existentes podem ser minimizados se ocorrer maior utilização dos instrumentos gerenciais nessas microempresas.

Palavras-Chave: tomada de decisão, contabilidade gerencial, microempresas.

1. INTRODUÇÃO

Em meio ao mercado cada vez mais dinâmico e exigente, percebe-se que a performance dos negócios aumenta progressivamente, daí a necessidade das empresas tomarem diariamente decisões. Entretanto, não pode ser uma simples decisão na qual não há

nenhum embasamento para tal. Em vista disso, a contabilidade gerencial ganha importante espaço no meio empresarial, considerando-se a aplicação de conjunto de técnicas e procedimentos contábeis que fornecem informações relevantes para atender todos os níveis da empresa e, por meio dessas informações, proporcionar a garantia de decisões tomadas com maior segurança resultando no crescimento da entidade e, conseqüentemente, se tornando competitiva no mercado.

As microempresas têm desempenhado papel significativo na economia do país no tocante a circulação de dinheiro e vagas de emprego. Mas, ainda é preciso medidas que ajudem a melhorar esse meio que tem menos recursos para atravessar as adversidades, se desdobrando para garantir sua sobrevivência.

Assim, para garantir a sobrevivência dessas empresas, outras atitudes devem ser contempladas, pois habitualmente não utilizam ferramentas gerenciais que viabilize as informações contábeis em suas tomadas de decisões. Consoante a este fato, complementa-se que as micro e pequenas empresas enfrentam dificuldade voltada a falta de utilização de informações na tomada de decisão (CANECA *et al*, 2009).

Em virtude disso, a pesquisa tem como objetivo analisar, através da contabilidade gerencial, a utilização das ferramentas contábeis como apoio à tomada de decisão em microempresas do ramo do comércio varejista de materiais de construção em geral.

. Este estudo buscou ampliar a literatura sobre o tema por meio da análise do mercado varejista de matérias de construção da cidade de Tomé-Açu. Para empresas, espera-se que seja relevante por proporcionando uma visão mais abrangente sobre a contabilidade gerencial, assim direcionando a utilização dos recursos da entidade, conduzindo-a para um controle adequado e minimizando os custos de maneira a diminuir os riscos e conquistar novas oportunidades.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Gerencial

Conforme Marion (2009, p. 28) a contabilidade tem por finalidade produzir informações para a tomada de decisão de maneira segura e pertinente ao negócio, mediante a coleta, o registro, a verificação e a interpretação de dados do meio econômico e financeiro que tratam a atividades do negócio.

Ribeiro (2013, p. 5) em conseguinte destaca que a contabilidade é dotada de amplo campo de aplicação, o qual é destinado a pessoa que execute atividades econômicas que buscam atingir determinados fins, visando auferir lucros ou não.

Entende-se a contabilidade gerencial como instrumento voltado para análise das necessidades internas de qualquer organização.

Segundo Padoveze (2012, p. 11) a contabilidade gerencial “é o segmento da ciência contábil que congrega o conjunto de informações necessárias à administração que complementam as informações já existentes”. Em consonância, Garrison, Noreen e Brewer (2013, p. 2) ratificam o exposto frisando que “a contabilidade gerencial envolve o fornecimento de informações a gerentes para uso na própria organização”.

Padoveze (2012, p. 17) expõe que:

O propósito da contabilidade gerencial é atender todos os usuários internos da organização com as informações econômicas e quantitativas para o processo de tomada de decisão, avaliação dos resultados empresariais e desempenho dos gestores, em todas as etapas do processo de gestão.

Nesse contexto, a contabilidade gerencial é um processo de identificação, mensuração, análise e comunicação de informações econômicas e financeiras utilizadas pela administração para planejamento e controle das atividades da empresa para assegurar o uso apropriado de seus recursos.

Diante de vários conceitos, Padoveze (2012, p. 12) reforça os seguintes aspectos:

- A contabilidade gerencial tem como foco o processo de tomada de decisão dos usuários internos, ou seja, deve atender todas as pessoas dentro da empresa, em qualquer nível hierárquico, que necessitam da informação contábil para tomar decisões em suas respectivas áreas;
- A contabilidade gerencial é mais analítica, mais detalhada que a contabilidade financeira. A Contabilidade Financeira apresenta seus relatórios para os usuários externos em formatos sintéticos, em grandes números, como, por exemplo, o balanço patrimonial;
- A contabilidade gerencial parte das informações existentes na Contabilidade Financeira e faz complementos necessários para o uso dos gestores. Não tem modelos específicos de relatórios. As informações contábeis gerenciais devem ser apresentadas em relatórios desenvolvidos para cada tomada de decisão e adaptados ao perfil do usuário do relatório.

Evidencia-se que não são apenas as informações do setor contábil que vão fazer parte da contabilidade gerencial, outras áreas farão parte também. Segundo Ludícibus et al. (2010, p. 21) “a contabilidade gerencial vai fazer uso também de conceitos de administração da produção, da estrutura organizacional, bem como da administração financeira, que é onde a contabilidade empresarial se situa”.

Apesar de a Contabilidade Gerencial utilizar-se de temas de outras disciplinas, ela se caracteriza por ser uma área contábil autônoma, pelo tratamento dado à informação contábil, enfocando planejamento, controle e tomada de decisão e, por seu caráter integrativo dentro de um sistema de informação contábil (PADOVEZE, 2010, p. 29).

Portanto, a contabilidade gerencial é indispensável para a gestão de negócios, possibilitando a redução de erros e permitindo que as informações para o gerenciamento ocorram em tempo hábil, resultando numa administração mais eficiente e eficaz.

É imprescindível, ao abordar a contabilidade gerencial, mencionar a relevância da tomada de decisão, tal qual Corrêa (2010, p. 55) elucida:

A tomada de decisão gerencial é focada na busca pela melhor alternativa a se tomar mediante um problema, para isso, é necessário o acesso a um sistema informacional, que mensure da maneira mais eficaz o impacto de cada decisão frente a várias alternativas.

Marion (2015, p. 4) narra que “o processo decisório decorrente de informações apuradas pela contabilidade não se restringe apenas aos limites da empresa, aos administradores e gerentes, mas também a outros segmentos”.

A tomada de decisão é uma ferramenta significativa dentro do contexto gerencial quando se é entendida a sua importância e analisada as oportunidades existentes, uma vez que pode estabelecer facilidades quanto ao planejamento de ações e conquista de metas que vislumbram resultados positivos para o empreendimento de acordo com o segmento escolhido.

A contabilidade gerencial pode ser empregada em todos os setores da empresa e suas informações, de mesmo modo, apreciadas por todos os níveis hierárquicos da mesma. Visa identificar e analisar as informações sobre a sua situação, objetivando dar apoio aos gestores

no planejamento, seja ele estratégico ou operacional, assistindo, assim, o processo de tomada de decisões dos usuários internos.

Padoveze (2010, p. 41) descreve:

Tendo em vista que uma organização é estruturada de forma hierárquica, a Contabilidade Gerencial deve suprir, através do sistema de informação contábil gerencial, todas as áreas da companhia. Como cada nível de administração dentro da empresa utiliza a informação contábil de maneira diversa, cada qual com um nível de agregação diferente, o sistema de informação contábil gerencial deverá providenciar que a informação contábil seja trabalhada de forma específica para cada segmento hierárquico da companhia.

Conforme, Rockenbach (2010, p. 25):

A Contabilidade Gerencial tem como objetivo auxiliar as empresas na tomada de decisões, este auxílio deve acompanhar o cotidiano da empresa, assim compete ao contador evidenciar o que é relevante e irrelevante e fornecer as informações que realmente vão fazer a diferença na tomada de decisão.

Essa contabilidade além de auxiliar, fornece uma base sólida na tomada de decisão através do cenário atual iminentemente globalizado no qual uma falha na tomada de decisão pode resultar em grandes perdas financeiras, ou até mesmo, em falência.

Segundo Cardeal (2006 apud VELOSO, 2010, p. 20):

As microempresas são, muitas vezes, laboratórios de empresários iniciantes, empreendedores, que, vislumbram uma nova forma de construir sua vida, investem suas economias e partem na realização de seus sonhos através da constituição de seus negócios, sendo este, papel essencial no dinamismo da economia.

Muitos empresários, por não conhecerem as ferramentas gerenciais, seguem sua intuição. A contabilidade gerencial se prontifica de meios para auxiliar estes gestores na hora de tomar decisões, e para isso, dispõe de instrumentos particulares. Existem diversas ferramentas dentro contexto gerencial, no entanto este estudo focou em demonstrações contábeis, controles gerenciais, sistema de informação contábil, fluxo de caixa, orçamento empresarial e margem de contribuição das empresas pesquisadas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender o objetivo da pesquisa foi realizada análise por meio de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa e quantitativa.

Frente a isso, as microempresas foram conhecidas por meio do banco de dados da Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA), foram constatadas 600 (seiscentas) microempresas formalizadas, subdivididas em 117 (cento e dezessete) tipos de atividades, dentre essas, 23 (vinte e três) são do ramo do comércio varejista de materiais de construção em geral, as quais passaram a ser o universo da pesquisa.

A escolha da realização da pesquisa nesse setor se deu pelo fato de ter havido um aumento de 250% no número de constituições de novas empresas no ramo varejista de materiais de construção (JUCEPA, 2018), nos últimos cinco anos, no município de Tomé-Açu.

Para a coleta dos dados aplicou-se questionários semiestruturado in loco no período de 15 a 30 de Janeiro de 2018, com 08 (oito) perguntas fechadas por serem “aquelas questões que apresentam categorias ou alternativas de respostas fixa”; e, 02 (duas) abertas sendo “aquelas perguntas que conduzem o informante livremente com frases ou orações”, conforme conceituadas por Martins (2014, p. 51-52). Buscou-se conhecer, primeiramente, o tempo de atuação das microempresas no mercado e em seguida saber quais os procedimentos gerenciais são utilizados, de modo alcançar os objetivos que o estudo se propôs. Desta forma, de 100% das microempresas habilitadas apurou-se 66,67% de

questionários respondidos e ressalta-se que 33,33% não foram respondidos pelo fato de as empresas não serem encontradas no endereço correspondente ou ainda por se omitirem a responder o questionário proposto.

Através dos questionários aplicados aos gestores das microempresas, coletou-se dados, que foram tabulados no software estatístico SPSS 20.0 – Statistical Package for Social Sciences, convertendo-os em informações para subsidiar a análise da presente pesquisa.

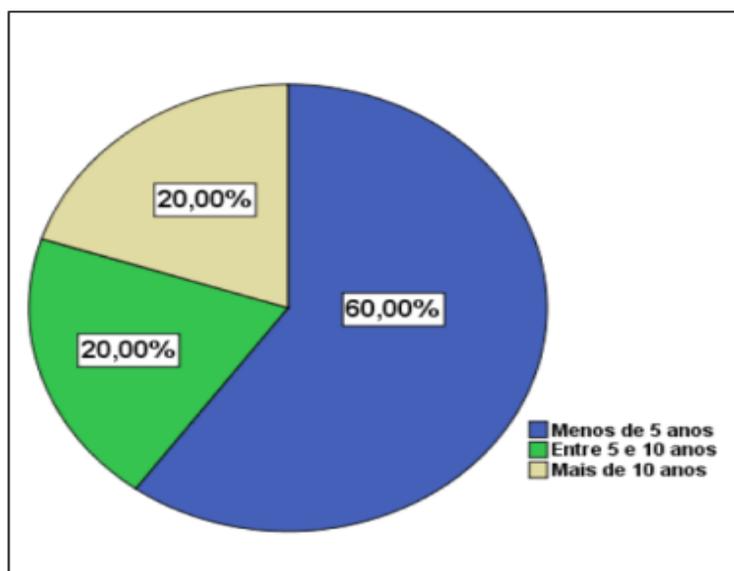
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nos questionários respondidos conseguiu-se delinear o resultado da presente pesquisa, elencando-se perguntas voltadas à contabilidade gerencial, a seguir apresentadas.

4.1 Tempo de Atuação

Verificou-se, conforme gráfico 1, que 60% das empresas estão há menos de cinco anos atuando. Em pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE [2014] foi constatado que as empresas não sobrevivem cinco anos após seu nascimento e que a taxa de mortalidade chega a 60%, apontando que a sobrevivência das empresas está relacionada diretamente ao seu porte: “empresas com mais pessoas ocupadas tendem a permanecer mais tempo no mercado, enquanto nas faixas de menor porte as taxas de sobrevivência são menores”.

Gráfico 1 – Tempo de Atuação.



Pesquisa, 2018.

Fonte: Dados da

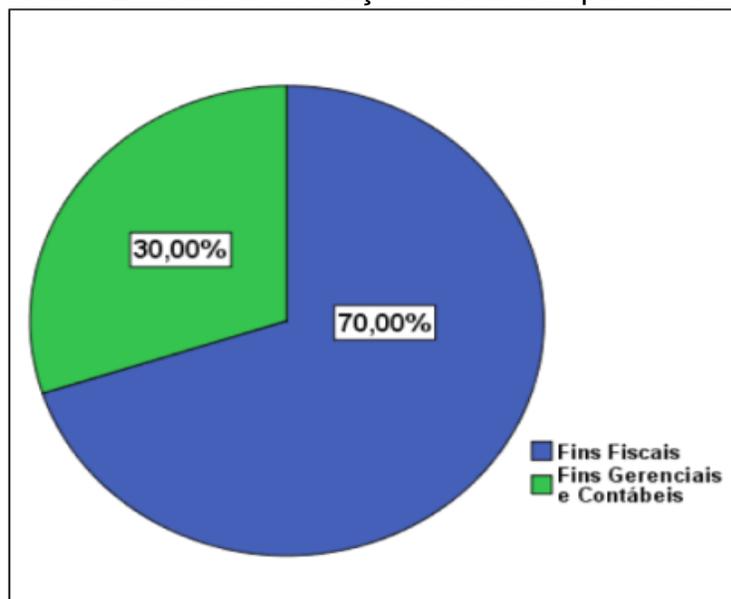
4.2 Fins dos serviços contábeis aplicados

Nesta abordagem, 70% das empresas alegam adotar os serviços contábeis, principalmente, para atender fins fiscais (gráfico 2). Isso decorre do fato de 100% das empresas pesquisadas serem optantes do Simples Nacional, as quais, opcionalmente, podem adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas; 30% utilizam, basicamente, dos serviços contábeis para fins gerenciais.

Entretanto, Albanez e Bonízio (2007) evidenciam em sua pesquisa que buscar atender apenas o fisco é insuficiente para suprir necessidades informativas do gestores, bem como,

proporcionar efetivo controle no processo operacional e utilização adequada dos recursos econômicos da empresa.

Gráfico 2 – Fins dos serviços contábeis aplicados.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

4.3 Realização da Contabilidade

Os resultados mostram que 100% das empresas pesquisadas realizam sua contabilidade através de terceiros, informação que vai ao encontro do relato de Nunes (2009, p. 11) onde é exposto que as “microempresas e empresas de pequeno porte utilizam-se da terceirização pelo fato de ser inviável manter os serviços contábeis dentro do recinto da própria empresa”, conforme exibido na tabela 1.

Tabela 1 - Realização da Contabilidade nas Empresas

Realização da Contabilidade	
Contabilidade Terceirizada	Contabilidade Interna
100,0%	0,0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

4.4 Elaboração dos Demonstrativos Contábeis

Quando perguntados sobre os demonstrativos contábeis, identificou-se que o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício são elaborados, respectivamente, por 80% e 70%, das empresas pesquisadas e 10% das mesmas fazem também demonstração do fluxo de caixa. Ainda assim, como já citado anteriormente, essas empresas não utilizam as informações geradas pelos serviços contábeis com intenções gerenciais, que segundo a constatação do estudo de Ribeiro, Freire e Barella (2012, p. 34) “não existe entre a classe empresarial a percepção da importância da contabilidade, enquanto instrumento de gestão, na verdade é entendida meramente como um instrumento de auxílio fiscal nas micro e pequenas empresas”.

Tabela 2 - Utilização das Demonstrativos Contábeis

DRE		Balanço Patrimonial		DFC	
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
<input type="checkbox"/>					

70,0%	30,0%	80,0%	20,0%	10,0%	90,0%
-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

4.5 Utilização dos Controles Gerenciais

Os controles gerenciais, também conhecido como controles financeiros, mais utilizados pelos gestores das microempresas são controle de caixa e controle de contas a pagar, ambos totalizando 90%. Igualmente, Campos e Gáudio (2014) observaram em sua pesquisa realizada em micro e pequenas empresas da região metropolitana do Rio de Janeiro que dentre as ferramentas mais utilizadas pelas empresas o controle de caixa e contas a pagar têm uma representatividade de 90,91%, demonstrando que as instituições preocupam-se com a forma de gerir o capital para dar continuidade ao seu negócio.

Nesse mesmo contexto, identificou-se que 40% das empresas pesquisadas não utilizam controle de estoque, resultado este que vai contra o posicionamento de Dantas (2015, p. 21) que em seu estudo sobre a importância do controle de estoque expõe que o controle eficiente de estoque “é essencial para a empresa manter-se competitiva e cumprir adequadamente suas atividades, além disso, é importante que não falte produtos no armazenados e que não sejam compradas mercadorias desnecessárias”.

Quadro 1 - Utilização dos Controles Gerenciais

CONTROLE DE CAIXA	Sim	90,0%
	Não	10,0%
CONTROLE DE CONTAS A PAGAR	Sim	90,0%
	Não	10,0%
CONTROLE DE CONTAS A RECEBER	Sim	80,0%
	Não	20,0%
CONTROLES DE CUSTOS E DESPESAS	Sim	70,0%
	Não	30,0%
CONTROLE DE ESTOQUE	Sim	60,0%
	Não	40,0%
CONTROLE BANCÁRIO	Sim	60,0%
	Não	40,0%

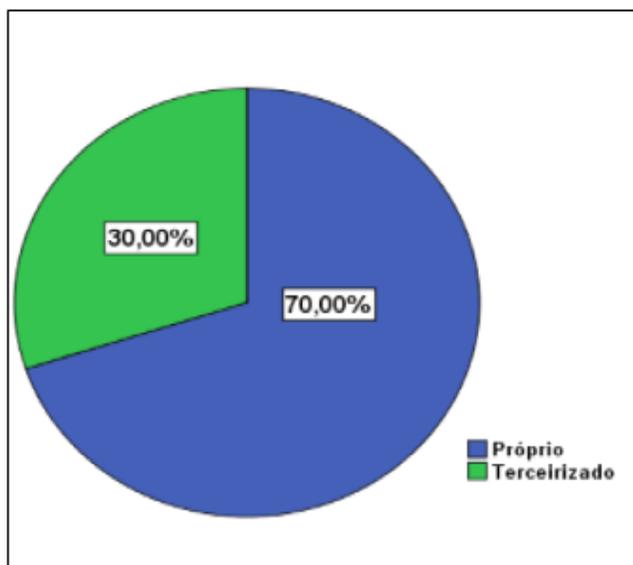
Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

4.6 Sistema de Informação Utilizado

Em relação ao sistema de informação utilizado nas microempresas, foi constatado que 70% fazem uso de sistema próprio para gerar informações. Este fato liga-se a declaração de

Bazzotti e Garcia (2006, p. 8) quando dizem que o “sistemas de informação objetivam a resolução de problemas organizacionais internos, e a consequente preparação para enfrentar as tendências da crescente competitividade de mercado”, conforme gráfico 4.

Gráfico 3 – Sistema de Informação utilizado.



Pesquisa, 2018.

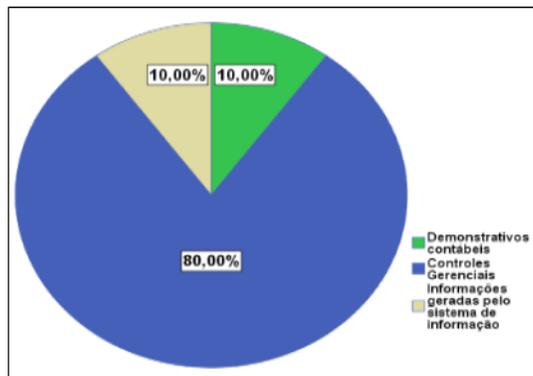
Fonte: Dados da

Esse percentual elevado também explica a relevância que os gestores empregam ao sistema de informação próprio como contribuição ao controle gerencial, que por sua vez, Caneca *et al* (2009) explanam em sua revisão de literatura que os gestores de micro e pequenas empresas não têm a cultura de usar a informação e isso pode ser reforçado por meio de pesquisas que abordaram a tomada de decisão dentro dessas empresas e constataram que os gestores, na maioria das vezes, baseiam suas decisões na intuição e na experiência adquirida; e que esta forma de tomar decisão pode levar a decisões equivocadas e, conseqüentemente, criar dificuldades na condução do negócio.

4.7 Tomada de Decisão

As decisões tomadas por 80% dos gestores das empresas são apoiadas e influenciadas pelos controles gerenciais, em que o SEBRAE (2013, p. 14) evidencia que “se a empresa tem números confiáveis, ele consegue informações para tomar decisões. As informações financeiras que os empresários precisam para tomar decisões são obtidas por meio dos controles financeiros”. Quanto aos demonstrativos contábeis o percentual é bem menor, 10%, os quais não os consideram como influência para suas decisões, isso se confirma quando Henrique (2008, p. 31) narra que “os pequenos empresários, frequentemente, não dão o devido valor à contabilidade como instrumento de apoio”, concluindo, Henrique (2008, p. 31) frisa “mas devido ao excesso de burocracia e obrigações acessórias que suas empresas têm de cumprir, veem o contador como a pessoa que cuida de tudo isso, mas não como um suporte a administração”. O gráfico 3 ilustra o percentual de respostas sobre a influência no momento de suas decisões.

Gráfico 4 – Influência no momento da Tomada de Decisão.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

No quadro 3 tem-se transcrita as opiniões dos gestores quando perguntados sobre o apoio à tomada de decisão, onde verificou-se que a maioria utiliza os controles gerenciais. Apurou-se que 50% dos gestores citam o controle de caixa; 30% controle de estoque; 10% demonstrativos contábeis e 10% controle de contas a pagar e auditoria. Infere-se, portanto, que os controles gerenciais além de influenciar também apoia os gestores no momento de tomar suas decisões.

Quadro 3: Demonstrativos Contábeis/Ferramentas Gerenciais utilizadas como apoio à Tomada de Decisão na visão dos gestores.

Empresa A	“Utilizamos os controles caixa, estoque e DRE para tomadas de decisões” (Gestor Empresa A, 2018)
Empresa B	“Não conheço” (Gestor Empresa B, 2018)
Empresa C	“Controle de caixa” (Gestor Empresa C, 2018)
Empresa D	“Controle de estoque e controle de caixa” (Gestor Empresa D, 2018)
Empresa E	“Controle de caixa” (Gestor Empresa E, 2018)
Empresa F	“Controles e demonstrações” (Gestor Empresa F, 2018)
Empresa G	“Temos serviços de auditoria mensal” (Gestor Empresa G, 2018)
Empresa H	“Controle de caixa” (Gestor Empresa H, 2018)
Empresa I	“Controle de Estoque” (Gestor Empresa I, 2018)
Empresa J	“Controle de Contas a pagar” (Gestor Empresa J, 2018)

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Através deste estudo, objetivou-se analisar a utilização da contabilidade gerencial como apoio à tomada de decisão segundo a percepção dos gestores das microempresas do comércio varejista de materiais de construção em Tomé-Açu/PA.

Verificou-se que os gestores não utilizam, efetivamente, a contabilidade gerencial como instrumento de apoio à gestão de seus empreendimentos, sobretudo no momento de tomar suas decisões, onde os serviços contábeis são utilizados para atender fins fiscais, preocupando-se com as obrigações legais impostas pela legislação.

Identificou-se, com base nas respostas dos gestores, que os demonstrativos elaborados são, principalmente, demonstração do resultado do exercício e balanço patrimonial; quanto aos controles gerenciais os gestores dispõem de alguns, sendo mais frequente controle de caixa e contas a pagar e em menor uso o controle de estoque.

Evidencia-se ainda que o sistema de informação é considerado relevante quando envolve o controle gerencial do negócio, contudo, entendem que esse sistema não exerce influência no momento de suas decisões. Apurou-se que limitam as decisões da administração aos controles gerenciais, ignorando informações voltadas ao desempenho econômico.

Por fim, com a realização deste trabalho, constatou-se que os gestores no desenvolvimento de suas atividades quando necessitam tomar decisões, por vezes, baseiam-se em suas intuições e experiências adquiridas. Dentro de um mercado que vive em constante mudanças, expõem-se a riscos de maneira demasiada. Acredita-se que tais riscos podem ser minimizados a partir do momento que se utiliza a contabilidade gerencial para embasar suas decisões.

As ferramentas gerenciais nas microempresas do comércio varejista de materiais de construção de Tome-Açu são voltadas para o controle e registro dos fatos ocorridos, sendo sua utilização, ou não, determinada pela relevância que o gestor considera agregar ao seu empreendimento. Acredita-se que os impasses existentes podem ser minimizados se ocorrer maior utilização dos instrumentos gerenciais nessas microempresas.

Dessa forma, sugere-se que os gestores adotem em suas empresas a contabilidade gerencial como ferramenta de gestão no sentido de proporcioná-los visão geral da empresa de modo a obter informações primordiais para o desenvolvimento gerencial e para auxiliar as tomadas de decisões, bem como, garantir sua sobrevivência; ainda, propõe-se que o controle de estoque seja utilizado em todas as microempresas garantido números reais e redução de custos do mesmo, haja vista esse controle ser essencial ao meio do comércio varejista.

Como contribuição, sugere-se ainda, seguir 10 (dez) fatores-chave que, de acordo com o SEBRAE [2018], precisam de atenção no ramo do varejo de materiais de construção, podendo melhorar o desempenho das microempresas, servir como auxílio no planejamento e, conseqüentemente, destacar-se no mercado: 1) reporta-se a adequação quanto ao posicionamento no mercado; 2) possuir gestão de produtos através da conexão entre estratégia e cliente; 3) utilizar-se de controles financeiros íntegros, ágeis e de fácil manuseio; 4) trata da comodidade na qualidade dos serviços contábeis; 5) conseguir parcerias para fortalecer o empreendimento frente a competição; 6) volta-se ao *marketing* de relacionamento no sentido de fidelizar clientes; 7) é mencionado a gestão de processos visando melhor utilização dos recursos disponíveis; 8) ressalta a gestão de estoque como geração de benefícios futuros estando diretamente associado a eficiência da empresa; 9) menciona o *layout* da loja como valorização do empreendimento; 10) foca no atendimento de qualidade trazendo contato mais próximo com o cliente.

Entende-se que o contador seja capaz de assessorar neste processo de mudança de cultura da gestão contribuindo no entendimento sobre as vantagens da contabilidade no referido ramo.

Em vista disso este trabalho apresenta possibilidades de novas pesquisas em ramos diferentes e em outros municípios paraenses, como contribuição acadêmica bem como para o

desenvolvimento do comércio local, sendo este o primeiro estudo realizado no comércio varejista de materiais de construção no município de Tomé-Açu/PA.

REFERÊNCIAS

ALBANEZ, Tatiana; BONÍZIO, Roni Cleber. A contabilidade gerencial como fator condicionante à sobrevivência das micro e pequenas empresas. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2007, João Pessoa – PB. **Anais...** São Paulo, 2007.

BAZZOTTI, Cristiane; GARCIA, Elias. A importância do sistema de informação gerencial na gestão empresarial para tomada de decisões. **Projeto SABER**. Cascavel-PR, v. 6, n. 11, p. 1-18. 2006.

CAMPOS, Bruno Rodrigues; GÁUDIO, André Eugênio de Góes Monteiro. A Utilização da ferramenta de controle gerencial em micro e pequenas empresas da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, Vol. 8, p. 66-78, 2014.

CANECA, Roberta Lira, *et al.* A Influência da oferta de contabilidade gerencial na percepção da qualidade dos serviços contábeis prestados aos gestores de micro, pequenas e médias empresas. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, Vol. 11, nº 43, p. 35-44, 2009.

CORREA, Luíz Paulo França. **O uso da contabilidade gerencial como ferramenta de gestão nas pequenas e médias empresas da região AMREC**. 2010. 90 f. TCC (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma – SC, 2010.

DANTAS, July Caroline de Araújo. **A importância do controle de estoque**: estudo realizado em um supermercado na cidade de Caicó/RN. 2015. 55 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade gerencial**. 14ª ed. Porto Alegre: AMGH editora, 2013.

HENRIQUE, Marco Antônio. **A importância da contabilidade gerencial para micro e pequena empresa**. 2008. 80 f. Monografia (Especialista em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2007.

IGBE – Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Demografias das empresas 2014**. Site Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/9822-demografia-das-empresas-2014-taxa-de-saida-das-empresas-aumenta-para-20-7-e-e-a-maior-desde-2008.html>> Acesso em: 29/01/2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen Charles; RAMOS, Alkíndar de Toledo; CASTILHO, Edison; BENATTI, Luiz; FILHO, Eduardo Weber; JUNIOR, Ramon Domingues. **Contabilidade introdutória**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade avançada**. 10ª ed.-2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NUNES, Sandra Maria Alves. **Terceirização de serviços contábeis**: um estudo de caso na tropical calçados. 2009. 52 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, Juina-MT, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade gerencial**. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Andressa; FREIRE, Eduardo José; BARELLA, Lauriano Antônio. A informação contábil como instrumento de apoio às micro e pequenas empresas: percepção dos gestores de micro e pequenas empresas de Paranaíta–MT, quanto a utilização de informações da contabilidade no processo de tomada de decisão, no ano de 2012. **REFAT**, Vol. 2, nº 1, Paranaíta – MT, 2012.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ROCKENBACH, Mariana. **A aplicação da contabilidade gerencial na gestão de uma farmácia comercial**. 2010. 110 f. TCC (Bacharel em Ciências Contábeis) - DECON – Departamento de Economia e Contabilidade, Ijuí-RS, 2010.

SEBRAE - Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas. **Análise e planejamento financeiro – manual do participante**. Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresa. Brasília, 2013.

SEBRAE – Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas – **Mercado e vendas**. Site Disponível: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/dez-fatores-chave-de-sucesso-no-varejo-de-materiais-de-construcao,00a7152f5f3c3510VgnVCM1000004c00210aRCRD?origem=tema&codTema=6>> Acesso em 05/01/2018.

VELOSO, José Rômulo de Oliveira. **Análise da implantação da ferramenta fluxo de caixa em uma microempresa**: um estudo de caso na comercial veloso. 2010. 50 f. TCC (Bacharel em Administração) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2010.

SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL: A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE EM RELAÇÃO AO E-SOCIAL

Ana Letícia Melo da Silva

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

E-mail: ana.leticia@unifesspa.edu.br

Maurílio Arruda de Araújo

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

E-mail: maurilioarruda@hotmail.com

Resumo

Com a constante evolução social e tecnológica, a contabilidade vem se aperfeiçoando ao longo do tempo, um dos resquícios advindos desta globalização é o eSocial um projeto de escrituração digital criado pelo governo federal com a finalidade reunir informações trabalhistas. Contudo, esse projeto gerou uma mudança significativa na rotina dos profissionais da contabilidade, com isso a presente pesquisa buscou identificar e analisar os impactos e os benefícios relacionados à implantação e as atualizações do e-Social, na rotina dos profissionais de contabilidade que atuam na mesorregião de Paragominas na região Sudoeste e sudeste do Estado do Pará, no ano de 2019. O estudo se caracteriza como qualitativo de cunho descritivo exploratório, utilizou-se de questionário via Google Formulários com 15 questões fechadas sobre perfil do profissional, manuseio da ferramenta e percepção do profissional e 2 abertas sobre as perspectivas futuras. Nota-se a que as dificuldades ainda existem mesmo estando em fase final de implantação do sistema, e apesar dos impactos gerados na rotina dos escritórios de contabilidade, os contadores acreditam que a implantação do eSocial fez com que os profissionais busquem novos conhecimentos e se adequem a utilização desta ferramenta.

Palavras-Chaves: e-Social. SPED. Profissionais Contábeis. Contabilidade Tributária.

1. INTRODUÇÃO

Com o passar do tempo a contabilidade vem se aperfeiçoando constantemente, passando por uma intensa transição, o que antes era elaborado de forma manuscrita, em dias atuais com o avanço tecnológico fez com que a contabilidade chegasse à era digital, tornando ainda mais prático e eficiente os procedimentos contábeis. Para Nascimento e Silva (2015) essas mudanças de cenário também impactaram os órgãos fiscalizadores, que precisaram se reinventar e se adaptar frente as mudanças do cenário brasileiro, no contexto atual surge o e-Social um programa do governo federal que veio para suprir as lacunas o que os sistemas antigos não conseguiam atender.

A Escrituração Fiscal Digital o EFD social é um projeto de grande complexidade e também resultado dessa era digital da contabilidade (FILIPIN *et al.*, 2016). Além disso, o eSocial faz parte de um subconjunto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), com a constante evolução do meio tecnológico, em decorrência destes fatos os órgãos reguladores aumentaram sua capacidade de fiscalização por meio da implantação deste sistema, sendo

constituído com intuito de padronizar as obrigações acessórias e otimizar na fiscalização dos tributos (CORDEIRO e KLANN, 2014).

Nos últimos anos alguns estudos foram desenvolvidos sobre a percepção dos profissionais da área contábil em relação ao eSocial, com o intuito de analisar os impactos e benefícios da implementação do eSocial desta ferramenta tem impactado na rotina dos escritórios de contabilidade. Podem ser citados como exemplos (OLIVEIRA, SANTANA e MARTINS, 2017; JORDÃO *et al.*, 2018) cujo o objetivo é relatar sobre a percepção dos profissionais de contabilidade acerca da implantação do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED), e as pesquisas desenvolvidas por (OLIVEIRA e ÁVILA, 2016; ORIGUELA, 2017), onde ambos possuem o propósito de identificar quais são as principais mudanças e desafios enfrentados pelos especialistas atuantes na área contábil.

Esta pesquisa é importante para os profissionais da área contábil, pois expõe a percepção dos mesmos acerca da implantação e do processo de adaptação relativos ao manuseio do eSocial, módulo que compõe a plataforma do SPED. Com a finalidade de compreender os impactos gerados por meio das mudanças com a inserção desse *software*. Esclarecendo como se deu a preparação desses profissionais para se adequarem a esta nova ferramenta, afim de, diminuir o grau de dificuldade de sua utilização (DANTAS *et al.*, 2018).

A presente pesquisa tem como objetivo geral, identificar os impactos e os benefícios relacionados à implantação e as atualizações do eSocial, nas empresas junto aos profissionais de escritórios de contabilidade da mesorregião de Paragominas na região sudoeste e sudeste do Estado do PA, no ano de 2019.

A pesquisa terá como base o estudo desenvolvido por Müller, Godoy Filho e Martins (2018) no qual procuram verificar as vantagens e dificuldades da implantação do eSocial nas organizações contábeis.

Em concordância com os pontos de vista de Müller *et al.* (2018), o desenvolvimento desta pesquisa, auxiliará os profissionais contábeis a identificar as dificuldades relativas a implantação do eSocial, e auxiliar na adaptação quanto as exigências normativas deste sistema e compreensão quanto as penalizações recorrentes das conformidades do eSocial.

O trabalho está dividido em cinco seções. A primeira contendo a introdução, na segunda é apresentado a fundamentação teórica, na terceira seção traçou-se o percurso metodológico da pesquisa, na quarta seção são apresentados os dados encontrados e posteriormente é apresentada uma discussão nas conclusões a respeito do que se pode extrair desta investigação, além de indicar limitações e sugerir pesquisas futuras.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Sistema Público de Escrituração Digital - SPED

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), ou Escrituração Fiscal Digital (EFD), foi criado pelo Decreto Lei nº 6.022/07, de 22 de janeiro de 2007, que logo foi alterado pelo Decreto nº 7979/13 de 08 de abril de 2013, onde afirma no Art. 2º que:

O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Em mundo cada vez mais globalizado, onde os avanços tecnológicos surgem diariamente e auxiliam no desenvolvimento de diversos setores, o SPED surge como uma ferramenta de alta magnitude para a contabilidade, gerando um impacto significativo para a esfera contábil, ou seja, de maneira que tenham mais agilidade nos processos de rotina das

empresas, propiciando uma redução expressiva nos custos, além de proporcionar ao fisco uma facilidade em combater sonegação tributária, devido o cruzamento de informações repassadas pelos contribuintes (GERON *et al.*, 2011).

Para Oliveira e Ávila (2016) a implantação do SPED veio pra unificar as operações, facilitando o acesso as informações pelos órgãos fiscalizadores, visto que também contribuirá para as rotinas das organizações, pois facilitará no processo de transmissão das obrigações acessórias, que passaram a ser informadas por meio de uma única plataforma, reduzindo a assim o acúmulo de papel nas organizações contábeis, além de que os dados informados passam a ser padronizados para todos os estados brasileiros.

Campos, Oliveira e Gimenez (2012) o SPED objetiva unificar as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos integrantes da escrituração comercial e fiscal das empresas, mediante fluxo único e computadorizado de informações. Esta ferramenta garantirá benefícios para os usuários, tais como: a agilidade no envio das obrigações acessórias; exclusão de digitação de notas fiscais; redução de retrabalhos de escrituração que podem evitar multas; além da redução de custos operacionais das rotinas da organização.

Antes do SPED existir, os usuários eram obrigados a enviar diversas informações para Receita Federal, Estados, Juntas Comerciais, Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Municípios, gerando várias guias de recolhimento, podendo, algumas vezes, gerar informações repetidas e até esmo erradas, além dos prazo e critérios distintos (ORIGUELA,2017).

Jordão *et al.* (2018) analisaram se houve melhorias operacionais com a adoção dessa plataforma, na visão do empresário, contador e dos órgãos fiscalizadores. Na prática os resultados mostram divergências nas opiniões dos indivíduos estudados, para os entes reguladores as empresas já estão preparadas para recebe o SPED, e que este sistema acarretaria uma redução nos custos operacionais, em contrapartida os empresários e contadores exprimem que as empresas não estão preparadas para recebe este sistema.

Ainda para Jordão *et al.* (2018) na visão dos empresários e contadores este sistema trará um aumento significativos dos custos operacionais, pois com a adoção desta ferramenta faz-se necessário investimentos em equipamentos de informática, qualificação de pessoal e com contratação de especialistas da área.

De acordo com Cordeiro e Klan (2014), esse projeto exige que toda a organização se envolva na capacitação dos colaboradores, com o objetivo se inteirar sobre as informações exigidas pela legislação que vigora atualmente. Diante do exposto, nota-se que as empresas necessitam ter a percepção antecipada das mudanças necessárias e demandas que este sistema exigirá. Pois sendo utilizada de maneira inteligente pelas empresas, garantem maior competitividade nos processos de negócios, está ferramenta deve ser vista como uma oportunidade de melhoria para dos processos internos nas organizações.

2.2 Estudos anteriores sobre o tema

Na percepção de Müller, Godoy Filho e Martins (2018), os profissionais da contabilidade necessitam de mais qualificação, para o manuseio do e-Social, pois a compreensão destes usuários ainda é muito superficial sobre o tema. Essa nova obrigação acessória ocasionou mudanças drásticas na rotina diária dos escritórios, gerando assim um grande impacto mercado trabalho, que exige profissionais que possuam domínio e que estejam capacitados para gerir tal ferramenta, por tanto e necessários que os profissionais estejam sempre em busca de aperfeiçoamento, particularmente no que se refere ao eSocial.

Neste sentido, Caon e Nascimento (2017), traz o estudo com o objetivo de compreender as mudanças proporcionadas pelo novo sistema, na percepção dos discentes de Ciências Contábeis. Notou-se que há uma preocupação por parte dos estudantes, devido à complexidade de compreensão e manuseio desta nova ferramenta. Levando em consideração as penalidades e multas que podem ser aplicadas pelos órgãos fiscalizadores, se sentem inseguros e acreditam que terá dificuldade para se adequar a tais mudanças que o governo impõe.

Oliveira, Santana e Martins (2017), acreditam que a implantação do eSocial terá um impacto negativo para o cotidiano das organizações, visto que os profissionais que atuam com a transmissão desta informações, demonstram ter noção em relação ao eSocial, porém ainda se consideram não estar preparados e qualificados para a implantação desta nova ferramenta de transmissão de informações. Na perspectiva dos contadores, somente o governo tende a ganhar vantagens com a implantação do eSocial.

Para Michetti e Anjos(2018), a implantação do eSocial tem ocasionado diversos impactos para os escritórios de contabilidade, exigindo cada vez mais agilidade das empresas, para que as informações sejam relatadas de forma correta e transmitidas dentro dos prazos permitidos. Diante desse contexto as empresas estão em fase de adaptação ao sistema, assim como os profissionais, que estão em processo de aprendizado e qualificação, através de cursos para se adequarem à implantação do eSocial.

Filipin *et al.* (2016), identificou que o impacto maior será na rotina dos escritórios devido a necessidade da mudança de hábitos das empresas, além da qualificação adequada para os colaboradores e investimento em softwares apropriados para o novo contexto. Acreditam que os maiores benefícios são para os profissionais, devido à redução de guias das obrigações acessórias. O eSocial irá possibilita a redução de retrabalho e nas relações de trabalho.

Segundo Leal *et al.* (2016), na percepção dos contadores com a adoção do eSocial as informações transmitidas serão mais fiscalizadas pelo governo, acreditam que trará mais agilidade aos processos, pois através de uma única base será possível eliminar diversas obrigações acessórias. Porém acarretará uma intensa responsabilidade em relação a organização dos dados e do cumprimento de prazos, além da necessidade de disposição de recursos financeiros para eventuais aumentos nos custos administrativos.

Na visão de Silva *et al.* (2016), a grande maioria dos empresários e dos contadores que atuam com o departamento de pessoal, estão despreparados para manusear esta nova ferramenta sugerida pelo governo, segundo os autores as empresas da região de Minas Gerais estão despreparadas em relação ao cumprimento das obrigações exigidas pelo eSocial.

Vellucci (2017), para respondentes há uma necessidade de mudança na rotina da organização e de pessoal qualificado, com o objetivo de não serem afetados negativamente com a implantação do eSocial, devidos as penalidades por erros de envio e cumprimento de prazo, gerando assim altas multas administrativas.

Para Nascimento e Silva (2015) os colaboradores responsáveis pelo setor de departamento pessoal da entidade demonstra está preparado para se planejar para as mudanças que irá ocorrer com a implantação do eSocial, declaram que esta ferramenta não irá atrapalhar nas atividades da empresa, desde que haja um alinhamento com diversos setores da entidade.

Dantas *et al.* (2018) demonstrar que os impactos gerados para os escritórios de contabilidade de certa forma são positivos, pois com a implantação desta nova tecnologia dentro das

empresas irá reduzir o retrabalho, porém há algumas contraposições sobre o retorno do investimento e a carência de capacitação dos envolvidos que trabalham com essa ferramenta.

Diante do exposto, pode-se afirmar que poucos são os trabalhos correlatos na procura por entender a percepção dos profissionais contábeis acerca do eSocial, em contrapartida, os trabalhos buscam demonstrar os impactos, benefícios e malefícios do sistema já são discutidos em escala relevante.

3. METODOLOGIA

A referida pesquisa pretende analisar a percepção e a perspectiva do profissional contábil em relação ao manuseio do sistema eSocial, fazendo uma correlação com os impactos e os benefícios que a ferramenta tem gerado para os escritórios contábeis da região Sul e Sudeste do Pará.

Foram escolhidos para a realização dessa pesquisa profissionais na área de departamento pessoal de empresas de contabilidade atuantes na região Sudoeste e Sudeste do Pará.

3.1 Coleta e processamento de dados

A população analisada foi formada por 50 organizações contábeis da região sul e sudeste do Pará, resultando em uma amostra de 9 escritórios respondentes, o que representa 18% da população.

Para o desenvolvimento do artigo, utilizou-se como ferramenta para coleta de dados um questionário contendo 15 questões fechadas e 2 questões abertas acerca do tema da pesquisa, sendo dividido em quatro blocos, sendo o primeiro bloco, as perguntas para identificar as características do prestador de serviços contábeis, o segundo bloco com perguntas relacionadas ao manuseio do sistema, o terceiro bloco com perguntas acerca do canal de comunicação e em seguida o quarto bloco com perguntas relacionadas a implantação do eSocial. Elaboradas através da plataforma Google Formulários®. O questionário foi aplicado durante o mês de setembro de 2019, sendo transmitidos por meio eletrônico via (e-mail) para as empresas enquadradas na população desta pesquisa.

Após o retorno dos questionários, os dados resultantes foram analisados o nível de concordância e discordância em relação ao assunto por meio da escala Likert.

A escala Likert é uma escala de medida com cinco opções de resposta, desde "discordo totalmente" a "concordo totalmente" e proporcionam um grau de concordância em relação à afirmação (MALHOTRA, 2001) de forma quantitativa e qualitativa e, serão demonstrados em forma de gráficos e de forma descritiva.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A princípio nesse primeiro momento será demonstrada a análise da 1 seção de perguntas, que busca identificar o perfil dos profissionais de contabilidade. O questionário está dividido em 5 seções. No questionamento respondido, procurou-se identificar algumas características dos indivíduos que participaram da pesquisa.

Com base na amostra verificou-se que entre os nove entrevistados, sete são do gênero masculino e 2 são do gênero feminino, as respostas apontam que um dos indivíduos da pesquisa possui idade média entre 20 a 30 anos, 5 respondentes possuem entre 30 a 40 anos e apenas 3 respondentes estão na faixa etária entre 50 a 60 anos.

Quanto a formação acadêmica dos entrevistados a maioria destes possuíam graduação em Ciências Contábeis totalizando 5 respondentes e 3 respondentes são especialistas, e um respondente, possui a titulação de mestre.

De acordo com os resultados, nota-se que os respondentes da pesquisa possuem um bom tempo de atuação no mercado, 4 respondentes disseram ter mais de 15 anos de atuação na área contábil, logo em seguida 3 respondentes revelaram ter entre 9 a 12 anos de atuação no ramo e 2 dos respondentes disseram ter entre 1 a 6 anos de atuação na área.

Na segunda seção será discutido sobre o canal de comunicação do sistema eSocial. De acordo com 5 dos respondentes da pesquisa, estes concordam totalmente que o sistema fornece orientação e suporte aos usuários desta ferramenta, percebe-se que mesmo obtendo a maior parte das repostas positivas, dos 2 respondentes 9 dizem que discorda totalmente que a plataforma não oferece suporte adequado aos usuários. Em seguida 1 dos 9 respondentes não concorda e nem discorda com o levantamento feito e outro respondente diz discorda parcialmente que o suporte do eSocial não atende a todas as demandas necessárias.

Da totalidade dos entrevistados, 2 respondentes concordam totalmente e 4 concordam parcialmente que o manual do eSocial disponibilizado no portal contém informações objetivas e claras aos usuários destas informações, segundo o portal eSocial (2019) “esse módulo segue todas as premissas do Manual de Orientação e dos Leiautes do eSocial, disponíveis em “Documentação Técnica” e tem a função de auxiliar em todas e quaisquer dúvidas quanto a destinação dos dados a serem inseridos na base do eSocial. Entretanto 2 respondentes opinam que o manual disponibilizado não contém informações claras e objetivas que facilitem o entendimento do usuário e 1 entrevistado não concorda e nem discorda com a afirmação.

Observa-se que 4 respondentes concordam parcialmente que capacitação oferecida pelo portal eSocial auxilia de fato os profissionais, 2 respondentes assumem que não concordam e nem discordam que a plataforma fornece capacitação que auxiliará os usuários desta ferramenta, 2 dos respondentes discordam parcialmente e 1 discorda totalmente e essas respostas podem ser assimiladas com o questionamento feito pela Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas(FENACON) destaca que um dos grandes problemas é a falta de capacitação e divulgação sobre o tema, estes sugerem que seja ofertado cursos de capacitação acerca do tema que seja eficientes para os usuários.

Segundo a FENACON as entidades relatam que os investimento com divulgação e propagação de informativos sobre o eSocial e os eventos relacionados ao mesmo, feitos por parte do governo federal não tem sido suficiente. Diante deste questionamento três dos respondentes concordam totalmente e 2 concordam parcialmente que os meios de comunicação não proporcionam de forma eficiente a divulgação das novas atualizações que acontecem no portal eSocial, em contra partida 4 dos respondentes concordam parcialmente que a divulgação está alcançando os objetivos pretendidos.

Referente ao portal do eSocial cinco dos respondentes concordam parcialmente e 1 concorda totalmente que a plataforma consegue solucionar todas as dúvidas dos usuários em relação ao preenchimento e envio da declaração ou possíveis problemas, 2 discordam totalmente e 1 respondente discorda parcialmente com essa afirmativa.

Ao serem questionados acerca do manuseio da ferramenta, os respondentes em sua maioria concordam que o sistema ainda precisa de reformulações e atualizações que supram as deficiências ainda existentes quanto ao manuseio do sistema.

Na sequência, a Tabela 2 demonstra a opinião dos profissionais em relação ao manuseio do sistema do eSocial, em diferentes.

Tabela 1 – Manuseio da Ferramenta

Afirmativas	Número de respondentes				
	CT	CP	NC e ND	DP	DT
As dificuldades encontradas no envio e validação das informações fornecidas ao eSocial irá acarretar transtornos nas rotinas do dia a dia dos escritórios de contabilidade.	3	3	1	1	1
O sistema é considerado complexo em relação ao manuseio e transmissão das informações.	5	1	1	1	1
Ainda há uma grande dificuldade por parte dos usuários em manusear a ferramenta.	4	1	1	3	0
A alta complexidade de manuseio tem gerado algumas infrações ao contribuinte.	4	2	0	1	2
A unificação e a padronização da entrega das informações facilitou na rotina dos profissionais.	0	4	1	2	2

Fonte: Elaboração própria.

Três respondentes da pesquisa concordam totalmente e 3 concordam parcialmente que as dificuldades encontradas no envio e validação das informações fornecidas ao eSocial irá acarretar transtornos nas rotinas do dia a dia dos escritórios de contabilidade em contrapartida uma minoria dos respondentes sendo 1 que discorda parcialmente e o 1 discorda totalmente com a afirmativa da pesquisa e 1 não discorda e nem concorda com o levantamento.

Em relação ao sistema, o mesmo é considerado complexo em relação ao manuseio e transmissão das informações, 5 dos respondentes concordam totalmente, 1 concorda parcialmente que o manuseio das ferramentas do sistema é de grande complexidade, 1 concorda parcialmente e 1 concorda totalmente que o acesso ao sistema é de fácil utilização. Em contrapartida a Fenacon (2019) relata que “inúmeras empresas enfrentam problemas na hora de encaminhar informações à plataforma do eSocial, resultando em custos, horas extras e incertezas quanto ao funcionamento do sistema.”

Nota-se que os capacitação e entendimento do manuseio do sistema por parte dos contadores ainda é escasso, 4 do total de respondentes dizem que concordam totalmente, e 1 concorda parcialmente que ainda há uma grande dificuldade por parte dos usuários em manusear a ferramenta e 3 discordam parcialmente conforme o quadro acima.

Observa-se que 4 indivíduos da pesquisa concordam totalmente, 2 concorda parcialmente que a alta complexidade de manuseio tem gerado algumas infrações ao contribuinte. Enquanto 1 discorda parcialmente e 2 discordam totalmente com o questionamento da pesquisa. Devido essas divergências a Fenacon (2019) sugere que não se aplique penalidades aos contribuintes que comprovem que não fizeram a transmissão em tempo hábil devido as deficiências do sistema do eSocial.

Quatro respondentes concordam parcialmente que a unificação e a padronização da entrega das informações facilitou na rotina dos profissionais, 1 não concorda e nem discorda, 2 discordam parcialmente e 2 discordam totalmente com o levantamento.

O portal do eSocial (2017) e conformidade com a questão acima diz que a implantação desse sistema irá garantir que racionalizará e simplifica o cumprimento das obrigações, com a intenção de aprimorar a relação das informações transmitidas.

A seguir a tabela 2 demonstra a perspectiva dos contadores sobre capacitação, quanto ao cumprimento, tempo de execução entre outros aspectos relacionados ao eSocial.

Tabela 2 – Perspectivas e percepção dos Profissionais

Afirmativas	Número de Respondentes				
	CT	CP	NC e ND	DP	DT
A falta de profissionais capacitados ainda é umas das maiores dificuldades encontradas pelas empresas.	4	2	1	2	0
O cumprimento dos prazos por parte dos clientes ainda é um dos problemas encontrados para o envio do eSocial.	5	3	0	0	1
A substituição que está prevista para o próximo ano, facilitará o envio das informações.	1	3	4	0	1
A nova versão do leiaute do eSocial que estará disponível no próximo ano vai desburocratizar e facilitar o preenchimento e a transmissão das informações para o fisco.	1	2	4	0	2
Reduziu o tempo de execução para o envio das obrigações fiscais, trabalhista e previdenciárias em relação a forma de como era conduzido o preenchimento e a entrega de formulários e declarações separados a cada ente.	1	3	2	2	1

Fonte: Elaboração própria.

As perspectivas são sobretudo compreendidas como aquilo que os indivíduos que fazem parte do estudo esperam a partir da implementação do eSocial. Nas respostas foi possível identificar perspectivas positivas e negativas sobre este sistema, 4 dos entrevistados concordam totalmente, 2 concordam parcialmente que a falta de profissionais capacitados ainda é umas das maiores dificuldades encontradas pelas empresas, entretanto em discordância com esse ponto 2 entrevistados discordam parcialmente e 1 não concorda e nem discorda com o levantamento da pesquisa.

Do montante, a maioria dos participantes da pesquisa, sendo que 5 concordam totalmente, 3 concordam parcialmente que o cumprimento dos prazos por parte dos clientes ainda é um dos problemas encontrados para o transmissão das informações ao eSocial. Apenas 1 respondente da pesquisa discorda totalmente que este seja um grande problema.

Além disso, as expectativas em relação a nova atualização do eSocial são inconclusivas, pois os profissionais não sabem o que esperara ainda sobre a nova versão.

Da amostra analisada, quatro respondentes não concordam e não discordam que a substituição que está prevista para o próximo ano, facilitará o envio das informações, 1 concorda totalmente, 3 concordam parcialmente que está substituição facilitará nas transmissões das obrigações e apenas 1 discorda totalmente.

Para quatro dos envolvidos na pesquisa, não concordam e não discordam que a nova versão do leiaute do eSocial que estará disponível no próximo ano no qual vai desburocratizar e facilitar o preenchimento e a transmissão das informações para o fisco. Enquanto 1 concorda totalmente, 2 concordam parcialmente que o novo leiaute facilitará no preenchimento das informações e 2 respondentes dizem discorda totalmente com essa afirmativa da referida pesquisa.

Para 4 dos respondentes com a implantação do eSocial foi possível reduzir o tempo de execução para o envio das obrigações fiscais, trabalhista e previdenciárias em relação a forma de como era conduzido o preenchimento e a entrega de formulários e declarações

separados a cada ente, 2 não concordam e não discorda, em contra partida 1 discorda parcialmente e 2 discordam totalmente.

Na tabela 3, os respondentes discorrem brevemente sobre as perspectivas da nova versão do eSocial que será lançada no próximo ano pelo comitê gestor (Governo).

Quadro 1 – Perguntas Abertas

Respondentes [sic]	Discorra brevemente as suas perspectivas em relação à nova versão do eSocial que será lançada no próximo ano pelo comitê gestor (Governo).
A	Espero que a simplificação melhore o ambiente de trabalho.
B	Acredito que de uma forma geral não há como desburocratizar todas essas mudanças, uma vez que continuaremos enviando parte delas. Continuaremos com alterações que nos obrigam a trilhar caminhos incertos e perigosos no meio empresarial. Pagamos muitos impostos, uma das cargas tributárias mais altas, com todas essas modificações e novas obrigações nosso gasto com mão de obra aumentou, devido à grande demanda por cumprir prazos, o que fica cada dia mais difícil diante de erros que surgem ao passar do tempo. Minha expectativa não é das melhoras. O eSocial por si só já é uma medida burocratizada.
C	Espero que seja algo que não dificulte os empreendimentos e que não tenha informações desnecessárias.
D	Acho desnecessária, parecendo mais uma questão de criar algo para o atual governo chamar de SEU
E	Vai ajudar e facilitar
F	O Comitê Gestor (governo) não favorece para que a classe contábil tenha alguma perspectiva a esse respeito.
G	Que venha simplificar o envio das informações no novo ambiente.
H	Acredito que será melhor
I	Terá melhorias, unindo cada vez mais as informações e obrigações se aperfeiçoando na era digital.

Fonte: Elaboração própria.

No quadro percebe-se que as perspectivas dos profissionais sobre a nova alteração do governo não é classificada como das melhores, os indivíduos da pesquisa esperam que seja algo que venha para desburocratizar o processo, pois o impacto gerado nas empresas prestadoras de serviços é enorme, sendo um dos maiores o financeiro, partindo de que é necessário se adequar as atualizações, além da capacitação dos colaboradores para se aterem as novas atualizações.

O quadro 2 aborda a percepção dos usuários sobre a implantação do eSocial e seu impacto nas rotinas de trabalho.

Observa-se que a maior preocupação dos participantes está relacionada a dificuldade e o excesso de informações exigidas pelo fisco, visto que além do trabalho de adaptação as essas novas exigências, é necessário uma dedicação excessiva de tempo em curso de aperfeiçoamento para adaptar-se a este novo cenário.

Em concordância com alguns dos respondentes a Fenacon (2019) diz que “a implementação do eSocial tem resultado em problemas para grande parte das empresas do país. As dificuldades vão desde a lentidão na transmissão dos dados até o cronograma de entrega.”

Quadro 2 – Perguntas Abertas

Respondentes [sic]	Na sua percepção de que forma a implantação do e-Social impactou no seu trabalho, em relação a transmissão das informações?
A	Impacto positivo
B	De uma maneira geral o prazo dos envios, uma vez que surgem erros de diferentes tipos, não temos prazos para conseguir resolvê-los e enviar as obrigações sem risco de multa. Isso nos assusta todos os dias.
C	Gerando medo e ansiedade.
D	Provocou o despertar de funcionários do Setor Pessoal que estavam acomodados, obtendo novos conhecimentos, abrindo a mente e servindo realmente para avaliar quem de fato deseja ficar trabalhando no setor, através do empenho em se adequar as mudanças, algo que ocorreu com o setor FISCAL quando do início do SPED FISCAL. Até o momento, o impacto é positivo pois tende a simplificar o envio de obrigações e cortar vícios dos contribuintes que faziam solicitações em cima da hora e retroativamente.
E	Média
F	Exigência de dedicação excessiva de tempo em aperfeiçoamento
G	Em tudo. Hoje temos que enviar as informações em tempo real.
H	Não
I	As dificuldades foram poucas na implantação da 1 fase, pois fizemos cursos, buscamos mais conhecimentos para que nossas necessidades sejam exercitadas com sucesso

Fonte: Elaboração própria.

Em contrapartida o portal do eSocial (2017) disponibiliza que “esse formato foi organizado com o objetivo de disponibilizar uma plataforma de serviço simplificada, desburocratizada e adequada à realidade do setor empresarial brasileiro.”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou analisar e demonstrar a percepção e as perspectivas dos profissionais da área contábil sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias (eSocial) na região Sudeste e Sudoeste do Pará, nos municípios de Rondon do Pará, Marabá, Parauapebas e Itaituba.

O eSocial é um subprojeto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), um programa do governo federal com o intuito de integrar vários órgãos que garantem o controle dos direitos sociais dos trabalhadores brasileiros. Nesse sentido a pesquisa busca demonstrar uma análise da percepção dos contadores atuantes na área que fazem o uso desta ferramenta.

A população do estudo compreendeu a 32 empresas do ramo contábil e a amostra analisada da pesquisa foi de 9 entrevistados que responderam o levantamento da pesquisa via e-mail.

Na metodologia a pesquisa de levantamento fez o uso da abordagem qualitativa para análise dos dados.

Segundo os profissionais são grandes as dificuldades para manusear o eSocial, por exemplo, o sistema ainda apresenta inconsistência no ato da transmissão. Sendo assim, mesmo em fase de conclusão de sua implantação os usuários consideram o manuseio desta ferramenta complexo.

Os problemas e as inconsistências em relação ao manuseio do sistema têm gerado algumas infrações e penalidades ao contribuinte. Porém mesmo notando várias

inconformidades no programa do eSocial, os profissionais concordam que a unificação e a padronização da entrega das informações facilitou bastante na rotina dos profissionais. A falta de profissionais capacitados no mercado ainda é umas das maiores dificuldades encontradas pelas empresas.

Porém as perspectiva dos profissionais ainda é bastante inconclusa sobre a substituição que está prevista para o próximo o início ano de 2020, a maioria não concorda e nem discordam que esta atualização facilitará a transmissão das informações.

Além disso, metade dos entrevistados concordam que houve uma redução do tempo de execução para o envio das obrigações fiscais, trabalhista e previdenciárias em relação a forma de como era conduzido o preenchimento e a entrega declarações para cada ente.

Por fim, sugere-se para futuras pesquisas, a ampliação do número de respondentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Lei nº 6.022/07, de 22 de janeiro de 2007. Fica instituído o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>. Acesso em: 12 jun. 2019.

CAMPOS, L. T. A.; OLIVEIRA, A. B.S.; GIMENEZ, L. O SPED contábil e a profissionalização de pequenas e médias empresas. **Revista de Tecnologia Aplicada** – Faculdade Campo Limpo Paulista, v.1, n.3, p.13-29, set./Dez. 2012.

CAON, A.; NASCIMENTO, S. Percepção dos Discentes de Ciências Contábeis sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciária (eSocial). **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 22, n. 1, p. 3-27, 2017.

CORDEIRO, A.; KLANN, R. C. Institucionalização de hábitos e rotinas com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo em organizações de serviços contábeis. **Revista Gestão Organizacional**, v. 7, n. 1, p. 79-93, 2014.

DANTAS, M; et al. O Impacto da Implantação do Esocial nas Rotinas de Escrituração Contábil dos Escritórios de Contabilidade em Aracaju.**2º Congresso de gestão, negócios e tecnologia da informação,2018.**

ESOCIAL.Conheça o eSocial. Disponível em: <[http:// portal.esocial .gov.br/institucional /c onheca-o](http://portal.esocial.gov.br/institucional/c_onheca-o)>. Acesso em 10 de out. de 2019.

FENACON. Fenacon apresenta pleitos sobre eSocial à Receita Federal. Disponível em:<<http://www.fenacon.org.br/noticias/fenacon-apresenta-pleitos-sobre-esocial-a-receita-federal-4549/>>. Acesso em 10 de out. de 2019.

FILIPIN, R.*et al.* Impactos e benefícios da implantação do efd social para os profissionais de escritórios de contabilidade.**Revista Gestão e Planejamento**, Salvador,v. 17, n. 2, p. 368-383, maio/ago. 2016.

GERON, C. M. S. *et al.*SPED – Sistema Público DE Escrituração Digital: Percepção Dos Contribuintes Em Relação Os Impactos DE Sua Adoção. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília. V. 5, n. 2, art. 3, p. 44-67. Maio/ago. 2011.

JORDÃO, R. *et al.* Inovações organizacionais e de negócios trazidas pelo sped: um estudo empírico sobre as perspectivas de contadores e órgãos fiscalizadores. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 11, n. 4, p. 942-960, 2018.

LEAL, J. M. R. *et al.* Implementação do eSocial: benefícios e desafios sob as perspectivas dos profissionais contábeis da Paraíba. **Revista Gestão e Organizações**, João Pessoa/PB, v. 1, n. 01, p. 124-142, Maio/Out. 2016.

MALHOTRA, Naresk K. **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

MICHETTI, L. E.; ANJOS, R. P. ESOCIAL: Impacto da Implantação nos Escritórios de Contabilidade de Mirandópolis-SP. **Rev. Conexão Eletrônica**, Três Lagoas/MS, v. 15, n. 1, p. 2310- 2322, 2018.

MULLER, A.C.; FILHO, R. G.; MARTINS, Z. B. Dificuldades para Implantação do eSocial nas Organizações Contábeis. **Research, SocietyAndDevelopment**, v.8, n.2, p.1-24, 2019.

NASCIMENTO, M.; SILVA, M. C. EFD Social-Escrituração Fiscal Da Folha De Pagamento E Das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas E Fiscais: Um Estudo De Caso Numa Empresa De Grande Porte, Em Florianópolis, Santa Catarina. **Revista Borges: Estudos Contemporâneos em Ciências Sociais e Aplicadas**. Florianópolis. v. 5, n.2, p.52-66, Dez.2015.

OLIVEIRA, D.R.; ÁVILA, L. A. C. Sped – sistema público de escrituração digital: um estudo do nível de qualificação dos profissionais contábeis em uma cidade do estado de minas gerais. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), **Rio de Janeiro**, v. 21, n. 1, p. 57 - 69, 2016.

OLIVEIRA, L. S.; SANTANA, T. P.; MARTINS, Z; B. Perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial. **Revista Mineira de Contabilidade**. v. 18, n. 2, art. 4, p. 41-53, maio/ago. 2017.

ORIGUELA, L. A. Os principais impactos do sped na profissão contábil: uma análise dos profissionais de contabilidade. **Caderno Profissional de Administração – UNIMEP**, v.7, n.1, p.45-62, 2017.

SILVA, C. M. *et al.* Intuição Sobre O Nível De Preparo Das Empresas Mineiras Para O Cumprimento Do Esocial. **RAGC**, v. 4, n. 16, p.140-159, 2016.

VELLUCCI, R. G. **Os desafios da implantação do esocial e seus reflexos nas rotinas das organizações.** Projeto de Dissertação de Mestrado em Administração da Universidade Metodista de São Paulo, 2016.